



**Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista "Prof. Caldeira Cabral"**  
Instituto Superior de Agronomia - Universidade Técnica de Lisboa

# **CARACTERIZAÇÃO DA ARQUITECTURA PAISAGISTA EM PORTUGAL**

Outubro de 2010



## Contexto

O estudo agora apresentado foi elaborado no Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral” do Instituto Superior de Agronomia, por encomenda da Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas, com o objectivo de dar cumprimento ao estipulado na Lei nº 6/2008 de 13/2, art. 2º, 3 que exige *um estudo elaborado por entidade de reconhecida independência e mérito sobre a sua necessidade em termos de realização do interesse público e sobre o seu impacte sobre a regulação da profissão* (Lei nº 6/2008).

Apontam-se os marcos mais significativos do historial da Arquitectura Paisagista Portuguesa, embora esta abordagem não tenha sido exaustiva visto a investigação necessária à produção da informação histórica pertinente requerer prazos não compatíveis com o tempo disponível para a elaboração deste estudo. Deste modo, para este objectivo recorreu-se à bibliografia de referência disponível da autoria de personalidades de reconhecido mérito académico e profissional. Considera-se no entanto que esta matéria é de enorme interesse para a compreensão da evolução dos conceitos de intervenção na paisagem, na sociedade Portuguesa que são contudo sintetizados em função dos marcos e contributos de maior relevo da categoria profissional em estudo.

No sentido de caracterizar o universo da categoria profissional foram solicitados dados às instituições competentes, nomeadamente, no âmbito do protocolo de acesso a dados estatísticos para fins de investigação científica, existente entre o Instituto Nacional de Estatística – INE, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, e o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais/Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – GPEARI-MCTES (o protocolo referido abrange, apenas, Unidades de Investigação de I&D reconhecidas pela FCT). No âmbito deste protocolo foram pedidos os dados do REBIDES - *Registo biográfico de docentes do ensino superior*, no entanto, verificou-se que os instrumentos de inquérito não especificam com o necessário pormenor a área de educação e formação pretendida – Arquitectura Paisagista, pelo que, os dados fornecidos no que respeita à área científica de formação académica, baseada na classificação das áreas de educação e formação (Portaria nº 256/2005 de 16 de Março), não contemplam a informação a 3 dígitos, o que no caso dos docentes do ensino superior com formação em Arquitectura Paisagista, implica que surjam englobados no grupo geral da Arquitectura e

Construção. Foram ainda solicitados dados correspondentes ao IPCTN - *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional*, ao CIS – *Inquérito Comunitário à Inovação* e aos CENSOS - Recenseamentos da População e da Habitação. No entanto, no âmbito destes procedimentos estatísticos e na generalidade dos procedimentos deste tipo, a profissão dos inquiridos é caracterizada segundo a Classificação Nacional das Profissões, mas apenas com parte dos dígitos, pelo que, apenas se conseguem obter grandes grupos e não a profissão pretendida (5 dígitos).

Também as Universidades com cursos de licenciatura em Arquitectura Paisagista foram convocadas a colaborar na obtenção de dados sobre os alunos graduados designadamente a Universidade de Évora, o Instituto Superior de Agronomia, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, a Universidade do Algarve e a Escola Universitária de Vasco da Gama. No caso do Instituto Superior de Agronomia os dados disponibilizados não integram a informação respectiva ao período do Curso Livre em Arquitectura Paisagista, mas apesar de não serem exaustivos foram integrados os dados fornecidos a partir do ano de 1985.

Com o objectivo de conhecer a situação social e profissional dos Arquitectos Paisagistas em Portugal aplicou-se, no âmbito deste estudo, o primeiro inquérito sócio-profissional aos Arquitectos Paisagistas em Portugal, de forma a sistematizar a partir da amostra de inquiridos uma visão global das trajectórias académicas e profissionais dos profissionais graduados em Portugal ou aí desenvolvendo a sua actividade profissional.

## Índice Geral

Contexto .....	3
Índice de Figuras.....	7
1. O que é a Arquitectura Paisagista? .....	12
2. A Fundação da Arquitectura Paisagista em Portugal .....	16
3. O Ensino da Arquitectura Paisagista em Portugal.....	21
3.1 A Especificidade da Formação .....	25
4. A Prática da Arquitectura Paisagista em Portugal.....	30
4.1. Inovação, Intervenção Política e Legislação .....	30
4.1.1 O Conceito de Paisagem.....	30
4.1.2 De Meados dos Anos 40 até à Revolução Democrática.....	31
4.1.3 Pós-25 de Abril.....	35
4.2. Domínios de Actividade .....	41
5. Os Arquitectos Paisagistas Portugueses.....	44
5.1 Objectivos .....	44
5.2 Metodologia.....	44
5.3 Análise estatística .....	46
5.3.1 Caracterização dos inquiridos .....	48
5.3.2 Trajectórias de formação após conclusão da licenciatura .....	51
5.3.3 Inserção e Progressão Profissional.....	55
5.3.4 Relação Satisfação dos Profissionais/Emprego .....	65
5.3.5 Investigação e Empreendedorismo.....	72

6. A Arquitectura Paisagista na Europa e no Mundo .....	79
Conclusões.....	89
Bibliografia.....	90

## Índice de Figuras

Figura 1 – O Instituto Superior de Agronomia nos anos 50 (Fonte: Andresen, 2003)...	16
Figura 2 - Capa do relatório da autoria de Azevedo Coutinho relativo à participação no 3º Congresso da IFLA, em 1952 (Fonte: Andresen, 2003).....	18
Figura 3 – Capa do catálogo da Exposição Itinerante da IFLA, inaugurada em 1957, em Zurique (Fonte: Andresen, 2003) .....	19
Figura 4 – Publicação sobre o projecto da Torre de Belém de Viana Barreto (1957, realizada por ocasião da Exposição Itinerante da IFLA (Fonte: Andresen, 2003) .....	19
Figura 5 – Fotografia aérea da Colónia Agrícola da Gafanha, em 1970 após a implementação do Plano de Ordenamento Paisagístico e da Urbanização da referida colónia agrícola (Fonte: Andresen, 2003) .....	20
Figura 6 – Plano da Estrutura Verde de Lisboa (s.a., s.d. <i>In</i> Andresen, 2003).....	20
Figura 7 e Figura 8 – Perfil cultural da paisagem resultante do ordenamento da paisagem, em diferentes tipologias de paisagem, serrana e de lezíria, respectivamente (Fonte: Telles <i>In</i> Caetano, 2003).....	29
Figura 9 – Primeira Proposta para o Parque do Jamor de Caldeira Cabral e Conrad Wiesner, que realociza o estádio na encosta, libertando o vale e distribuindo os vários equipamentos desportivos integrando-os na paisagem. (Fonte: Cabral, 1938 <i>In</i> Andresen, 2003) .....	34
Figura 10 – Projecto de Enquadramento da Torre de Belém, Plano de Plantação (Fonte: Barreto, 1955 <i>In</i> Andresen, 2003) .....	34
Figura 11 – Remodelação da Av. Da Liberdade, Plano Geral. Escala 1/1000 (Fonte: Telles, 1955 <i>In</i> Andresen, 2003) .....	34
Figura 12 – Plano de Zonamento do Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Ante-Projecto (Barreto e Telles, 1961 <i>In</i> Andresen, 2003) .....	35
Figura 13 – Plano Geral do Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Projecto de Execução (Barreto e Telles, 1966 <i>In</i> Caetano, 2003).....	35

Figura 14 - Desenho representativo do ordenamento da paisagem possível nas zonas afectas ao regime das duas figuras de protecção ao solo vivo e às áreas mais sensíveis da Paisagem (Reserva Agrícola Nacional (RAN)– Decreto-Lei nº 451/82 e Reserva Ecológica Nacional (REN) - Decreto-Lei nº321/83) (Fonte: Telles, s.d., *In* Caetano, 2003)  
..... 37

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 -- Áreas fundamentais de formação do curso de Arquitectura Paisagista no ISA (3+2 anos), ano lectivo 2010-2011 (Fonte: ISA, 2010) .....	28
Gráfico 2 - Evolução do número de alunos graduados do curso de arquitectura Paisagista/Ano .....	46
Gráfico 3 - Evolução do número de alunos graduados do curso de arquitectura Paisagista, segundo instituição do ensino superior (Fonte: ISA*, FCUP, UALG, EUVG, GPEARI-MCTES) * - Dados disponíveis apenas no período de referência 1985-2010. ...	47
Gráfico 4 - Idade dos inquiridos (Fonte: CEAP, 2010) .....	48
Gráfico 5 - Sexo dos inquiridos (Fonte: CEAP, 2010).....	48
Gráfico 6 - Sexo dos inquiridos, segundo a idade (Fonte: CEAP, 2010) .....	49
Gráfico 7 – Evolução do número de alunos graduados do curso de arquitectura Paisagista/Ano .....	50
Gráfico 8 – Média final de licenciatura pré-bolonha (5 anos) (Fonte: CEAP, 2010) .....	50
Gráfico 9 – Grau académico mais elevado (Fonte: CEAP, 2010).....	51
Gráfico 10 – Obtenção de formação pós-graduada (Fonte: CEAP, 2010).....	51
Gráfico 11 - Graus de formação pós-graduada (Fonte: CEAP, 2010) .....	52
Gráfico 12 - Razões para a frequência de formação pós-graduada (Fonte: CEAP, 2010) .....	53
Gráfico 13 – Obtenção de formação complementar (Fonte: CEAP, 2010) .....	53
Gráfico 14 – Áreas de formação complementar (Fonte: CEAP, 2010).....	54
Gráfico 15 - Adequação do primeiro emprego à área de educação e formação.....	55
Gráfico 16 - Tempo de espera para o primeiro emprego (Fonte: CEAP, 2010) .....	56
Gráfico 17 - Situação Profissional (Fonte: CEAP, 2010).....	56
Gráfico 18 - Regime contratual (emprego actual) (Fonte: CEAP, 2010).....	57

Gráfico 19 - Situação de desemprego actual (Fonte: CEAP, 2010) .....	58
Gráfico 20 - Situação de desemprego actual, segundo o sexo dos inquiridos.....	58
Gráfico 21 - Situação de desemprego actual, segundo a idade dos inquiridos (Fonte: CEAP, 2010) *Soma das situações de desemprego e emprego sem remuneração .....	59
Gráfico 22 - Tempo de desemprego actual (Fonte: CEAP, 2010).....	59
Gráfico 23 - Desemprego actual segundo a instituição de graduação (Fonte: CEAP, 2010).....	60
Gráfico 24 - Desemprego actual segundo a instituição de graduação (Fonte: CEAP, 2010).....	60
Gráfico 25 - Situação de desemprego no percurso profissional (Fonte: CEAP, 2010) ...	61
Gráfico 26 - Tempo de desemprego no percurso profissional (Fonte: CEAP, 2010).....	61
Gráfico 27 - Sector de actividade profissional (Fonte: CEAP, 2010).....	62
Gráfico 28 - Remuneração mensal líquida (emprego actual) (Fonte: CEAP, 2010) .....	63
Gráfico 29 - Mobilidade geográfica no percurso profissional (Fonte: CEAP, 2010).....	64
Gráfico 30 - Mobilidade geográfica no percurso profissional, segundo unidade geográfica .....	64
Gráfico 31 - Frequência da mobilidade geográfica no percurso profissional (Fonte: CEAP, 2010) .....	65
Gráfico 32 - Satisfação global em relação à actividade profissional actual (Fonte: CEAP, 2010).....	66
Gráfico 33 – Satisfação com as condições de trabalho, por sector (%) (Fonte: Eurofound, 2007).....	66
Gráfico 34 - Satisfação profissional, por país da EU (%) (Fonte: Eurofound, 2007).....	66
Gráfico 35 - Insatisfação com as condições de trabalho, por Nível de Educação ISCED (Fonte: Eurofound, 2007) .....	67
Gráfico 36 - Satisfação/Insatisfação Profissional em relação a um ou mais factores....	68
Gráfico 37 - Insatisfação Profissional em relação a um mais factores (Fonte: CEAP, 2010).....	69

Gráfico 38 - Satisfação Profissional em relação a um ou mais factores (Fonte: CEAP, 2010).....	70
Gráfico 39 - Tipo de Entidade Empregadora em que gostaria de obter emprego.....	70
Gráfico 40 -Tipo de Entidade Empregadora em que gostaria de obter emprego/Razões de escolha (Fonte: CEAP, 2010).....	71
Gráfico 41 - Inscrição numa associação sócio-profissional (Fonte: CEAP, 2010).....	71
Gráfico 42 – Evolução do número de sócios inscritos na Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas – APAP (Fonte: APAP, 2010).....	72
Gráfico 43 - Criação de entidade decorrente da actividade profissional (Fonte: CEAP, 2010).....	73
Gráfico 44 - Criação de entidade decorrente da actividade profissional/Tipo de entidade (Fonte: CEAP, 2010).....	74
Gráfico 45 - Criação de entidade/Número de postos de trabalho (Fonte: CEAP, 2010)	74
Gráfico 46 - Organização de acções de divulgação (Fonte: CEAP, 2010).....	75
Gráfico 47 - Tipo de acções de divulgação organizadas (Fonte: CEAP, 2010).....	75
Gráfico 48 - Actividades de investigação (Fonte: CEAP, 2010).....	76
Gráfico 49 - Publicações .....	77
Gráfico 50 - Escala das publicações .....	77
Gráfico 51 – Natureza das publicações .....	78

## 1. O que é a Arquitectura Paisagista?

A Arquitectura Paisagista, enquanto domínio do conhecimento de síntese e actividade profissional, data da viragem do Séc. XIX para o Séc. XX., integra-se nas designadas profissões da Era Industrial. Inclui-se nos esforços desenvolvidos, pela sociedade moderna, para a resolução dos desafios específicos que a industrialização e o crescimento urbano vieram a assumir neste período. Como referiu Caldeira Cabral (1993), no início do séc. XX, – “a industrialização crescente de todo o mundo ameaçava destruir com o seu critério estreitamente utilitário todas as belezas tradicionais da paisagem”. A problematização da relação humana com a paisagem esteve, assim, na origem desta categoria profissional e do seu campo específico de estudo, tendo, desde cedo, assumido a sua transversalidade, relativamente a múltiplos domínios de conhecimento.

A definição da profissão em Portugal, na década de 40 do Séc. XX: “A *Arquitectura Paisagista* é a arte de ordenar o espaço exterior em relação ao homem”, é dada por Caldeira Cabral (1993), fixando o objecto de intervenção no “espaço exterior” e incluindo a actividade no campo das artes, enquanto produtora de uma, muito particular, categoria de beleza, na qual o arquitecto paisagista sempre fez aderir os conceitos de ordem, de adaptação e da utilidade para o homem, na aceção mais ampla do conceito.

Sumariamente designou-se o objecto de intervenção da arquitectura paisagista – o espaço exterior (por contraposição ao espaço interior dos edifícios), porque a Paisagem é, de facto, espaço mas, como advertiu Rosario Assunto (1973)<sup>1</sup>, não pode ser considerada como puro e simples espaço, o que constitui, na contemporaneidade, uma advertência pertinente e actual.

Uma das tarefas da Arquitectura Paisagista no séc. XX, em Portugal e no mundo, foi a de educar para a compreensão dessa categoria espacial da modernidade – a Paisagem. Esta profissão, a par de outras, testemunhou contra a sua estiolação, pela cultura modernista, do crescimento e progresso sem limites, em nome do qual se justificava a imponderação de quaisquer outros valores, condutores da acção humana, nomeadamente os valores estéticos, ecológicos, simbólicos e éticos.

---

<sup>1</sup> Assunto, R., A Paisagem e a Estética (excertos) In Serrão, A. (Coorden.) *Filosofia da Paisagem: Ensaios críticos*. Tradução de Pedro Sargento. (No Prelo)

Considerando, mais uma vez, os textos deixados pelo fundador da Arquitectura Paisagista Portuguesa - Francisco Caldeira Cabral, a *“Paisagem é a figuração da biosfera e resulta da acção complexa do homem e de todos os seres vivos – plantas e animais – em equilíbrio com os factores físicos do ambiente”* (Cabral, 1973), e ainda a definição de Paisagem, integrada na Lei de Bases do Ambiente, em 1987, como *“(…) unidade geográfica, ecológica e estética, resultante da acção do homem e da reacção da natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima e cultural, quando a acção do homem é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica.”* (Decreto-Lei n.º 11/87)

Ambas as definições atestam o carácter uno da Paisagem, que advém da limitação espacial inerente a qualquer vivência ou estudo da mesma e, por outro lado, de um aspecto funcional, no que respeita à dinâmica sistémica e ecológica dessa Paisagem, em que se integra naturalmente o homem, *“(…) detentor de uma determinada cultura, dando origem a uma determinada imagem.”* (Magalhães, 2001).

Que esta imagem seja, no entanto, *“(…) muito mais do que aquilo que se vê (...)”* (Magalhães, 2001), constituiu igualmente uma outra advertência que, a Arquitectura Paisagista Portuguesa, auxiliada pelas ciências da terra e da vida, indispensáveis à sua actividade, soube adequadamente pronunciar e defender, durante o séc. XX, face a uma concepção da Paisagem, enquanto mera representação artística, com forte tradição na cultura Europeia.

Como referiu Gonçalo Ribeiro Telles, *“o conceito de Paisagem deixou de ser exclusivamente contemplativo, pictórico e literário, para ser também interpretativo e portanto alargado à ciência, possibilitando a intervenção planeada (...)”* (Telles, 1985), em que, à acção de planeamento, está necessariamente subjacente um conceito de ordem, proposto na primeira definição apresentada por Caldeira Cabral.

Esta ordenação do espaço exercida pela Arquitectura Paisagista, enquanto actividade artística modeladora da forma da paisagem, considera necessariamente a paisagem primordial que antecede qualquer modelação humana, resultante dos factores de ambiente, o que coloca as matérias científicas básicas, como fundamentais para esta actividade ordenadora. Entre estas matérias salientam-se as ciências da natureza, como a ecologia, a geomorfologia, a hidrologia, a climatologia, a pedologia, a botânica, a fitossociologia e a zoologia; as técnicas de cultura, nomeadamente, a agricultura, a horticultura e a silvicultura; as ciências sociais e ainda as outras artes de construção do espaço, como a Arquitectura, incluindo a teoria da forma e do desenho (Magalhães, 2001).

Inicialmente, o conceito de ordem aparece nos textos fundadores da Arquitectura Paisagista Portuguesa, na sua relação com uma das finalidades da criação artística – a beleza, tendo sido remetido por Caldeira Cabral para o esplendor da ordem de Santo Agostinho. Contudo, este conceito de beleza não se circunscreve às propriedades objectivas do objecto de contemplação, nem a propriedades formais, evidenciadas pelo sujeito, nem tão pouco é fruto de uma concepção desinteressada, pois o conceito da utilidade é intrínseco a toda a criação arquitectónica. O conceito de ordenação humana dos “(...) *espaços naturais aos seus próprios fins e necessidades* (...)” (Cabral, 1993) realça as questões funcionais e de necessidade, sendo a ordem “*principalmente funcional*” e a Arquitectura Paisagista o exercício de “ (...) *ordenamento de todos os elementos em relação ao fim proposto* (...)” (Cabral, 1993). Deste ponto de vista, há que realçar que, entre as funções que a obra da Arquitectura Paisagista deve cumprir, se encontram as funções ecológicas, desde o início presentes na Arquitectura Paisagista Portuguesa, como comprova a afirmação de Caldeira Cabral – “ (...) *uma paisagem desequilibrada nunca poderá alcançar a beleza e harmonia daquelas em que o homem soube realizar obra perfeita debaixo do ponto de vista funcional* (...)” (Cabral, 1993). Nas palavras deste autor, a criação de beleza intrínseca à paisagem, manifesta-se no “ (...) *equilíbrio biológico dos diversos factores que nela actuam e na sua perfeita adequação aos interesses dos homens que nela vivem* (...)” (Cabral, 1993), sendo o objectivo maior da prática da Arquitectura Paisagista, a realização, “ (...) *em cada momento, com a maior perfeição, da paisagem humanizada.*” (Cabral, 1993).

Se as primeiras obras da Arquitectura Paisagista se enquadraram, mais precisamente numa Arquitectura dos Espaços Verdes, com o projecto de tipologias, como parques e jardins (Cabral, 1993), seria durante o séc. XX, que a expansão do seu campo de actuação à paisagem se processaria. Inicialmente em virtude das exigências da vida urbana moderna, a transformação deste campo de actuação foi feito em função da própria evolução do conceito de espaço verde público urbano, como refere Magalhães (1992), do ponto de vista, quer formal, quer dos pressupostos científicos que o justificam.

A integração da actividade do Arquitecto Paisagista no Planeamento Urbano, foi feita através da concepção de sistemas de espaços verdes. Este seria o primeiro passo para que a formalização destes sistemas de continuidade ecológica, inicialmente com pressupostos sobretudo higienistas e sociais, fosse alargada ao âmbito da Paisagem, na sua globalidade, com a problematização da ligação entre a paisagem urbana e rural. Contudo, seria a expansão urbana com o conseqüente abandono e progressiva alteração das funções da paisagem rural, o passo determinante para que a Arquitectura Paisagista alargasse o seu campo de acção ao Ordenamento da Paisagem,

respondendo às solicitações que a sociedade da época lhe colocava, enquanto actividade profissional especializada no projecto, ordenamento e gestão, do valor de interesse público mais recente - a Paisagem.

Deste modo, desde as primeiras décadas que a Arquitectura Paisagista se assumiu enquanto profissão projectual, actuante na Paisagem, que realiza a síntese do conhecimento científico, artístico e humanístico disponível, relativo à natureza e à cultura e, apoiando-se em variadas técnicas, opera através de metodologias específicas, que evoluíram para o que actualmente se designa por metodologias integrativas.

Concluindo, segundo a definição da *International Federation of Landscape Architects* (IFLA, 2003), o Arquitecto Paisagista conduz a investigação e consultoria em ordenamento, projecto e gestão da paisagem, intra e extra-urbana ou rural, sua conservação, sustentabilidade e desenvolvimento.

## 2. A Fundação da Arquitectura Paisagista em Portugal

A introdução do ensino da Arquitectura em Portugal data de 1941. Desde 1935, que o Director do Instituto Superior de Agronomia (ISA) (Figura 1), Professor André Navarro, verificando as necessidades de Recursos Humanos da Divisão de Jardins da Câmara Municipal de Lisboa, havia indagado se algum aluno do ISA estava interessado em enveredar por essa área (Cabral *et al.*, 1992). Motivado pela sugestão do Professor André Navarro, o ainda estudante de Engenharia Agronómica, Francisco Caldeira Cabral, seria indiciado para desempenhar as funções referidas na Repartição de Arborização e Jardinagem da Câmara Municipal de Lisboa. A convite daquele, iniciou uma preparação prática, através da delegação de responsabilidades que lhe seria feita, na direcção de trabalhos de jardinagem na Tapada e no Jardim Botânico da Ajuda (AA.VV., 2008).



Figura 1 – O Instituto Superior de Agronomia nos anos 50 (Fonte: Andresen, 2003)

O aproveitamento das matérias ligadas às ciências da terra e ao seu cultivo e da experiência de trabalho prévia, próprias da formação ministrada no Instituto Superior de Agronomia, integrados na pesquisa por si efectuada, conduziram o Eng.º Agrónomo Francisco Caldeira Cabral a enquadrar as competências exigidas pelo cargo na Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito mais geral da Arquitectura Paisagista<sup>2</sup>. Neste contexto

---

<sup>2</sup> Num documento que se presume ser de 1941, dirigido ao Ministro da Educação Nacional (MEN) com o intuito de propor o Curso em Arquitectura Paisagista, Francisco Caldeira Cabral elenca as suas

propôs-se a realizar o curso recentemente criado no *Institut für Gartengestaltung da Friedrich Wilhelm Universität*, em Berlim<sup>3</sup>.

Terminado o curso em Berlim, em 1939 e enquanto docente do Instituto Superior de Agronomia, Francisco Caldeira Cabral seria autorizado, em 1941, a iniciar, a título experimental, o Curso de Arquitectura Paisagista que no ano seguinte seria aprovado pelo Ministério da Educação Nacional (MEN). Este curso tinha o estatuto de curso livre, assim designado por constituir uma especialização de frequência não obrigatória para os alunos dos cursos de Engenharia Agronómica e Silvícola (AA.VV., 2008). Na Europa da década de 40, o Ensino Universitário de Arquitectura Paisagista ministrava-se, à excepção de Portugal, em apenas dois países – Alemanha e Reino Unido; somente nos EUA e no Japão, o ensino da profissão datava da viragem do séc. XIX para o séc. XX (Cabral, 1992).

A aprovação pelo Ministério da Educação Nacional (MEN) da constituição do Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista, em 1953, no Instituto Superior de Agronomia, asseguraria a associação temporã entre a formação superior e a investigação, promissora do desenvolvimento da categoria profissional e da sua projecção no âmbito internacional (Figura 2aFigura 4).

No âmbito das relações internacionais que permitiram desde cedo a projecção dos profissionais de Arquitectura Paisagista, destaca-se a integração do Professor Caldeira Cabral na *International Federation of Landscape Architects* – IFLA, em 1951, como representante de Portugal, com o acordo do Instituto para a Alta Cultura. Estavam assim criadas as condições para a participação regular dos arquitectos paisagistas Portugueses nos congressos e exposições internacionais, organizados por esta federação. A partir de 1957, o Professor Caldeira Cabral desempenharia, através de eleição, o cargo de Vice-Presidente da *International Federation of Landscape Architects* – IFLA tendo assumido, mais tarde, o cargo de Presidente desta federação, no período de 1962 a 1966.

A consagração do trabalho desenvolvido pela Arquitectura Paisagista Portuguesa verificar-se-ia, ainda, na primeira geração de arquitectos paisagistas, com a primeira participação na Exposição Internacional em Zurique, em 1956, onde o trabalho dos

---

motivações: “Comecei a estudar o assunto e verifiquei haver duas coisas distintas e que então se confundiam na designação genérica de jardinagem: a jardinagem propriamente dita, ramo especial da horticultura, e a arquitectura paisagista que se ocupa da concepção e projecto do jardim. Se a primeira era entre nós rudimentar, a segunda não existia de todo. Porque logo me pareceu que o melhoramento da parte material do jardim seria inútil enquanto não estivesse bem clara a ideia ordenadora, o plano do mesmo, propus e foi aceite que estudasse a arquitectura paisagista” (Cabral apud Andresen, 2008)

<sup>3</sup> O curso de Arquitectura Paisagista na *Institut für Gartengestaltung da Friedrich Wilhelm Universität*, em Berlim iniciou-se em 1929. (Andresen, 2003)

Arquitectos Paisagistas Portugueses mereceu a seguinte crítica na publicação periódica da especialidade – *Journal of the Town Planning Institute*: “(...) a contribuição Portuguesa sobre conservação da paisagem era particularmente original. Enquanto a maior parte dos trabalhos expostos mostravam bom desenho, mas técnicas de plantação pouco notáveis, encontramos aqui estudos muito mais avançados sobre o emprego do material vegetal.” (Telles et al., 1992). A evolução da profissão, expressa no trabalho desenvolvido pela Arquitectura Paisagista Portuguesa, viria a ser novamente consagrada a nível Internacional, em 1958, no Concurso para a Exposição Internacional de Floricultura “*Planten un Bloemen*” de 1963, em que o trabalho apresentado pelos Arquitectos Paisagistas Portugueses, no âmbito da remodelação dos espaços verdes de Hamburgo, obteve a medalha de Bronze.

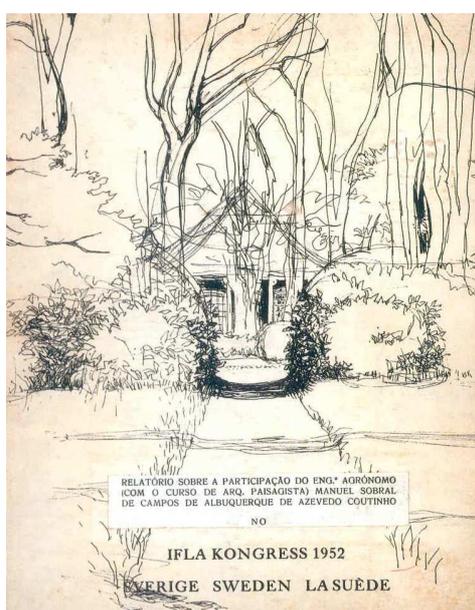


Figura 2 - Capa do relatório da autoria de Azevedo Coutinho relativo à participação no 3º Congresso da IFLA, em 1952 (Fonte: Andresen, 2003)

O Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista, do Instituto Superior de Agronomia seria assim a entidade, no âmbito da qual, até 1975, se desenvolveriam as relações internacionais dos profissionais, bem como a organização das visitas de estudo de alunos e docentes (Magalhães, 1995).

Os primeiros estudos e projectos de Arquitectura Paisagista, realizados em Portugal, durante a década de 40, do Séc. XX, foram realizados pelo Arquitecto Caldeira Cabral, até à formatura dos primeiros alunos (Magalhães, 1995); mas seria a criação do Serviço de Arquitectura Paisagista na Direcção Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), em 1958, que daria início a uma primeira fase da integração dos primeiros formados em Arquitectura Paisagista, na Administração Central, após a participação

prévia destes profissionais nos Serviços de Arborização e Jardinagem, da Secção de Melhoramentos Urbanos da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) (Araújo, 2009).



Figura 3 – Capa do catálogo da Exposição Itinerante da IFLA, inaugurada em 1957, em Zurique (Fonte: Andresen, 2003)

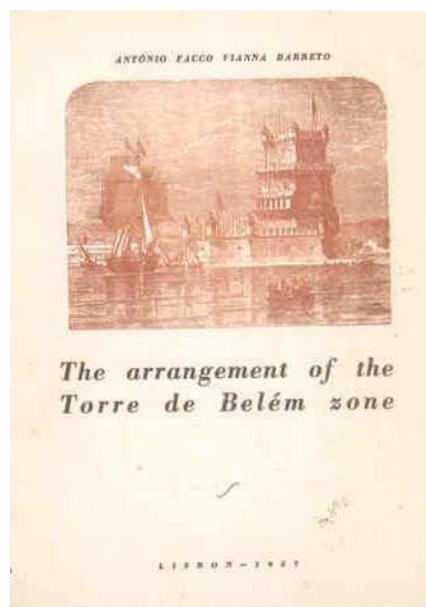


Figura 4 – Publicação sobre o projecto da Torre de Belém de Viana Barreto (1957, realizada por ocasião da Exposição Itinerante da IFLA (Fonte: Andresen, 2003)

É ainda de destacar o papel da actividade profissional da Arquitectura Paisagista, em outros organismos do Estado, nos estudos da Junta de Colonização Interna, para as colónias da Gafanha (Figura 5), Mira e Pegões, entre outros, realizados com a integração de um arquitecto paisagista, desde 1954; a colaboração do arquitecto paisagista António Campello no Plano Director da Região de Lisboa (PDRL), em 1965 (Figura 6); a integração do primeiro arquitecto paisagista, em 1966, na Junta Autónoma de Estradas e finalmente a participação desta profissão no trabalho da Junta de Povoamento de Moçambique (CEAP, 1968).

Deste modo, foi rápida a integração dos formados em Arquitectura Paisagista, na Administração Pública, com a criação de serviços específicos, ou pelo ingresso em entidades pré-existentes, como fruto do reconhecimento da necessidade das competências detidas por esta categoria profissional.

Não obstante este facto, os esforços conduzidos, desde 1969, para a transformação do Curso Livre de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia, num curso conducente ao grau de licenciatura, teriam resposta, apenas em 1981. Após a intervenção conjunta da Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista, dos órgãos de gestão do Instituto Superior de Agronomia e da Associação de Estudantes, junto da

Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa e do Ministério da Educação e Universidades (MEU), quatro décadas após a constituição do curso livre, foi criado o Curso de Licenciatura em Arquitectura Paisagista, através do Decreto n.º 128/81, de 21 de Outubro, com a aprovação do respectivo Plano de Estudos, pela Portaria n.º 1072/81, de 17 de Dezembro (Telles *et al.*, 1992).



Figura 5 – Fotografia aérea da Colónia Agrícola da Gafanha, em 1970 após a implementação do Plano de Ordenamento Paisagístico e da Urbanização da referida colónia agrícola (Fonte: Andresen, 2003)



Figura 6 – Plano da Estrutura Verde de Lisboa (s.a., s.d. *In* Andresen, 2003)

### 3. O Ensino da Arquitectura Paisagista em Portugal

A introdução do ensino da Arquitectura em Portugal data de 1941. No Esboço do Programa do Curso Livre de Arquitectura Paisagista, Caldeira Cabral realçava a complementaridade entre algumas cadeiras do curso geral do Instituto Superior de Agronomia, designadamente - Botânica, Matemáticas Gerais, Física Agrícola, Química Agrícola, Microbiologia, Topografia, Agricultura Geral, Arboricultura e Horticultura, Viticultura, Silvicultura, Construções Rurais, e Hidráulica Agrícola - e as disciplinas integradas no curso livre, com duração de quatro anos e a iniciar no segundo ano do curso geral (Cabral *apud* Andresen, 2003).

Quadro 1 - Esboço do Programa do Curso Livre de Arquitectura Paisagista, proposto em 1941 (Fonte: Cabral *apud* Andresen, 2003)

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Construção de Jardins	Plantas de Jardim	Arquitectura Paisagista I	Arquitectura Paisagista II
Desenho à Vista e Aguarela	Elementos de construção civil e Arquitectura	História de Arte I	História de Arte II
Geometria Descritiva e Perspectiva			Urbanismo e Colonização

Durante as primeiras duas décadas de existência o Curso Livre de Arquitectura Paisagista, do Instituto Superior de Agronomia era frequentado a par dos Cursos de Engenharia Agronómica ou Silvícola. No entanto, a partir de 1966, ingressam alunos inscritos apenas em Arquitectura Paisagista, a pedido do Professor Caldeira Cabral, que entendia ser esse um procedimento com potenciais efeitos dinamizadores, no processo de negociação com o Ministério da Educação Nacional (MEN), no sentido da transição do curso livre para o regime de curso de licenciatura normal (Magalhães, 1995).

O primeiro Plano de Estudos do Curso de Licenciatura em Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia, criado quatro décadas após a constituição do curso livre, através do Decreto n.º 128/81 (Telles *et al.*, 1992) apresentava, no que concerne à valorização dada aos conteúdos científicos, uma relação entre disciplinas de formação de base e disciplinas específicas, semelhante à apresentada nos conteúdos curriculares do primeiro Curso Livre de Arquitectura Paisagista. Os primeiros dois anos do curso, comuns às restantes licenciaturas do Instituto Superior de Agronomia, sublinhavam o vínculo essencial às ciências agronómicas, a seguir aos quais os

conteúdos curriculares resultavam de uma série de disciplinas específicas da Arquitectura Paisagista, às quais se associavam algumas das disciplinas leccionadas em outras licenciaturas do instituto. Entre as disciplinas específicas integravam-se designadamente: Arquitectura Paisagista, Aplicação de Vegetação ao Projecto de Arquitectura Paisagista, Construção de Zonas Verdes, Ordenamento do Território, Projecto, História de Arte (FUP, 2003).

O Ensino Superior da Arquitectura Paisagista iniciado no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa viria a ser ampliado em Portugal, em 1978, através da criação, no Instituto Universitário de Évora, de um Curso de Licenciatura em Planeamento Biofísico (através do Decreto Regulamentar n.º 38/78, de 25 de Outubro), no qual a Arquitectura Paisagista constituía uma linha de opção, a par da Engenharia Biofísica (UE, 2003).

Apenas dois anos após a criação da Licenciatura em Planeamento Biofísico, em 1981, seria finalmente criada na Universidade de Évora a licenciatura em Arquitectura Paisagista, coetânea do mesmo curso de licenciatura no Instituto Superior de Agronomia, sendo estabelecida a sua estrutura curricular e plano de estudos (Decreto n.º 36/81, de 7 de Março; Portaria n.º 340/81, de 14 de Abril e Despacho n.º 80/ES/82). Em 1987, realizar-se-iam alguns acertos através da Portaria n.º 643/87, de 22 de Junho (planos de estudo fixados através do Despacho n.º 39/SEES/87).

A reforma seguinte do Curso de Licenciatura em Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia ocorreria no mesmo período - 1986-87, em consequência da necessidade de aumentar o peso das disciplinas específicas de Arquitectura Paisagista, nomeadamente, Projecto e Ordenamento do Território, bem como de integrar disciplinas complementares, artísticas e humanísticas - História de Arte dos Jardins e História do Conhecimento Humano; científicas - Ecologia da Paisagem e Ecologia da Poluição; conduzindo a uma redução do número de disciplinas de formação de base científicas e tecnológicas (AA.VV., 2003). No quadro da reestruturação geral dos cursos de licenciatura do Instituto Superior de Agronomia, em 1989, constituem-se os Cursos de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e História e Estética da Paisagem, criando condições para o percurso da carreira académica em Arquitectura Paisagista (Telles, *et al.*, 1992).

Assim, a evolução do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa foi determinada, até 2003, pelas alterações sucessivas do currículo da licenciatura a partir da reforma de 1986 (Decreto-Lei nº327/86); respectivo plano de estudos de 1987; modificações introduzidas em 1989; e pelo plano de estudos criado em 1998 e reformulado em 2001 (Despacho nº19962/2001) (ISA,

2003). A alteração do plano de estudos realizada em 1998, teve como objectivos principais ajustar a licenciatura ao mercado de trabalho dos arquitectos paisagistas (ISA, 2003).

A redução do número de disciplinas por semestre, decorrente da reformulação operada em 2001, realizou-se com o propósito de fazer convergir gradualmente, a generalidade das licenciaturas do ISA, para a Carta de Bolonha. Estes procedimentos implicaram uma nova revisão do plano de estudos, pois a redução de disciplinas veio permitir a antecipação no curricula de algumas disciplinas específicas da licenciatura. Desta forma permitiu-se o contacto mais precoce dos alunos com disciplinas específicas da sua formação, nomeadamente nas áreas de desenho e fundamentos da arquitectura paisagista, à semelhança do que se verificava em outras licenciaturas de arquitectura paisagista no País, Europa e EUA (ISA, 2003). O reforço da formação em Teoria da Arquitectura Paisagista e nas áreas do Planeamento Urbano constituiu outro aspecto positivo das alterações do plano de estudos, verificadas em 2001, através das reformulações introduzidas nas disciplinas de Teoria e Ordenamento do Território, e ainda com a introdução da disciplina de Urbanística (ISA, 2003).

No curso de Licenciatura de Arquitectura Paisagista na Universidade de Évora, apesar das várias tentativas de revisão curricular, na prática, o plano de estudos fixado pelo Despacho n.º 39/SEES/87 manteve-se, no essencial, até 2001, tendo apenas sido efectuados, pelos docentes, ajustamentos e actualizações de conteúdos programáticos e pequenos acertos no Plano de Estudos, com a introdução de disciplinas optativas (UE, 2003a).

Somente quando entrou em vigor a reforma curricular da Licenciatura em Arquitectura Paisagista, fixada pela Deliberação nº 1065/2001, do Senado Universitário de Évora, se vieram a solucionar um conjunto de problemas detectados, tanto no relatório de auto-avaliação da licenciatura (1997), elaborado pela comissão de curso desta universidade, como no relatório final da Comissão Externa de Avaliação (2000). Esta reforma visou, nomeadamente, o aumento do peso das disciplinas específicas da área científica da Arquitectura Paisagista e a sua antecipação para os primeiros semestres do curso, à semelhança do que sucedia no mesmo curso de licenciatura no Instituto Superior de Agronomia; a estruturação curricular efectuada em torno de dois núcleos de disciplinas de síntese e aplicadas – “Projectos” e “Planos” de Arquitectura Paisagista; e a possibilidade de seguir duas “vertentes” coerentes do curso (Projectos e Ordenamento do Território), procurando assegurar-se, no entanto, o perfil abrangente e transversal da licenciatura. (UE, 2003a)

A consciencialização do papel da categoria profissional e a sua crescente responsabilidade no âmbito das práticas que incidem sobre a protecção, transformação, gestão e ordenamento da paisagem conduziu à expansão da oferta de formação académica, no ensino superior público, em Arquitectura Paisagista, com a criação dos cursos de licenciatura em Arquitectura Paisagista, das Universidades do Algarve e de Trás-os-Montes e Alto Douro, em 1998, e em 2001 do curso de licenciatura em Arquitectura Paisagista, da Universidade do Porto. No mesmo ano, no Ensino Privado, foi criado o curso de licenciatura em Arquitectura Paisagista, da Escola Universitária Vasco da Gama (APAP, 2003).

A acreditação oficial destes cinco cursos de licenciatura (Ensino Público) pela Associação Portuguesa de Arquitectura Paisagista teve por base as normas instituídas pela *European Foundation of Landscape Architecture* (EFLA), que incidiam sobre “(...) a identificação de um conjunto de conteúdos disciplinares considerados fundamentais na formação do Arquitecto Paisagista e no volume/quantidade de trabalho desenvolvido nessas mesmas áreas disciplinares.” (Alfaiate, 2003). Actualmente, a publicação de documentos e normativas, designadamente, a Lei nº 31/2009 (3 de Julho), o Processo de Bolonha (Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de Março)<sup>4</sup>, a Charter for Landscape Architecture Education (IFLA, 2005) e o Guidance Document for Recognition or Accreditation (IFLA, EFLA, 2008), alterou o enquadramento das orientações nacionais e internacionais em matéria de acreditação da formação superior em Arquitectura Paisagista, o que dita a necessidade de adequação dos critérios de avaliação para a admissão dos formados à Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas (APAP, 2010).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> A aplicação do Processo de Bolonha à formação superior em Arquitectura Paisagista, integrada na área de educação e formação da Arquitectura e Urbanismo (Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação, Portaria nº 256/2005 de 16 de Março), organizou hierarquicamente esta formação em 3 ciclos, Licenciatura (3 anos), Mestrado (2 anos), Doutoramento (4 anos).

<sup>5</sup> Este trabalho tem vindo a ser desenvolvido pela Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas existindo, à data, um documento de trabalho da directiva que será adoptada pela associação profissional nesta matéria, designadamente, a *Directiva para a admissão de sócios pela Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas – critérios de avaliação* (2010).

### 3.1 A Especificidade da Formação

A formação superior em Arquitectura Paisagista encontra-se integrada na área de educação e formação - Arquitectura e Urbanismo, segundo a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (Portaria nº 256/2005 de 16 de Março). No que concerne aos programas de formação, esta área divide-se em duas - a arquitectura, que diz respeito à arte, à ciência e às técnicas de desenho de construção civil, englobando os fins utilitários, como os fins estéticos; e o urbanismo que visa o crescimento ordenado e a melhoria das cidades, simultaneamente no plano funcional, como no plano estético (Portaria nº 256/2005). Esta área integra os programas cujo conteúdo principal incide sobre variadas formações, entre as quais, se integra a Arquitectura Paisagista.

Destaca-se, num primeiro momento, que a formação em Arquitectura Paisagista se integra, simultaneamente, em ambas as sub-áreas definidas – arquitectura e urbanismo, o que não acontece com a generalidade das formações incluídas nesta área de educação e formação. O seu campo de acção exige que a formação se estenda à formação em Ordenamento<sup>6</sup>, que não é considerada nesta portaria, como área de formação da Arquitectura Paisagista (Portaria nº 256/2005). Como já se referiu, segundo a Escola de Arquitectura Paisagista Portuguesa, herdeira da escola alemã, o Projecto e o Ordenamento da Paisagem, correspondem a duas competências que devem ser trabalhadas, simultaneamente, na formação em Arquitectura Paisagista, o que é corroborado ainda pela definição da categoria profissional dada pela *International Federation of Landscape Architects* (IFLA, 2003), enquanto actividade profissional que conduz a investigação e consultoria em ordenamento, projecto e gestão da paisagem, intra e extra-urbana ou rural, sua conservação, sustentabilidade e desenvolvimento.

---

<sup>6</sup> Acentua-se na Portaria nº 256/2005 de 16 de Março, a confusão inerente aos conceitos de paisagem e território, pela inclusão de duas áreas de formação em Ordenamento do Território e Ordenamento Paisagístico, a que acresce a problemática inclusão da área de formação em Ordenamento Urbano, que não se sabe se será do território ou da paisagem. Na verdade, não se pode formar e educar para o exercício do Ordenamento, se nem sequer se sabe identificar o âmbito global, a que se deve reportar esta actividade, que é sem sombra de dúvida a paisagem, na sua acepção global, de paisagem humanizada, urbana e rural. Sobre este assunto Vid. Assunto, R., Paisagem – Ambiente – Território: Uma tentativa de clarificação conceptual In Serrão, A. (Coorden.) *Filosofia da Paisagem: Ensaios críticos*. Tradução de Cristina Leal. (No Prelo)

A formação em Arquitectura Paisagista deve incluir, segundo Alfaiate (2003) quatro áreas fundamentais: formação em Teoria da Arquitectura Paisagista, aplicada ao ensino prático do Projecto, Ordenamento e Gestão da Paisagem; formação técnico-científica; formação Estética, Artes Plásticas e Técnicas de Representação e Formação em Ciências Sociais e Humanas (Gráfico 1).

No que respeita aos conteúdos específicos da formação em Arquitectura Paisagista acentua-se a Teoria da Arquitectura Paisagista aplicada ao Projecto, Ordenamento e Gestão da Paisagem, nas suas diferentes escalas, em que o projecto neste âmbito alargado implica a aprendizagem das Técnicas de Construção aplicadas à Paisagem, bem como a formação específica em História da Arte e dos Jardins, em Estética da Paisagem (actualmente alargada à Ética da Paisagem) e em Técnicas de Representação (Alfaiate, 2003). Deste modo, esta área deverá fornecer o conhecimento necessário, teórico e prático, que permita a integração de todas as matérias sectoriais e propedêuticas incluindo, em Portugal, as unidades curriculares designadas por: Introdução à Arquitectura Paisagista, Teoria da Arquitectura Paisagista, Projecto de Arquitectura Paisagista e Técnicas de Construção Aplicadas, Ordenamento do Território <sup>7</sup>, Projecto de Recuperação e Gestão da Paisagem Cultural, Vegetação aplicada ao Projecto de Arquitectura Paisagista, Engenharia Aplicada à Arquitectura Paisagista, Projecto e crítica do Espaço Público, Tópicos Avançados em Arquitectura Paisagista (opcional), Teoria e Métodos de Ecologia da Paisagem, Projecto de Recuperação da Paisagem, Estudo de Impacto Ambiental, Vegetação do Espaço Urbano, Ecologia da Paisagem Aplicada, entre outras .

No âmbito da formação técnico-científica, a associação dos cursos de Licenciatura em Arquitectura Paisagista com as Engenharias Agronómica e Silvícola, distingue e eleva a formação em Arquitectura Paisagista em Portugal, em relação ao ensino desta Arquitectura nos restantes países Latinos da Europa o que permite, necessariamente,

---

<sup>7</sup> A designação da unidade curricular refere-se ao território e não à paisagem, pelas dificuldades inerentes ao uso destes conceitos, tendo sido preterido o conceito paisagem, em relação ao conceito território, pela predominância e integração do conceito território na prática de várias categorias profissionais, sobretudo no modernismo, no âmbito geral de um tratamento positivista dos objectos disciplinares, o que conduziu a uma consagração deste conceito na legislação Portuguesa e Internacional. A evolução sentida na primeira década do séc. XXI, depois de uma fase de avaliação das consequências do modernismo, que se prolongou desde os anos 70 até ao fim do séc. XX, de que é exemplar a obra de Rosario Assunto - *Il Paesaggio e l'Estetica* (1973) e em Portugal, a obra de Gonçalo de Ribeiro Telles - *Para Além da Revolução* (1985) e ainda a obra - *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade* de Manuela Raposo Magalhães (2001), alcançou-se uma legitimação internacional do conceito de paisagem, atestada pela emanção da Convenção Europeia da Paisagem (2000), vertida na legislação Portuguesa no Decreto-lei nº 4/2005 de 14 de Fevereiro. Resta proceder à substituição do conceito de Território pelo conceito de Paisagem, necessária nos instrumentos legais e mesmo na nomenclatura das áreas de educação e formação, a que se refere a Portaria nº. 256/2005 de 16 de Março, para que se expresse no discurso a evolução do conhecimento neste âmbito.

uma intervenção arquitectónica ponderada por uma visão holística da Paisagem fundamentada, neste caso, nas Ciências da Terra e da Natureza (Alfaiate, 2003). Esta informação propedêutica e sectorial deve constituir um sistema coeso, assumindo grande importância a atitude de síntese e o estabelecimento de relações, de tipo horizontal, entre as matérias sectoriais que concorrem para a natureza da intervenção em Arquitectura Paisagista, pois como refere Magalhães (2001), *“A concepção da forma tem necessariamente que contar com o profundo conhecimento das matérias e dos materiais da Arquitectura Paisagista, bem como das técnicas que em determinado momento estão disponíveis para lhes dar corpo, em termos de contextualidade com a cultura, a ecologia da região e o sítio da intervenção”*. Incluem-se nesta área disciplinas como: Biologia, Física, Química, Climatologia e Recursos Hídricos, Geociências, Geomática, Ecologia, Solos e Nutrição Vegetal e ainda algumas unidades curriculares de carácter optativo - Estratégias de Protecção Integrada, Génese e Qualidade do Solo, Estatística, Horticultura Ornamental.

No que respeita à formação Estética, Artes Plásticas e Técnicas de Representação, o conjunto de unidades curriculares integradas neste âmbito visam o desenvolvimento da capacidade de observar, representar e interpretar criticamente a Paisagem, através da expressão gráfica e outras técnicas de representação, traduzindo-se num estímulo à criatividade e à capacidade de comunicação plástica (Alfaiate, 2003). Nesta área incluem-se unidades curriculares como a História da Arte e Desenho, Desenho de Representação e Apresentação da Paisagem, Desenho Assistido por Computador, Desenho de Comunicação, entre outras.

Por último, a área de formação em Ciências Sociais e Humanas, complementa as anteriores no sentido em que permite a compreensão da paisagem enquanto reflexo da humanização, a que subjaz um posicionamento estético, histórico-cultural e sócio-económico, integrando as seguintes unidades curriculares: História do Urbanismo, Estética e Ética da Paisagem, História da Arte e Desenho, História e Teoria da Arte dos Jardins e Sociedade e Sistemas Rurais.

No entanto, como acentua Magalhães (2001), em Arquitectura Paisagista a técnica não integra apenas o conhecimento das matérias e dos materiais com que lida, mas a elaboração do projecto exige um processo que tem de ser racionalizado e desenvolvido, no seu âmbito, bem como nas suas relações com todos os agentes exteriores ao projecto, conduzindo ao que se designa por metodologias específicas que evoluíram, no caso da Arquitectura Paisagista, para o que actualmente se designa por metodologias integrativas.

### Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal Outubro de 2010

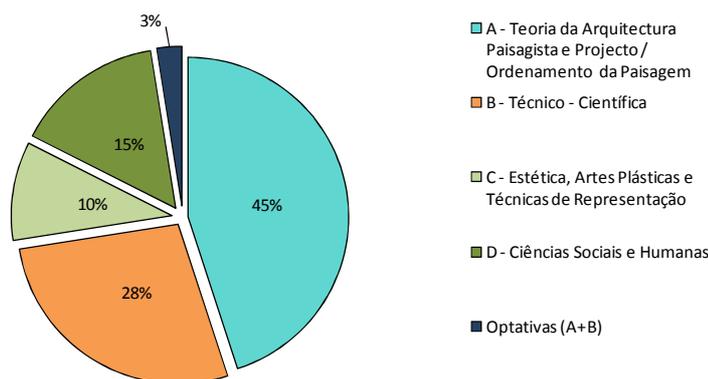


Gráfico 1 -- Áreas fundamentais de formação do curso de Arquitectura Paisagista no ISA (3+2 anos), ano lectivo 2010-2011 (Fonte: ISA, 2010)

A prática da Arquitectura Paisagista estabelece-se desde o pequeno espaço (escala do Lugar) à grande paisagem (a escala do país). Apesar do uso de diferentes metodologias consoante a escala de intervenção, o que distingue a actuação do Arquitecto Paisagista, em relação a outras profissões actuantes no espaço-paisagem é, segundo Magalhães (2001), a exigência de conjugar a adequação às características ecológicas da área de intervenção e a adequação cultural da obra, em função das características culturais da paisagem humanizada e das características socio-históricas das populações a que se dirige, sempre numa perspectiva de criação de beleza. No que se refere a este objectivo estético da actividade da Arquitectura Paisagista, como referiu Caldeira Cabral (1993), *“a solução artística, distinta da solução meramente técnica pela largueza das suas concepções, ao tomar em consideração a necessidade de uma síntese, exprime uma beleza que a mera técnica nunca alcança”*.

Concluindo, apesar da ligação histórica existente entre a Arquitectura Paisagista e a Arquitectura de Jardins e a Jardinagem<sup>8</sup>, a Arquitectura Paisagista é uma profissão projectual que tem por objectivo a concepção, construção, ordenamento e gestão da paisagem, a todas as escalas e em todos os contextos ambientais<sup>9</sup>, sempre numa

<sup>8</sup> Salienta-se a integração da Arquitectura Paisagista na área de educação e formação - Arquitectura e Urbanismo, segundo a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (Portaria nº 256/2005 de 16 de Março) apesar desta formação incluir, necessariamente, unidades curriculares próprias da formação técnico-científica do grande grupo da Agricultura (grupo 6), segundo a classificação definida pela portaria referida. Apesar deste facto, a Arquitectura Paisagista distingue-se, quer da jardinagem, como da concepção e construção de parques e jardins, áreas de educação e formação especificamente integradas na Floricultura e Jardinagem (622) e no grupo geral da Agricultura (Portaria nº 256/2005 de 16 de Março). A área de educação e formação - Floricultura e Jardinagem exclui, especificamente, a formação em Arquitectura Paisagista (Cf. Portaria nº 256/2005 de 16 de Março, p. 2297).

<sup>9</sup> Salienta-se aqui que a definição de ambiente a que se alude integra, quer o sentido biológico, das condições de vida favorecidas pelas características físicas da paisagem, como o sentido histórico-cultural, que advém das características resultantes da humanização da paisagem, de acordo com a

perspectiva arquitectónica (Figura 7 e 8). Para o efeito exige a síntese do conhecimento científico e humanístico relativamente às componentes ecológicas e culturais da paisagem, integrado através de metodologias de intervenção inovadoras, capazes de orientar as transformações inevitáveis, sem comprometer a singularidade de cada paisagem.

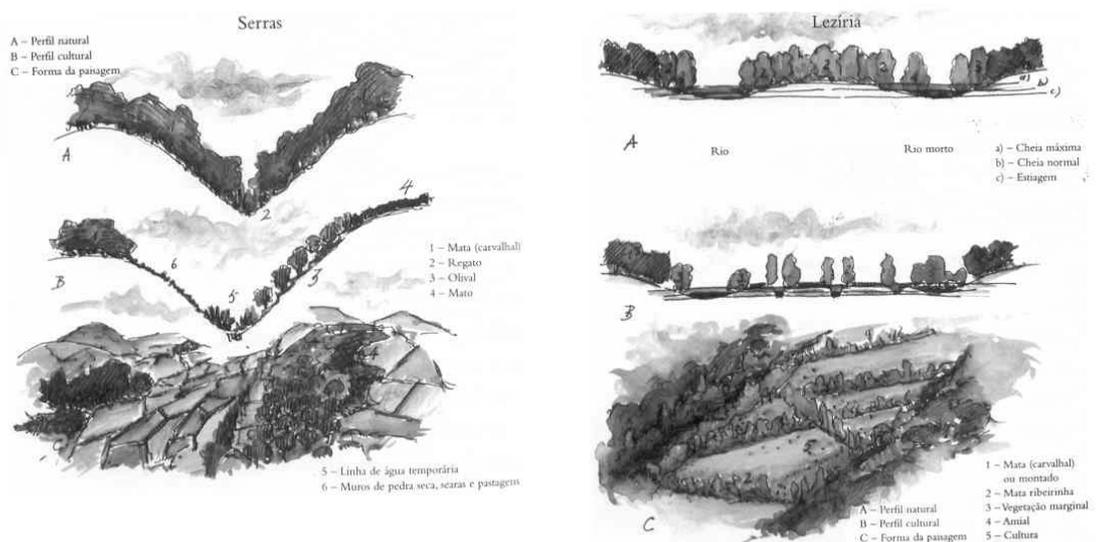


Figura 7 e Figura 8 – Perfil cultural da paisagem resultante do ordenamento da paisagem, em diferentes tipologias de paisagem, serrana e de lezíria, respectivamente (Fonte: Telles *In* Caetano, 2003)

---

definição de Assunto, R., Paesaggio - Ambiente - Territorio. Un tentativo di precisazione concettuale *In* Serrão, A. (Coorden.) *Filosofia da Paisagem: Ensaio críticos*. Tradução de Cristina Leal. (No Prelo)

## 4. A Prática da Arquitectura Paisagista em Portugal

### 4.1. Inovação, Intervenção Política e Legislação

#### 4.1.1 O Conceito de Paisagem

O termo Paisagem terá surgido no séc. XVI devido à necessidade de nomear uma realidade, à qual a designação de “Natureza” já não correspondia. De facto, a Natureza significava o mundo natural sem intervenção humana, cuja existência era cada vez mais reduzida, devido à generalização dessa intervenção. No entanto, o próprio conceito de Paisagem evoluiu, desde uma conotação visual, até à acepção que o modernismo do séc. XX lhe veio a atribuir. Para essa evolução contribuiu, em grande medida, a Arquitectura Paisagista, enquanto categoria profissional, em Portugal e, do mesmo modo, nos outros países da Europa e do mundo, onde foi surgindo esta formação no ensino superior. É esta última versão do conceito, com tudo o que implica em matéria de olhar e intervir na Paisagem que a Arquitectura Paisagista Portuguesa introduziu em Portugal e veio mais tarde a ser considerado na Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87 de 7 de Abril, alterada pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro - artigo 5º 2. c)) como: *“Paisagem é a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da Natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima e cultural quando a acção humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica”*.

Rosario Assunto (1973) clarifica este conceito dizendo: *“«Paisagem» é a «forma» na qual se exprime a unidade sintética a priori (no sentido kantiano: não «unificação» de dados recebidos separadamente, mas «unidade» condição necessária à apresentação na consciência) da «matéria (território)» e do «conteúdo-ou-função (ambiente)»*. E acrescenta: *“Não será no entanto imprudente supor que, tal como o conceito de «ambiente» inclui em si aquele de «território», assim o conceito de «paisagem» inclui em si aquele de «ambiente»: então a realidade que devemos estudar e sobre a qual, se necessário, devemos intervir, é sempre a «paisagem», e não o «ambiente» e muito menos o «território»*.”<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Assunto, R., A paisagem e a Estética (excertos) In Serrão, A. (Coorden.) *Filosofia da Paisagem: Ensaios críticos*. Tradução de Pedro Sargento. (No Prelo)

A Paisagem é portanto, nesta acepção, a resultante espacial da intervenção do Homem sobre a Natureza, pelo que a intervenção que tenha este conceito como pressuposto, inclui o conhecimento disponível em termos das suas componentes físicas e biológicas e também da cultura representativa do Homem que, ao longo dos tempos, a foi moldando. Ao contrário do significado que lhe era dado no séc. XIX, de uma unidade visual, o conceito actual inclui aquilo que se vê, mas também toda a informação e processos que não se vêem, mas têm um papel determinante na sua formação e dinâmica. A escola de Arquitectura Paisagista, que surgiu como resposta à necessidade de resolver os problemas criados pela sociedade industrial, intervém na Paisagem com uma fundamentação científica, de base ecológica, social e económica. É esta abrangência de conhecimentos que é transmitida nos cursos de nível superior, bem como a capacidade de síntese, orientada para uma intervenção futura, através da capacidade projectual. A formação do Arquitecto Paisagista constitui portanto uma formação específica<sup>11</sup>, diferenciada da Arquitectura Civil, sobretudo pela formação ecológica e os conhecimentos no domínio da cultura rural, tendo em comum a história da arte, da arquitectura e do urbanismo e a preparação para a concepção espacial, traduzida no Projecto de Paisagem.

#### **4.1.2 De Meados dos Anos 40 até à Revolução Democrática**

A contribuição mais significativa da primeira geração da Arquitectura Paisagista Portuguesa consistiu na introdução, em Portugal, dos conhecimentos científicos da Ecologia, na perspectiva da sua aplicação a problemas concretos da paisagem, o que exigia um conhecimento relacional diverso da prática especializada a que eram limitados os estudos sectoriais de Ciências da Natureza, ao longo do séc. XIX e até aos inícios do séc. XX (Magalhães, 2006). A formação do primeiro Arquitecto Paisagista Português - Francisco Caldeira Cabral no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa e no *Institut für Gartengestaltung* da *Friedrich Wilhelm Universität*, em Berlim, seria considerada na sua distinção, pelo seu professor Heinrich Wiepking, pois este instituto Alemão ministrava um ensino completo, tanto no que respeita à formação artística, como científica, sendo o programa de formação superior claramente inovador e cabal, em relação às restantes formações ministradas na Europa, designadamente, em França e Inglaterra (Wiepking *apud* Andresen, 2003).

---

<sup>11</sup> Sobre este assunto Vid. Capítulo 3. O Ensino da Arquitectura Paisagista em Portugal, ponto 3.1 A Especificidade da Formação, deste estudo.

A intervenção a diversas escalas, no Ordenamento da Paisagem, e no Projecto de Arquitectura Paisagista, caracterizaram a formação alemã de Caldeira Cabral que, desafiado por Wiekking a trazer de Portugal casos práticos para desenvolver nas disciplinas do curso relatava em 1937, numa carta ao Instituto para a Alta Cultura de que era bolseiro: “*Trouxe para trabalhar aqui elementos para um cemitério e uma escola na Beira Alta, numa aldeia junto da Serra da Estrela, um pequeno jardim em Lisboa e finalmente os dados para um projecto de um grande parque nos arredores de Lisboa (...) iniciei ainda o estudo a que me referi no meu último relatório sobre a charneca do Algueirão (...)*” (Cabral *apud* Andresen, 2003). O Curso de Arquitectura Paisagista criado no Instituto Superior de Agronomia, em 1941, que formou os primeiros profissionais em 1946, introduz assim uma nova perspectiva sobre a intervenção na Paisagem, consoante os modos de ocupação humana, rural ou urbano.

No que respeita à concepção do espaço exterior, aquilo que vigorava em Portugal, na década de 40, era o estilo neo-clássico, à semelhança do que se tinha verificado nos países europeus governados por ditaduras. As obras realizadas para a Exposição do Mundo Português, em 1940, bem o atestam. Pelo contrário, a escola de Arquitectura Paisagista propunha-se “*trabalhar com a Natureza e não contra ela*” (Cabral, 1993), pelo que, requeria um conhecimento aprofundado das ciências da Natureza, não como tinha sido prática ao longo do séc. XIX e sobretudo no início do séc. XX, em termos sectoriais e especializados, mas de um modo relacional, na perspectiva da nova ciência da ecologia.

Um conceito que muito terá contribuído para esta nova perspectiva foi o de *Homeostasis*, definido pelo americano, Walter Cannon, em 1929, para o organismo humano (Cabral, 1980). Este conceito, aplicado aos seres vivos e sobretudo à Paisagem, introduzia uma perspectiva dinâmica no modo de olhar o mundo e também a noção de limiar, ou de limites, dentro dos quais o Homem pode actuar, de modo a manter a resiliência dos sistemas. A estética resultante desta abordagem era uma estética naturalista que, para os leigos se poderia confundir com a estética romântica, ou aquilo que genericamente foi designado por “estilo paisagista”, originado nos parques públicos americanos e ingleses, logo seguidos pela Alemanha, Áustria e Holanda. No entanto, a escola de Berlim, onde o fundador da Arquitectura Paisagista Portuguesa se formou, estava para além do simples naturalismo romântico. A interpretação que fazia da Paisagem e a intervenção que propunha baseava-se na ecologia científica e portanto no conhecimento dos factores de ambiente e das suas inter-relações.

No caso de Caldeira Cabral e da primeira geração de profissionais que formou, a este conhecimento da ecologia, acrescia um profundo conhecimento da cultura que tinha

trabalhado a terra e erigido o património. Este aspecto, muito importante, distinguiu esta geração do modernismo estrito que negava o valor do passado e portanto da cultura tradicional. Se, por um lado, foi introduzido o conceito de aptidão ecológica da Paisagem às várias utilizações possíveis da Paisagem, por outro, a interpretação cultural era considerada indispensável à proposta de intervenções. “*A cultura melhora a qualidade do projecto*” dizia Caldeira Cabral.

As principais inovações introduzidas, enroupadas por uma estética naturalista, diziam respeito, não só à localização das funções (dependente da aptidão ecológica), como à vegetação utilizada. A vegetação natural ou tradicional (esta última, há muito adaptada) substituiu o gosto pelas exóticas, introduzido no Renascimento e que se manteve até ao séc. XX (mantém-se ainda). O uso das plantas anuais foi minimizado e substituído pelo das plantas vivazes, cujos reduzidos cuidados de manutenção permitiam criar o espaço verde urbano que, na cidade, substituiu o jardim de quarteirão romântico.

A análise dos projectos de Caldeira Cabral e da primeira geração de Arquitectos Paisagistas que, em 2003, foram expostos na Fundação Calouste Gulbenkian, mostram como Caldeira Cabral articulava os novos conceitos com elementos tradicionais. A sua intervenção no Parque do Jamor (Figura 9) demonstra as consequências do conhecimento ecologista, por oposição à geometria neo-clássica de Jacobetti.

O projecto de R. Telles e Caldeira Cabral para a Av. da Liberdade (anos 50) (Figura 11) que tanta celeuma provocou, não tendo sido aprovado, devido à inovação que representava, face às referências neo-clássicas dominantes, propunha um percurso de peões, integrado entre vegetação climática que o separava das faixas de trânsito automóvel. Aqui são utilizados os princípios modernistas da separação de funções e da utilização de vegetação natural.

O Jardim da Gulbenkian, projectado por Ribeiro Telles e Viana Barreto, é um óptimo exemplo do novo estilo ecologista, trazido pelos Arquitectos Paisagistas portugueses. Constitui um dos espaços lisboetas mais apreciados pela população e mais visitado por profissionais estrangeiros, para além do projecto ter sido publicado em inúmeras referências estrangeiras, constituindo um marco da internacionalização da Arquitectura Paisagista Portuguesa, da primeira geração.

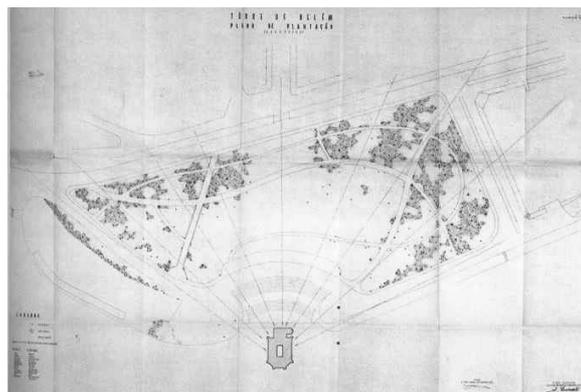
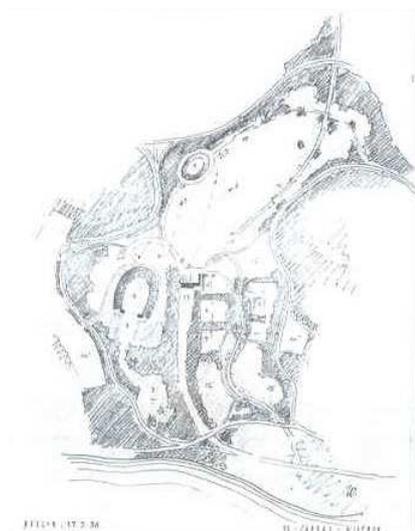


Figura 9 – Primeira Proposta para o Parque do Jamor de Caldeira Cabral e Conrad Wiesner, que realoca o estádio na encosta, libertando o vale e distribuindo os vários equipamentos desportivos integrando-os na paisagem. (Fonte: Cabral, 1938 *In* Andresen, 2003)

Figura 10 – Projecto de Enquadramento da Torre de Belém, Plano de Plantação (Fonte: Barreto, 1955 *In* Andresen, 2003)

O conceito de contínuo natural (que só em 1987 foi traduzido na legislação portuguesa - Lei de Bases do Ambiente, Lei nº 11/87) acompanhado dos princípios ecológicos de continuidade, diversidade e intensificação foi introduzido pela escola de Arquitectura Paisagista e, ainda hoje, é mal compreendido pelas outras profissões que operam na Paisagem.

É importante referir que esta primeira geração raramente utilizou o zonamento monofuncional, nos termos do que era proposto pela Carta de Atenas. Os poucos planos que utilizaram este conceito, por exemplo o Plano de Chelas de A. Denthinho, determinaram a aptidão ecológica à edificação, mas não defenderam a monofuncionalidade.

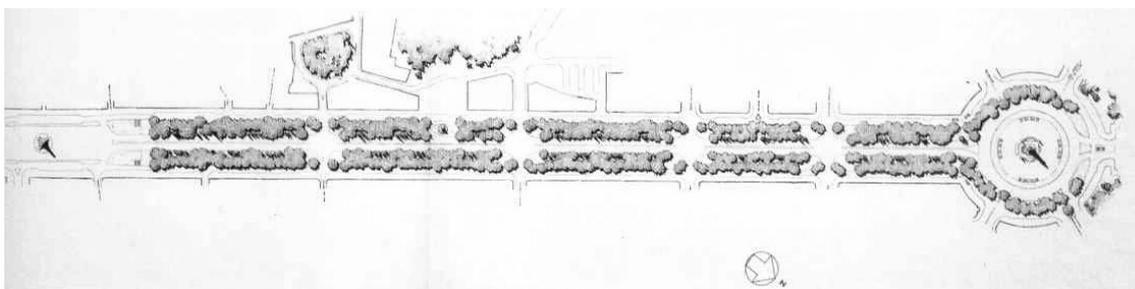


Figura 11 – Remodelação da Av. Da Liberdade, Plano Geral. Escala 1/1000 (Fonte: Telles, 1955 *In* Andresen, 2003)

Os Parques públicos realizados nesta fase também não aderiram à diferenciação funcional modernista. Só a título de exemplo: o Parque da Capela de S. Jerónimo (R. Telles, 1959), o Projecto de Enquadramento da Torre de Belém (Viana Barreto, 1955) (Figura 10), o Jardim da Gulbenkian (R. Telles & Viana Barreto, anos 60) (Figura 12 Figura 13), a Mata de Chelas (A. Dentinho, anos 60), nenhum delimita espaços monofuncionais destinados a este ou aquele grupo etário, tal como era apanágio dos modernistas.

Na Junta Autónoma das Estradas, foi defendido o conceito de integração paisagística e generalizada a utilização de vegetação autóctone na estabilização dos taludes.

Para concluir, esta primeira fase introduziu o melhor do período modernista: uma arquitectura útil, de base científica, fundamentada no conhecimento dos processos naturais - mas que não rejeitou a cultura como factor da concepção do espaço. A estética dos espaços criados era naturalista e rompeu com o neo-clássico fascista, o estilo que os arquitectos, em Portugal, designaram por “português suave”

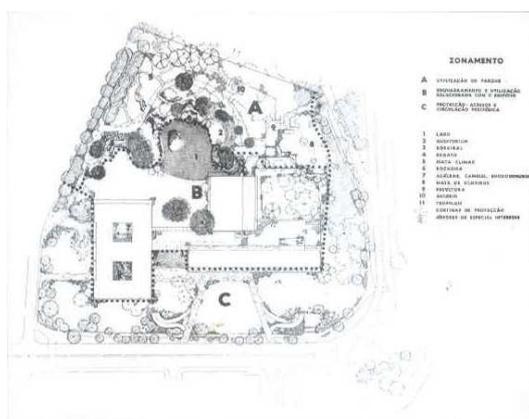


Figura 12 – Plano de Zonamento do Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Ante-Projecto (Barreto e Telles, 1961 *In* Andresen, 2003)

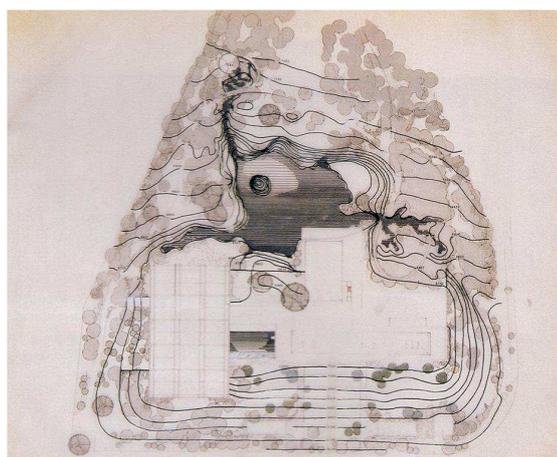


Figura 13 – Plano Geral do Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Projecto de Execução (Barreto e Telles, 1966 *In* Caetano, 2003)

#### 4.1.3 Pós-25 de Abril

A revolução democrática, em Portugal, representa um salto importante em termos de novas ideias e novas práticas que, no pós-2ª Guerra se tinham vindo a desenvolver, na Europa, mas que, em Portugal, não tinha sido possível implementar durante o Estado

Novo. A explosão de problemáticas novas conduziu à procura de novas soluções. O crescimento exponencial dos subúrbios de Lisboa e Porto, provocados pela entrada de retornados e emigrantes e pela proliferação de construções clandestinas que aproveitaram a falta de autoridade do Estado, exigiram medidas legislativas adequadas. A sensibilidade ambiental emergente, desde o princípio dos anos 70, levou ao Governo o Prof. Ribeiro Telles. Este Arquitecto Paisagista tinha-se notabilizado na profissão liberal e também como fundador da segunda escola do País, na Universidade de Évora, em 1973, na qual foi Prof. Catedrático, desde 1976.

A vertente mais importante desenvolvida nos primeiros anos que se seguiram a 1974 foi a da definição de novas políticas, nomeadamente no domínio da Conservação da Natureza, do Ordenamento do Território e do Ambiente, que foram traduzidas em legislação. A criação de uma rede importante de Áreas Protegidas (Decreto-Lei nº 613/76), a instituição de duas figuras de protecção ao solo vivo e às áreas mais sensíveis da Paisagem (Reserva Agrícola Nacional – Decreto-Lei nº 451/82 e Reserva Ecológica Nacional - Decreto-Lei nº 321/83) (Figura 14), bem como a instituição de Planos Regionais de Ordenamento do Território, nos anos 80, foram passos importantíssimos numa realidade em que a velocidade das modificações tudo comprometia. Todos estes diplomas foram propostos ao Governo por Ribeiro Telles, enquanto Secretário de Estado do Ambiente e, mais tarde, Ministro da Qualidade de Vida.

Na década de 90 do séc. XX, foram também Arquitectos Paisagistas que conseguiram a inclusão na lei portuguesa (Decreto-Lei nº 380/99) de uma Estrutura Ecológica<sup>12</sup>, expressa em todas as escalas de planeamento, incluindo o espaço urbano. O papel dos espaços, vulgarmente ditos naturais, na sustentabilidade do ambiente urbano, defendido pela Arquitectura Paisagista Portuguesa, tem vindo a ser internacionalmente reconhecido, com o aparecimento continuado de várias comunicações e directivas europeias. De facto, a introdução de conceitos e metodologias de abordagem inovadores, operada por esta categoria profissional,

---

<sup>12</sup> “A origem científica da Estrutura Ecológica terá sido a formulação, em 1929, por Walter Cannon, do princípio da Homeostasis aplicado ao organismo humano, (Cabral, 1980). A aplicação deste princípio à Paisagem conduziu ao conceito de *continuum naturale*, entre nós consagrado na Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87) como o “sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território” (artigo 5º 2-c)). Vulgarmente designado por *corredores verdes* ou *corredores ecológicos*, o *continuum naturale* destinava-se inicialmente sobretudo à conservação biológica. O desenvolvimento que se seguiu a esta perspectiva, foi a incorporação de percursos nos *corredores ecológicos* (Fabos, 1991), então designados por *greenways*. A Estrutura Ecológica veio aprofundar o conceito de *continuum naturale* com o sub-sistema *abiótico*, sobre o qual flui a água, o ar, os nutrientes do solo, a vegetação e a fauna. Corresponde a uma das estruturas da Paisagem Global (Telles, 1994)” (Magalhães et al., 2007)

colocaram e colocam Portugal na direcção do modelo de desenvolvimento sustentável requerido pelo mais recente Direito Europeu.

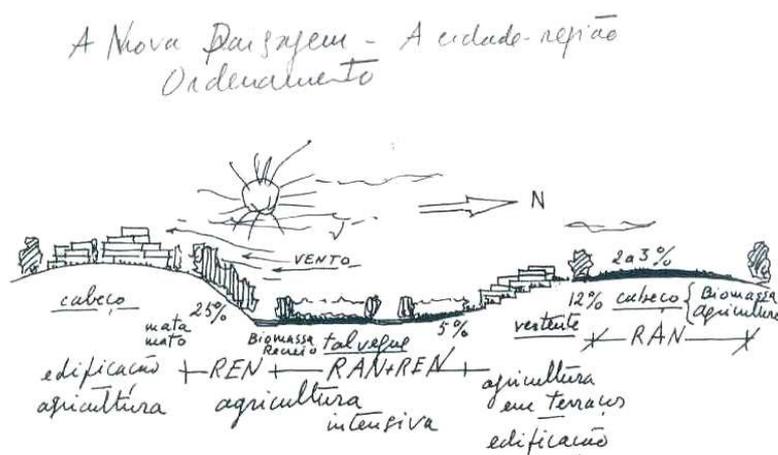


Figura 14 - Desenho representativo do ordenamento da paisagem possível nas zonas afectas ao regime das duas figuras de protecção ao solo vivo e às áreas mais sensíveis da Paisagem (Reserva Agrícola Nacional (RAN)– Decreto-Lei nº 451/82 e Reserva Ecológica Nacional (REN) - Decreto-Lei nº321/83) (Fonte: Telles, s.d., *In* Caetano, 2003)

Entre as recomendações e directivas europeias sobre esta temática integra-se o *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano* (1990), o relatório do Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano - *Cidades Europeias Sustentáveis* (1996) e, mais recentemente, a *Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano* (2004). Esta estratégia veio evidenciar os temas prioritários no que respeita ao desenvolvimento urbano, em que uma estrutura predominantemente verde que promova a optimização da qualidade ecológica das zonas urbanas, assume um papel relevante para a concepção urbana sustentável, defendida pela Arquitectura Paisagista Portuguesa (CCE, 2004). Neste sentido, a Estrutura Ecológica Urbana (EEU) (Telles *et al.* 1997), incluída na legislação portuguesa pelos Arquitectos Paisagistas, ao constituir um prolongamento da Estrutura Ecológica Fundamental, dentro de um meio predominantemente edificado, veio assegurar a sustentabilidade do Ecosistema Urbano, de acordo com os objectivos daquela Estratégia Temática Comunitária (CCE, 2004).

Ainda no âmbito da temática do desenvolvimento sustentável, a Arquitectura Paisagista tem desenvolvido nos últimos vinte anos, em Portugal, Planos de Mobilidade Suave, de nível Municipal, que mais uma vez atestam o carácter inovador da sua actividade profissional, por se adequarem às mais recentes recomendações da União Europeia, em matéria de ambiente urbano, que determinam a urgência da criação de uma nova cultura de mobilidade urbana (CCE, 2007).

Se a primeira geração teve a oportunidade de projectar e construir espaços verdes, sobretudo em Lisboa e também trabalhar no Ordenamento do Território, a geração saída da escola no início dos anos 70 e todos os que nesta fase trabalhavam na profissão, tiveram um papel importante, particularmente no Ordenamento do Território e na gestão de Áreas Protegidas. A discussão levada a cabo na Secretaria de Estado do Ambiente e mais tarde no Ministério da Qualidade de Vida, fez evoluir conceitos e metodologias.

A divulgação do perigo de instalação de povoamentos florestais mono-específicos de pinheiro e eucalipto, acompanhada da destruição da gestão comunitária de muitos baldios, vê agora a dimensão dos fogos florestais que todos os anos assola o País, vir dar-lhe a razão.

Também a defesa da renaturalização de rios e ribeiras, a proibição da edificação em leitos de cheia, ou as medidas de defesa do litoral, preconizadas pela Arquitectura Paisagista Portuguesa, influenciaram a prática levada a cabo por instituições como o Instituto Nacional da Água (INAG) e são hoje corroboradas pelas Directivas Comunitárias que Portugal tem vindo a ratificar, salientando neste âmbito a Directiva 2000/60/CE, que estabeleceu um quadro de acção comunitária no domínio da política da água, exigindo a elaboração de planos de gestão das bacias hidrográficas para cada região hidrográfica, a fim de se atingir um bom estado ecológico e químico, e contribuir para a atenuação dos efeitos das inundações. Mais recentemente, a Directiva 2007/60/CE, visa especificamente a redução dos riscos de inundações, alertando para a necessidade de elaborar planos de gestão dos riscos de inundações. Estes deverão ter em conta as características próprias das zonas inundáveis e prever soluções específicas para cada caso, centradas na prevenção e protecção, incluindo a manutenção e a restauração das planícies aluviais, indicações que expressam o carácter inovador, a urgência e a actualidade do planeamento de base ecológica defendido pela escola de Arquitectura Paisagista Portuguesa.

A defesa do uso sustentável dos solos de elevado valor ecológico e da agricultura, nomeadamente a necessidade de desenvolvimento da agricultura urbana, como medida de interesse social, da qual depende a nossa independência económica e política, tem vindo a ser defendida pelos Arquitectos Paisagistas, desde há 30 anos. Actualmente estas preocupações são enquadradas em vários campos de actuação da União Europeia, através da reforma da Política Agrícola Comum e, mais recentemente, através da *Estratégia temática de protecção do solo* que contém, especificamente, orientações para a protecção e a utilização sustentável do solo (COM (2006) 231), e prevê, entre outras medidas, a criação de uma Directiva Quadro para o Solo. A *Food and Agriculture Organization* (FAO), das Nações Unidas, produziu igualmente

bastantes publicações no âmbito do uso sustentável do solo, também em meio urbano, sendo esta preocupação expressa na publicação recente do relatório - *Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture* (FAO, 2007), em que se conclui que a Agricultura Urbana deve passar a ser compreendida e defendida como uma “(...) *permanent and dynamic part of the urban socio-economic and ecological system, (...) contributing to urban social and economic development.*”

A necessidade de estabilizar e apoiar a população das aldeias, desde sempre defendida, surge agora como medida de desenvolvimento rural e de remediação do desemprego.

A sedimentação do ensino universitário com a criação de uma área específica de doutoramento em Arquitectura Paisagista, em 1983, complementada pela criação de Unidades de Investigação que integram, na prática, a área de investigação da Arquitectura Paisagista, contribuiu significativamente para o desenvolvimento do corpo teórico específico da Arquitectura Paisagista. No entanto, ao passo que a profissão liberal e o projecto e construção de espaços verdes ganham visibilidade, incluindo além fronteiras, a discussão sobre um novo modelo de cidade integrado numa Paisagem Global<sup>13</sup> (Telles, 1994) e assente num planeamento de base ecológica (Magalhães *et al*, 2007), tem maior dificuldade em vingar entre profissões que também operam na Paisagem, mas nas quais a formação ecológica está ausente. A perspectiva é tão diferente, entre uma intervenção baseada num desenho de base ecológica e a que ignora completamente a realidade natural em que assenta, que começa a ser visível o confronto entre perspectivas conceptuais corporizadas por diferentes profissões. Esta incomunicabilidade começa ao nível do desconhecimento da base conceptual da Arquitectura Paisagista, por um lado, e por outro, do desconhecimento das recomendações e directivas comunitárias que têm vindo a ser publicadas, sobretudo nos últimos vinte anos, em vários domínios da temática ambiental, designadamente, água, uso do solo, desenvolvimento sustentável, solo, natureza e biodiversidade e igualmente sobre a paisagem, através da *Convenção Europeia da Paisagem* (CEP), em 2000.

No entanto, a aprovação, pelo Governo (Decreto nº 4/2005 de 14 de Fevereiro), da Convenção Europeia da Paisagem feita em Florença, em 20 de Outubro de 2000,

---

<sup>13</sup> “No conceito de Paisagem Global, a Paisagem é vista globalmente, tendo desaparecido a dicotomia entre espaço urbano e espaço rural. A edificação e as actividades que exigem a utilização de materiais vivos, dependentes de determinado contexto ecológico (que só em certa medida pode ser artificializado), devem distribuir-se no território, em função, antes de quaisquer outros, dos pressupostos da aptidão ecológica e da capacidade ambiental. Só depois destes, devem ser consideradas as necessidades e as disponibilidades humanas.” (Magalhães *et al.*, 2007)

definindo Paisagem, Política de Paisagem, Protecção e Gestão da Paisagem e Ordenamento da Paisagem, exactamente nos termos do que é a teoria e a prática da Arquitectura Paisagista Portuguesa, vem reforçar a perspectiva da base ecológica, cultural e económica da Paisagem e portanto dos profissionais que nela operam. É neste sentido que há que insistir na consolidação do ensino, não só da Arquitectura Paisagista, mas também das necessárias interfaces com os cursos de Engenharia, de Arquitectura e outros que alimentam as equipas interdisciplinares de planeamento.

Uma meta próxima deve ser a criação de uma área específica de Arquitectura Paisagista na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, garantindo que as candidaturas individuais a bolsas, nomeadamente de doutoramento e também a projectos de investigação, sejam avaliadas por alguém que conhece a profissão e o seu corpo teórico e *praxis* específicos. A formação de docentes universitários é a única forma de garantir uma boa formação de profissionais, na quantidade e qualidade necessárias à criação de uma massa crítica que permeie todos os níveis da Administração e da sociedade em geral, capaz de difundir as bases conceptuais de uma Arquitectura Paisagista que tem por base a sustentabilidade ecológica e a qualidade de vida dos seus utentes.

A Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP) continua a ter uma importante missão, para além de atestar capacidades ou acreditar cursos, como a de participar no debate político sobre as intervenções na Paisagem, no processo de planeamento e na legislação que regula a participação dos Arquitectos Paisagistas nos Planos e Comissões de Acompanhamento, no Projecto e na obra de Arquitectura Paisagista. Para que este papel possa ser cabalmente cumprido, é indispensável a criação da Ordem dos Arquitectos Paisagistas.

## **4.2. Domínios de Actividade**

### **1 - Investigação, desenvolvimento de fundamentos teóricos e de políticas públicas, relativos à Paisagem e à Arquitectura Paisagista**

Os Arquitectos Paisagistas que enveredaram pela carreira académica universitária, estão integrados em várias Unidades de Investigação da Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT), dos quais a mais direccionada para a Arquitectura Paisagista é o Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral” do Instituto Superior de Agronomia - <http://www.isa.utl.pt/ceap/>. Para além da investigação desenvolvida neste âmbito específico, alguns profissionais integrados noutros domínios de actividade também produzem publicações no domínio conceptual.

### **2 - Ensino Universitário**

Existem 5 cursos nas Universidades Públicas – Lisboa, Évora, Porto, Vila Real e Faro e um no ensino privado, em Coimbra, nos quais as matérias específicas da Arquitectura Paisagista são ministradas por Arquitectos Paisagistas.

### **3 - Ordenamento do Território e Planeamento**

- Caracterização e avaliação da Paisagem, nas suas dimensões natural, cultural (sócio-económica) e estética, com especial atenção pelas suas aptidões para a instalação das actividades humanas;
- Planos de ordenamento e gestão do território visando uma distribuição das actividades humanas na paisagem e a gestão dos recursos existentes, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, de modo a garantir a conservação dos valores presentes, nomeadamente estéticos, culturais e naturais: PNPT, PROT, PMOT (PDM, PU, PP), PEOT (POOC, POAP, POAAP), PSOT (PROF, POT, POF);
- Planos de Ordenamento Rural;
- Planos de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Avaliação Ambiental Estratégica de planos e projectos de novas ocupações do território ou de reabilitação de ocupações existentes;
- Planos de espaços urbanos, peri-urbanos e rurais, e de espaços-estrutura.

#### **4 - Projecto de Arquitectura Paisagista<sup>14</sup>**

- Espaços exteriores urbanos, peri-urbanos e rurais (arruamentos, praças, largos, recintos de feira, frentes ribeirinhas, etc.);
- Espaços e corredores verdes urbanos de protecção, produção e recreio;
- Percursos lúdicos e culturais;
- Espaços desportivos e de lazer e recreio;
- Protecção e enquadramento do espaço exterior dos monumentos e edifícios de interesse público (escolas, hospitais, museus, etc);
- Recuperação e regeneração dos valores ecológicos e culturais (jardins, parques e quintas históricas, lugares públicos abertos e paisagens compartimentadas notáveis);
- Áreas de Conservação da Natureza;
- Integração paisagística das infra-estruturas do território (estradas, linhas eléctricas, oleodutos, etc.) e de áreas industriais, parques empresariais e comerciais ou tecnológicos;
- Salvaguarda, recuperação e valorização ecológica e paisagística de sistemas sensíveis (dunares, húmidos, etc.);
- Recuperação Paisagística (áreas de extracção de inertes, lixeiras, aterros sanitários, áreas ardidas, etc.);
- Jardins e Parques (públicos e privados);
- Cemitérios e memoriais;
- Viveiros.

#### **5 – Gestão, manutenção, monitorização, fiscalização e consultoria**

- Gestão e monitorização de Paisagens, particularmente as de interesse para a conservação da natureza, do património cultural e de áreas degradadas a recuperar;
- Manutenção de paisagens projectadas e construídas;
- Fiscalização de obras de construção da Paisagem;
- Direcção de obras de construção da Paisagem;

---

<sup>14</sup> Todos os projectos incluem peças desenhadas e escritas e as últimas integram a elaboração de cadernos de encargos, medições e orçamentos.

- Consultoria, elaboração de pareceres e recomendações e participação em processos de avaliação, relativos a metodologias e projectos de Paisagem (urbana ou rural);
- Concepção e organização de processos de participação pública relativos a Ordenamento, planeamento e projecto de Paisagem;
- Desenvolvimento de teorias e métodos de promoção da consciencialização ambiental e paisagística.

## **5. Os Arquitectos Paisagistas Portugueses**

### **5.1 Objectivos**

O objectivo geral deste capítulo foi o de conhecer a situação social e profissional dos Arquitectos Paisagistas em Portugal, através da caracterização da categoria profissional. Esta caracterização integra o conhecimento de trajectórias de formação após conclusão da licenciatura, da inserção e progressão profissional, da satisfação profissional e do empreendedorismo e envolvimento em actividades de investigação. Para o cumprimento deste objectivo concebeu-se e aplicou-se, em 2010, o primeiro inquérito sócio-profissional aos Arquitectos Paisagistas em Portugal. Contudo, mostrou-se necessária a integração de dados estatísticos obtidos directamente nas instituições de graduação destes profissionais, bem como a obtenção de dados estatísticos junto do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais/Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior - GPEARI/MCTES, no sentido de enquadrar o universo de profissionais abrangido, a partir do qual se avaliou a representatividade do inquérito referido e se efectuou a consequente validação dos resultados.

### **5.2 Metodologia**

Os dados foram recolhidos através de um inquérito por questionário, realizado pelo Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista (CEAP). Este tipo de técnica de recolha de informação intensiva, permite observar não só as informações ao nível individual, como também sistematizar informações a nível global (Lourenço e Mendes, 1999).

O inquérito aos Arquitectos Paisagistas foi distribuído por questionário-postal, através de endereço electrónico, quando conhecido e através da internet, pela disponibilização do inquérito em linha, na página da APAP. A recolha de informação iniciou-se em Maio de 2010 tendo-se dado por terminada a recepção de respostas para este estudo em Julho de 2010.

Para o estudo em questão, foram inquiridos os Arquitectos Paisagistas inscritos como sócios na Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas - APAP, tentando desta

forma dar uma visão global das trajectórias académicas e profissionais dos profissionais graduados em Portugal ou aí desenvolvendo a sua actividade profissional.

Não é possível assegurar o número de inquéritos enviados visto ter-se optado também por disponibilizar o inquérito em linha na página da APAP e ter-se estimulado a passagem do inquérito entre os profissionais não inscritos na referida associação profissional.

A determinação da taxa global de resposta depende da quantificação do universo de Arquitectos Paisagistas graduados em Portugal ou aí desenvolvendo a sua actividade profissional. Contudo, os dados do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais/Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior - GPEARl/MCTES compreendem apenas o período de referência de 2002 a 2008 e algumas instituições de graduação não forneceram dados completos sobre o número de graduados nos cursos de Arquitectura Paisagista<sup>15</sup>. Deste modo, com a noção de que o universo de Arquitectos Paisagistas quantificado, 1385, é inferior ao real, considera-se, no entanto, este valor através dos dados obtidos das fontes mencionadas.

Obteve-se uma taxa global de resposta de cerca de 17% relativa a um total de 235 questionários recepcionados, considerando o universo de 1385 Arquitectos Paisagistas. Apesar dos questionários recebidos terem sido devolvidos espontaneamente, e portanto as respostas não terem resultado de uma amostra estatisticamente predefinida, a taxa de resposta obtida permite a validação dos resultados (Lourenço e Mendes, 1999).

Os questionários recebidos foram alvo de uma numeração e revisão integral, de modo a detectar possíveis lacunas no respectivo preenchimento, a que se seguiu a codificação das questões fechadas e abertas existentes, criando-se nestas últimas um número mínimo de categorias, de modo a aferir resultados estatisticamente mais expressivos. Neste caso, cada categoria criada é relativa, não a uma única resposta, mas a um conjunto de respostas semelhantes, fundamento que permitiu a sua agregação.

O tratamento estatístico, após codificação de todas as variáveis, consistiu na construção de uma base dados em Access que se constituiu como ferramenta essencial para a prossecução deste estudo apoiada ainda pela execução de tabelas organizadas e gráficos em Excel.

---

<sup>15</sup> No caso do Instituto Superior de Agronomia os valores indicados não integram os diplomados no curso livre, visto estarem apenas disponíveis dados posteriores a 1985. No caso da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro apenas estão disponíveis os dados do GPEARl-MCTES referentes ao período de 2002 a 2008.

### 5.3 Análise estatística

No sentido de enquadrar o universo de profissionais abrangido, mostra-se necessário introduzir alguns dados relativos à categoria profissional, designadamente a evolução do número de alunos graduados do curso de Arquitectura Paisagista, por ano e por instituição de graduação.

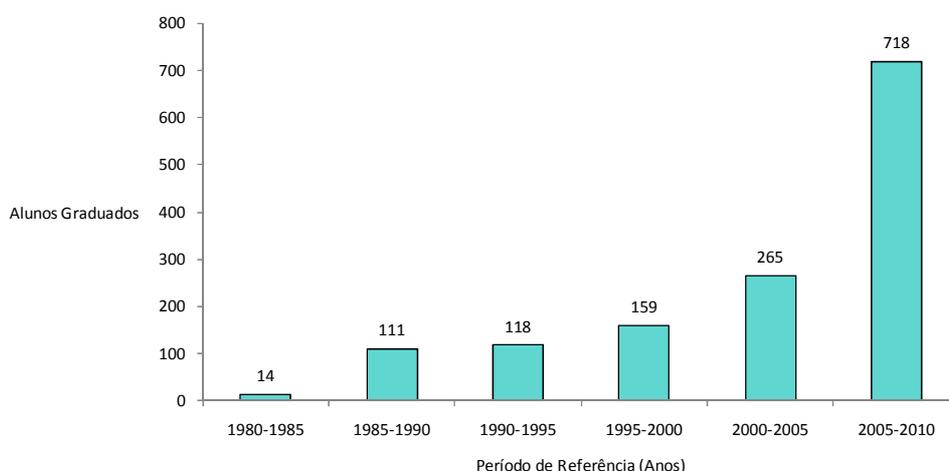


Gráfico 2<sup>16</sup> - Evolução do número de alunos graduados do curso de arquitectura Paisagista/Ano  
(Fonte: ISA\*, FCUP, UALG, EUVG, GPEARI-MCTES) \* - Dados disponíveis apenas no período de referência 1985-2010.

Da análise do Gráfico 2 e do Gráfico 3 verifica-se que a abertura de quatro cursos de licenciatura em Arquitectura Paisagista, três no ensino superior público e um no ensino superior privado, respectivamente na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Universidade do Algarve, em 1998, e na Faculdade de Ciências do Porto e na Escola Universitária Vasco da Gama, em 2001, são os factores determinantes para o elevado crescimento do número de alunos graduados, sobretudo nos últimos cinco anos. No período de 1980 a 1985, a existência de dados apenas para a Universidade de Évora, justifica o reduzido número de alunos graduados, inferior ao verificado na realidade visto faltarem dados referentes aos alunos do Curso Livre de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia, existente em Portugal nesta instituição desde 1941. Desde 1985 e até ao período de referência de 2000 a 2005, o número de alunos

<sup>16</sup> Sempre que forem usados intervalos de dados deve considerar-se intervalo aberto no último termo, por exemplo o período de referência [1980-1985 [não inclui o ano de 1985 que está integrado no período de referência [1985-1990 [.

graduados sofreu apenas um ligeiro aumento, entre 1995 e 2000, aumento mais expressivo no período entre 2000 e 2005. No período de referência de 2005 a 2010, este valor quase triplicou em relação ao período precedente. Segundo os dados fornecidos pelas respectivas instituições de graduação e pelo GPEARI-MCTES salienta-se que a grande maioria dos graduados em Arquitectura Paisagista, cerca de 71%, finalizou a licenciatura nos últimos dez anos. Os valores totais<sup>17</sup> de alunos graduados do curso de Arquitectura Paisagista apresentados no Gráfico 2 apresentam-se no Gráfico 3 discriminados por instituição de ensino superior.

A falta de dados anteriores a 1985, para o Instituto Superior de Agronomia, aumenta no caso do Gráfico 2, o peso percentual dos alunos graduados nos últimos dez anos. Esta lacuna nos dados fornecidos pelas respectivas instituições de graduação e pelo GPEARI-MCTES, determina que o número de profissionais de Arquitectura Paisagista graduados na última década represente cerca de 71% do total de graduados (Fonte: ISA, FCUP, UALG, EUVG, GPEARI-MCTES).

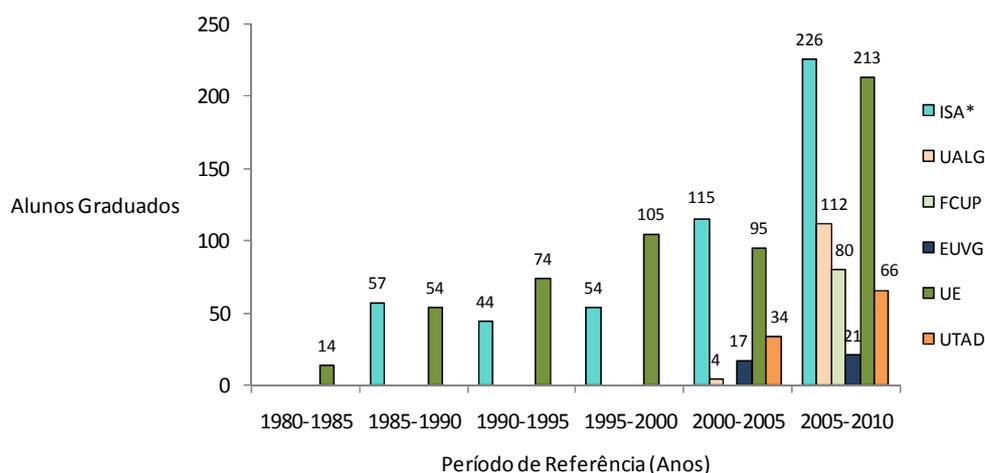


Gráfico 3 - Evolução do número de alunos graduados do curso de arquitectura Paisagista, segundo instituição do ensino superior (Fonte: ISA\*, FCUP, UALG, EUVG, GPEARI-MCTES) \* - Dados disponíveis apenas no período de referência 1985-2010.

<sup>17</sup> No caso do Instituto Superior de Agronomia os valores indicados não integram os diplomados no curso livre, visto estarem apenas disponíveis dados posteriores a 1985. No caso da Universidade de Trás-os-Montes e Alto dourado apenas estão disponíveis os dados do GPEARI-MCTES referentes ao período de 2002 a 2008.

### 5.3.1 Caracterização dos inquiridos

A caracterização dos inquiridos será efectuada com base nas variáveis idade (sob a forma de intervalo), sexo, instituição de licenciatura, ano de licenciatura (sob a forma de intervalo), média final de licenciatura e grau académico mais elevado.

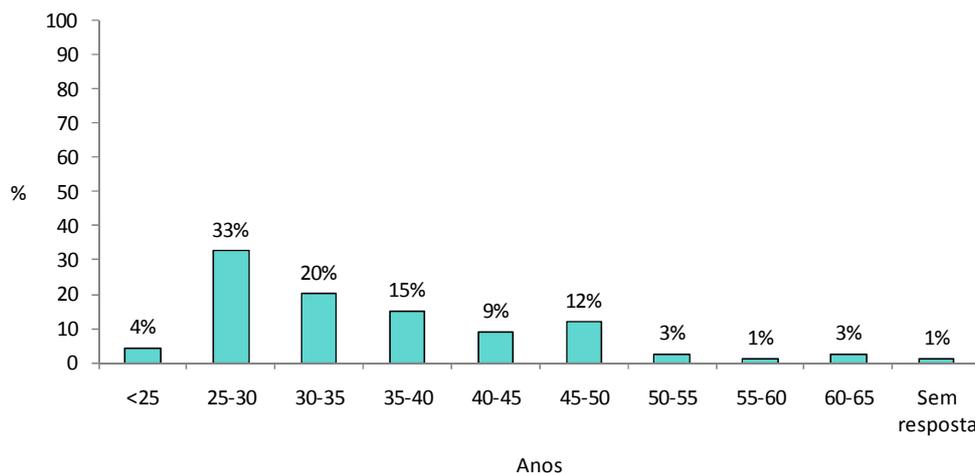


Gráfico 4 - Idade dos inquiridos (Fonte: CEAP, 2010)

Da totalidade dos diplomados inquiridos, denota-se uma população bastante jovem, pois cerca de 72 % tem idade inferior a 40 anos. Estes valores explicam-se pelo aumento do número de cursos de Arquitectura Paisagista no final da década de 90 do séc. XX e primeiros anos do séc. XXI. Até 1998 os cursos existiam apenas em Lisboa, no Instituto Superior de Agronomia e em Évora, na Universidade de Évora.

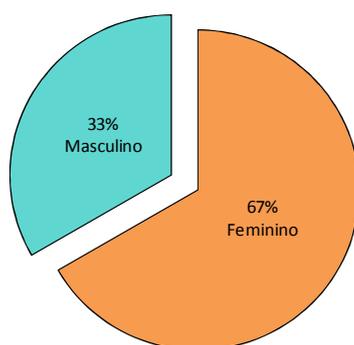


Gráfico 5 - Sexo dos inquiridos (Fonte: CEAP, 2010)

Os diplomados inquiridos são maioritariamente do sexo feminino, apresentando este género, valores da ordem dos 67% do total dos inquiridos. Denota-se que esta

tendência de maior representação do sexo feminino na categoria profissional verifica-se na generalidade, de modo transversal à idade dos inquiridos analisados, exceptuando as faixas etárias – 45-50 e 50-55 anos, em que o sexo representado maioritariamente é o masculino.

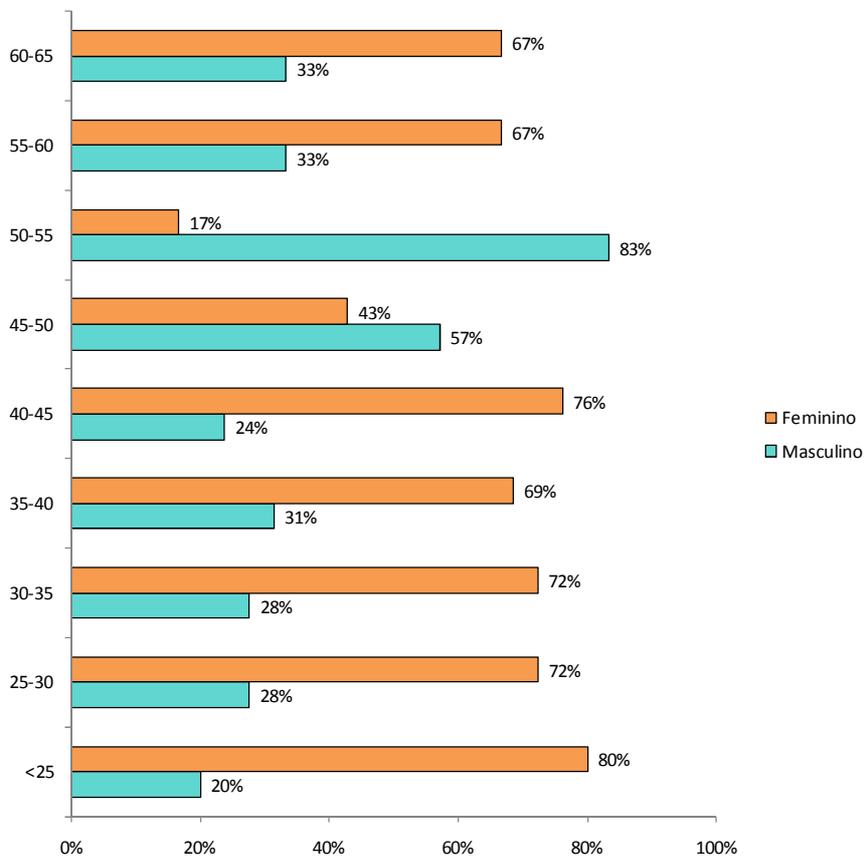


Gráfico 6 - Sexo dos inquiridos, segundo a idade (Fonte: CEAP, 2010)

Através da análise do Gráfico 7, verifica-se o incremento do número de alunos graduados na última década, em relação aos períodos de referência precedentes, nos quais se verifica que 63% dos inquiridos da amostra se graduaram na última década, 16% no período de 2000 a 2005 e 47% no período de 2005 a 2010 (CEAP e APAP, 2010).

Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal  
Outubro de 2010

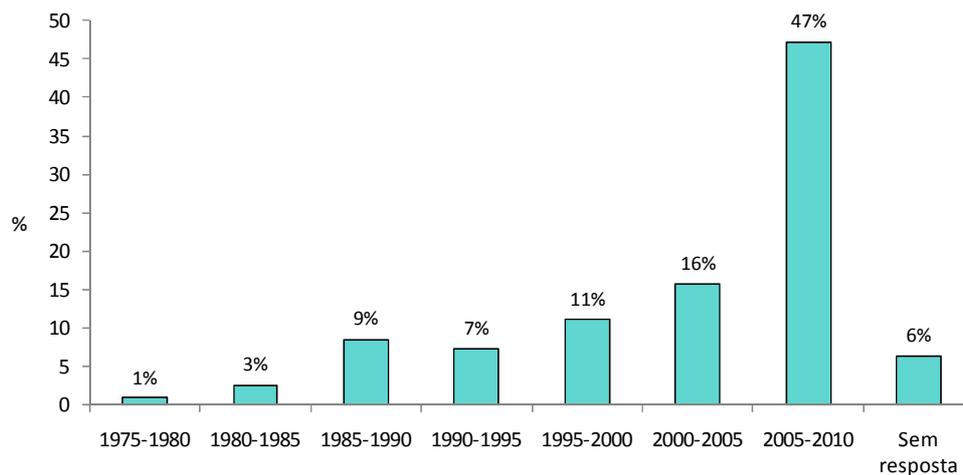


Gráfico 7 – Evolução do número de alunos graduados do curso de arquitectura Paisagista/Ano  
(Fonte: CEAP, 2010)

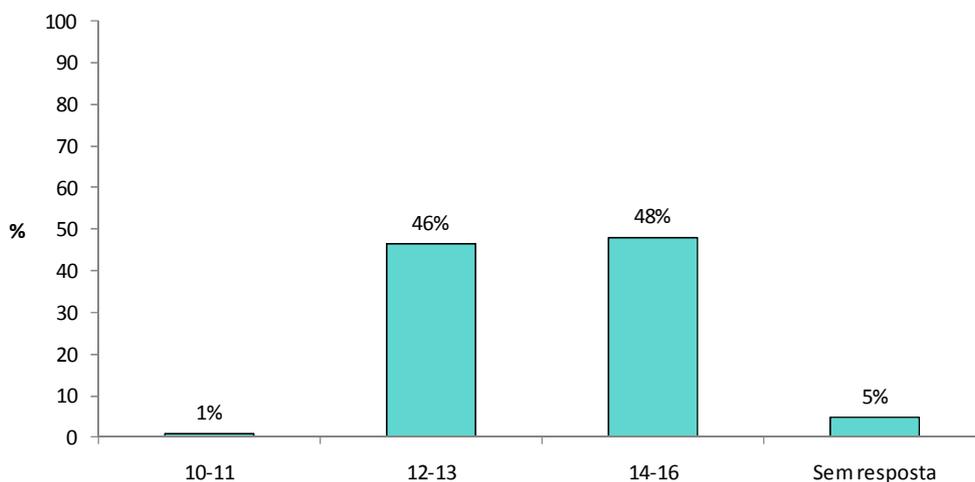


Gráfico 8 – Média final de licenciatura pré-bolonha (5 anos) (Fonte: CEAP, 2010)

No que respeita à média final de licenciatura (Gráfico 8), 94% do total dos inquiridos obteve média de licenciatura entre 12 e 16 valores, 46% inferior a 14 valores. Conclui-se que 48% do total de inquiridos obtém uma classificação média de graduação, igual ou superior a 14 valores, integrada no Bom. No que respeita ao grau académico mais elevado dos inquiridos, verifica-se que a grande maioria, cerca de 71% do total da amostra de inquiridos não optou por frequentar e concluir formação pós-graduada, sendo a licenciatura pré-bolonha o seu grau académico actual. Entre estes, 37% da amostra apresenta idade inferior a 30 anos e 47% concluiu a licenciatura nos últimos cinco anos, pelo que não é de desconsiderar a importância da formação pós-graduada para esta categoria profissional.

### Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal Outubro de 2010

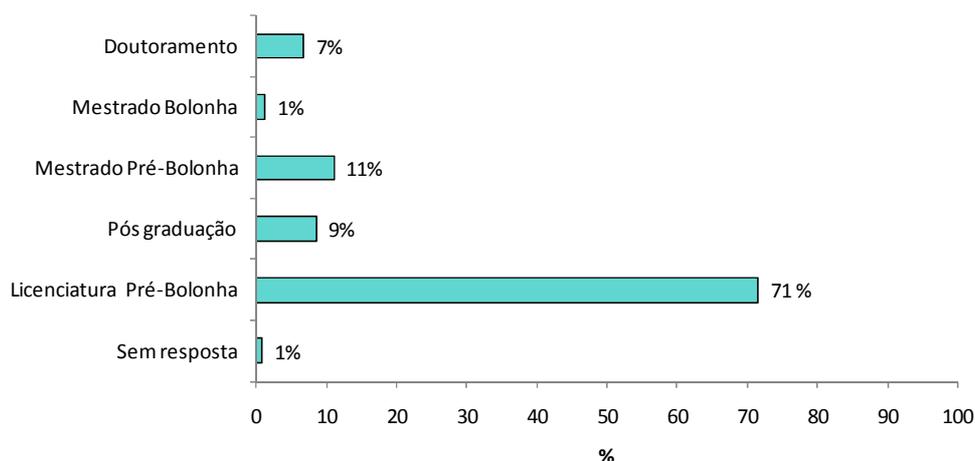


Gráfico 9 – Grau académico mais elevado (Fonte: CEAP, 2010)

#### 5.3.2 Trajectórias de formação após conclusão da licenciatura

Neste sub-capítulo pretende-se analisar a necessidade verificada entre os profissionais de Arquitectura Paisagista, em Portugal, de actualização ou obtenção de conhecimentos, através de formação pós-graduada, isto é, formação obtida após a conclusão da licenciatura, e de formação complementar especializada, estabelecendo ainda as razões que determinam esta procura de aprofundamento das qualificações.

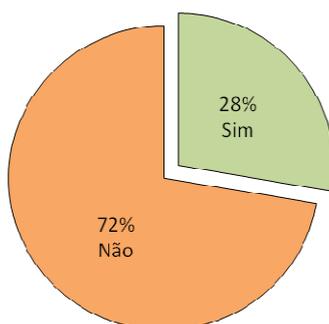


Gráfico 10 – Obtenção de formação pós-graduada (Fonte: CEAP, 2010)

De facto, da totalidade dos 235 inquiridos, 28% apresenta formação pós-graduada (Gráfico 10), 9% Pós-graduação propriamente dita, 11% Mestrado pré-bolonha, 1% Mestrado Bolonha e 7% Doutoramento (Gráfico 9). Tendo como referência o estudo -

*Percurso sócio-profissional dos diplomados do Instituto Superior Técnico* (Lourenço e Mendes, 1999), em que, no conjunto dos inquiridos graduados das licenciaturas ministradas nesta instituição, desde o ano lectivo 1959-1960, 33% afirmaram ter completado estudos pós-graduados, podemos afirmar que a percentagem de profissionais de Arquitectura Paisagista em Portugal com formação pós-graduada está de acordo com o elevado nível daquela outra instituição.

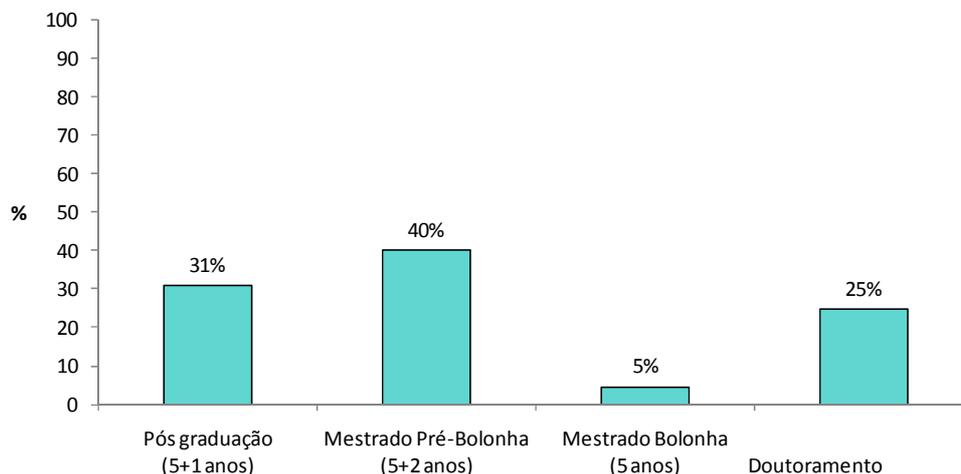


Gráfico 11 - Graus de formação pós-graduada (Fonte: CEAP, 2010)

A maioria dos inquiridos que efectuaram formação pós-graduada, 40% apresenta mestrado pré-bolonha (5+2 anos), seguindo-se a pós-graduação (5+1 anos) como grau que reúne maior número de inquiridos, com 31%. Em seguida considera-se o doutoramento como a terceira formação pós-graduada mais frequentada e concluída, representando 25% do total de inquiridos com formação pós-graduada. O mestrado Bolonha assume-se como o grau de formação pós-graduada mais recente, pelo que, apenas 5% dos inquiridos com formação após a conclusão da licenciatura, obteve este grau. Prevê-se contudo que este grau assuma nos próximos anos uma posição dominante, enquanto formação pós-licenciatura (3 anos), por se tratar da condição exigida para a obtenção da categoria profissional e aceitação pela Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas - APAP.

No que respeita às razões para a frequência de formação pós-graduada, destacam-se a valorização profissional e pessoal, respectivamente com cerca de 29% e 23%, a que se segue a motivação para trabalhar em investigação, representada com 10 % do total de respostas justificativas da obtenção deste tipo de formação. Salienta-se ainda a exigência da carreira profissional como justificação para a obtenção de formação pós-graduada, com 9% do total de respostas justificativas, a par da motivação para o ensino, com igual percentagem de respostas no cômputo total.

Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal  
Outubro de 2010



Gráfico 12 - Razões para a frequência de formação pós-graduada (Fonte: CEAP, 2010)

Com menor representação no total de respostas justificativas para a obtenção deste tipo de formação, encontram-se as razões – maior possibilidade de conseguir emprego (5%) ou bolsa (3%), e melhoria das condições de emprego (5%) o que parece indiciar que a obtenção de emprego ou a melhoria das condições de emprego para os profissionais de Arquitectura Paisagista, até ao momento, estiveram relacionadas com outros factores que não a obtenção de formação pós-graduada. Não obstante, o domínio da valorização do profissional e indivíduo, como razão para a obtenção de formação após a conclusão da licenciatura, representadas com 52% do total de justificações, a pertinência desta formação para prestar melhor contribuição à sociedade surge representada com 7% do total de respostas justificativas, revelando o sentido de responsabilidade social como característica da profissão.

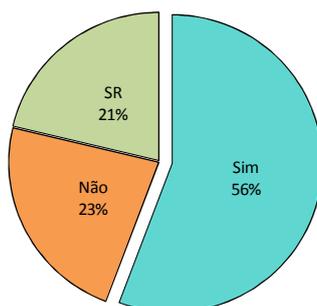


Gráfico 13 – Obtenção de formação complementar (Fonte: CEAP, 2010)

No que respeita à obtenção de formação complementar, verifica-se que a maioria dos inquiridos já realizou pelo menos um curso de formação deste tipo (56%), o que se atribui às necessidades colocadas ainda durante a obtenção do curso de licenciatura

ou às necessidades colocadas pela carreira profissional. Este tipo de formação, em geral de curta duração, obtém assim uma maior preferência por parte dos inquiridos (56%) do que a formação pós-graduada (28%). Realça-se ainda a verificação de um elevado peso das Sem Respostas (21%). Deste modo, conclui-se que a tendência extraída destes resultados pode ser mais representativa, na realidade do universo de arquitectos paisagistas portugueses, do que a identificada através deste procedimento de inquérito.

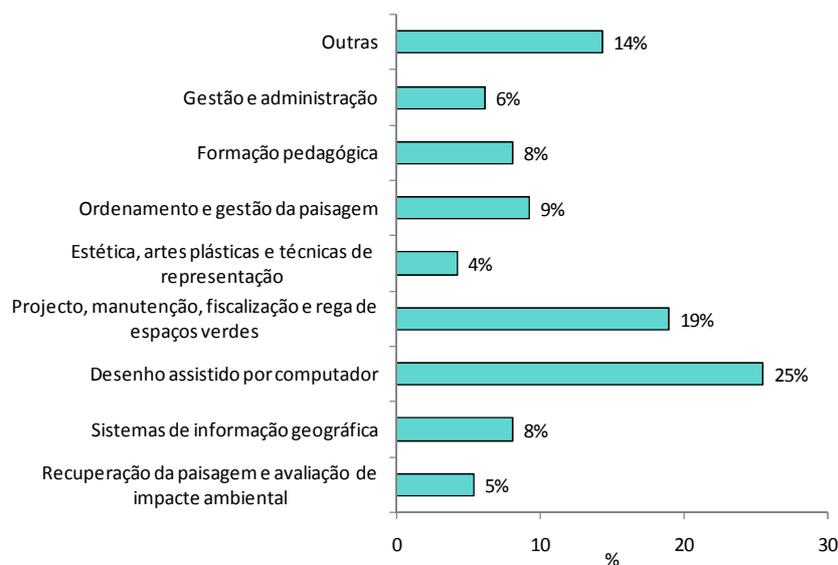


Gráfico 14 – Áreas de formação complementar (Fonte: CEAP, 2010)

No que respeita às áreas de formação complementar do total dos inquiridos que fez formação complementar, 25% seleccionou o desenho assistido por computador, 19% projecto, manutenção, fiscalização e rega de espaços verdes, 9% ordenamento e gestão da paisagem, 8% sistemas de informação geográfica, 8% formação pedagógica e 6% gestão e administração. As restantes áreas de formação complementar apresentam uma menor representação do total de inquiridos com este tipo de formação, em que 14% do total de inquiridos realizou outro tipo de formação com menor interesse para a actividade profissional.

### 5.3.3 Inserção e Progressão Profissional

Neste sub-capítulo pretende-se analisar o processo de inserção profissional dos graduados no mercado de trabalho, caracterizar as condições de emprego (situação profissional, regime contratual, sector de actividade, remuneração, mobilidade geográfica), bem como avaliar a empregabilidade dos profissionais (adequação do primeiro emprego à formação e desemprego), de acordo com algumas características dos inquiridos (sexo, idade dos inquiridos e instituição de graduação).

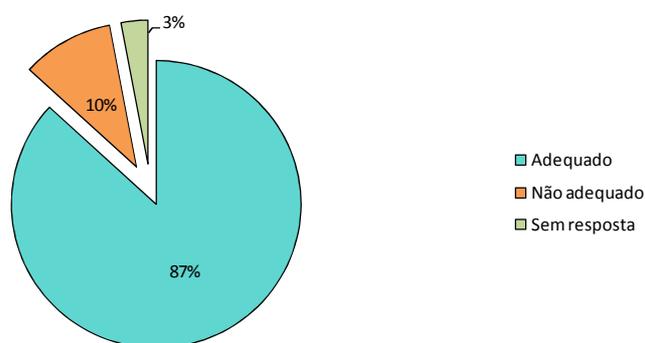


Gráfico 15 - Adequação do primeiro emprego à área de educação e formação  
(Fonte: CEAP, 2010)

No que respeita à adequação do primeiro emprego à área de educação e formação, neste caso à Arquitectura Paisagista, verifica-se que a grande maioria dos inquiridos (87%) obteve o primeiro emprego na sua área da sua formação (Gráfico 15). A facilidade de obtenção do primeiro emprego parece constituir uma realidade para a maioria dos inquiridos, visto que 69% afirma ter obtido o primeiro emprego após um período de espera inferior a quatro meses (Gráfico 16). Verifica-se que o tempo de espera para o primeiro emprego é inferior a 6 meses para 75% dos inquiridos, valor muito semelhante ao obtido na amostra de inquiridos graduados das licenciaturas ministradas no Instituto Superior Técnico, desde o ano lectivo 1959-1960, em que cerca de 72% dos inquiridos se inscreve no mesmo intervalo de referência para a variável analisada (Lourenço e Mendes, 1999).

Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal  
Outubro de 2010

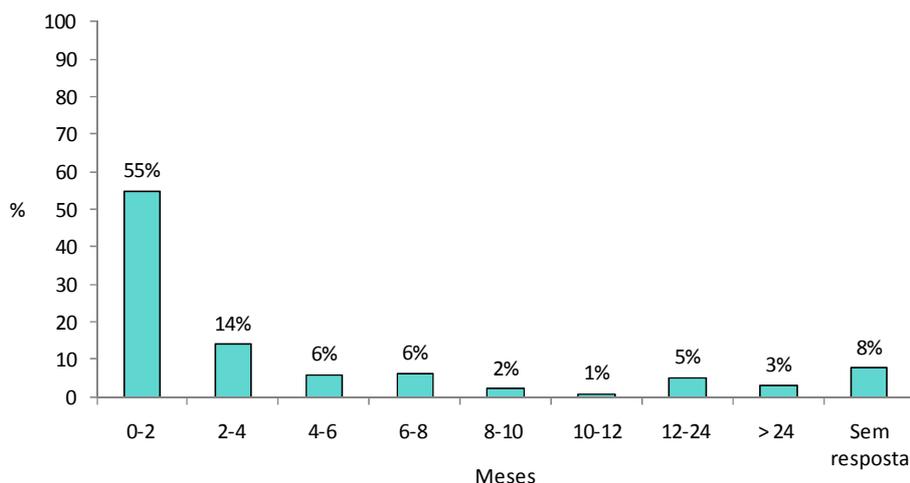


Gráfico 16 - Tempo de espera para o primeiro emprego (Fonte: CEAP, 2010)

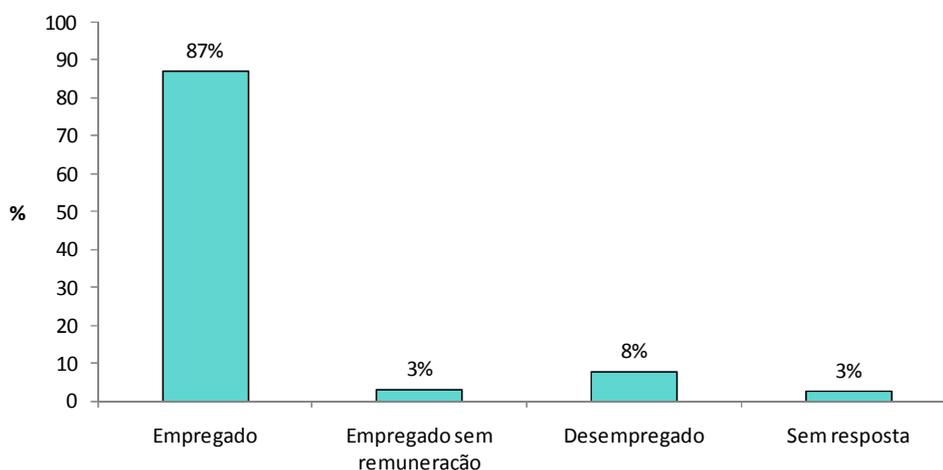


Gráfico 17 - Situação Profissional (Fonte: CEAP, 2010)

No que respeita à situação profissional actual, 90% da totalidade dos inquiridos encontra-se empregado. Contudo, destes, 3% não auferem qualquer remuneração. A representação do desemprego na amostra de inquiridos corresponde a 8% do total, não se incluindo nesta tipologia o emprego não remunerado. Apenas cerca de 3% dos inquiridos não responderam, o que permite garantir a fiabilidade dos dados anteriormente apresentados. No que concerne à percentagem de inquiridos desempregados (8%), verifica-se que os dados de desemprego, obtidos através do registo de inscritos nos centros de emprego que concluíram um grau (entre 1999 e 2009) da área de educação e formação em que se integra a licenciatura em

Arquitectura Paisagista - Arquitectura e Construção<sup>18</sup> - indicam uma taxa de desemprego de 6,6% (GPEAR, 2010). Deste modo, conclui-se que o desemprego dos graduados em Arquitectura Paisagista, em Portugal, é superior ao verificado para os graduados da área de educação e formação em que esta licenciatura se integra (6,6%), e similar ao nível inferior verificado nas áreas em que o peso relativo dos inscritos nos centros de emprego é mais alto, por relação com os diplomados ou graduados nessa área, ou seja, similar ao desemprego verificado nas áreas com menor empregabilidade, em que o peso relativo se situa entre 8% e 11% (GPEAR, 2010).

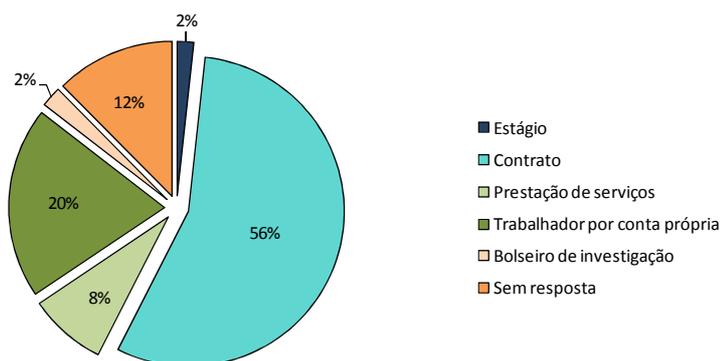


Gráfico 18 - Regime contratual (emprego actual) (Fonte: CEAP, 2010)

No que respeita ao regime contratual, de acordo com o Gráfico 18, a tipologia mais frequente entre os inquiridos é o contrato, representado com 56% do total da amostra, seguindo-se a tipologia de trabalho por conta-própria representada com cerca de 20% do total dos inquiridos. Pode considerar-se que a Arquitectura Paisagista é uma área propícia à criação do próprio emprego, através por exemplo da formação de microempresas vocacionadas com a sua área de formação académica. Este facto é aliás comprovado pela frequente acumulação de tipologias de contratação por contrato, com prestação de serviços e trabalho por conta-própria. Esta acumulação de diferentes tipologias contratuais implica em alguns casos a existência de um trabalho principal e outro secundário<sup>19</sup>. A prestação de serviços ocupa em exclusividade 8% da totalidade dos inquiridos, não estando neste valor representados os inquiridos que, estando por conta-própria ou em contrato, acumulam igualmente esta situação contratual. Verifica-se um relativo peso das Sem Respostas (11%), o que não nos

<sup>18</sup> A Área – Arquitectura e construção (58) inclui, por exemplo, os cursos de Arquitectura, Arquitectura Paisagista, Engenharia Civil.

<sup>19</sup> No caso do Gráfico 18 optou-se, nos casos de acumulação de situações contratuais, por assumir que os inquiridos nesta situação se encontram afectos à situação contratual preferencial contrato ou conta-própria, pelo que, a tipologia contratual - prestação de serviços - equivale ao total de inquiridos que têm a sua ocupação profissional exclusivamente segundo este tipo de vínculo.

permite garantir com toda a fiabilidade os dados anteriormente apresentados, podendo contudo extrair tendências das respostas obtidas.

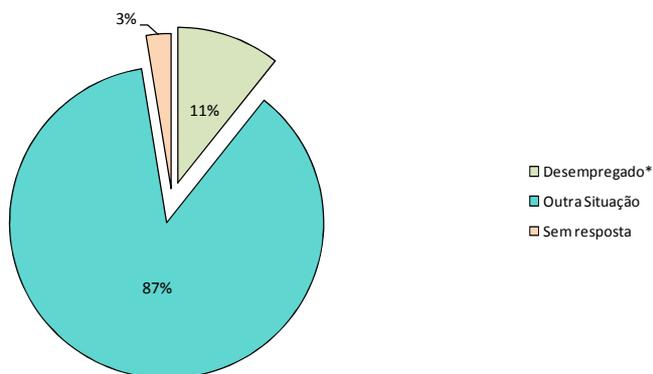


Gráfico 19 - Situação de desemprego actual (Fonte: CEAP, 2010)  
\*Soma das situações de desemprego e emprego sem remuneração

Quanto à representação do desemprego actual na amostra de inquiridos, a análise deste incidirá sobre os inquiridos que se declararam especificamente desempregados, mas também sobre os declarados como empregados sem remuneração, o que perfaz 11% da amostra de inquiridos. No que respeita ao sexo, não obstante a predominância de inquiridos do sexo feminino na totalidade da amostra (Gráfico 5), verifica-se, de acordo com o Gráfico 20, que existe uma maior incidência do desemprego no sexo feminino (81%).

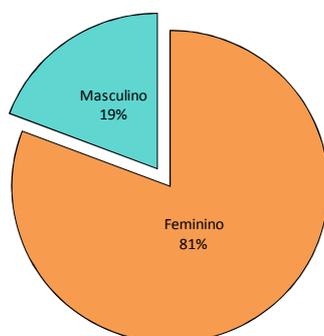


Gráfico 20 - Situação de desemprego actual, segundo o sexo dos inquiridos  
(Fonte: CEAP, 2010) \*Soma das situações de desemprego e emprego sem remuneração

A representação do desemprego actual nos escalões etários inferiores a 35 anos é maioritária, pois 85% dos inquiridos desempregados ou empregados sem remuneração tem idade inferior a 35 anos e destes apenas 8% se podem considerar jovens desempregados, ou seja, desempregados com idade inferior a 25 anos (IEFP, 2010). O escalão etário entre os 25-30 anos corresponde ao mais afectado pelo desemprego\*

Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal  
Outubro de 2010

representado, de acordo com o Gráfico 21, por 54% do total de inquiridos desempregados.

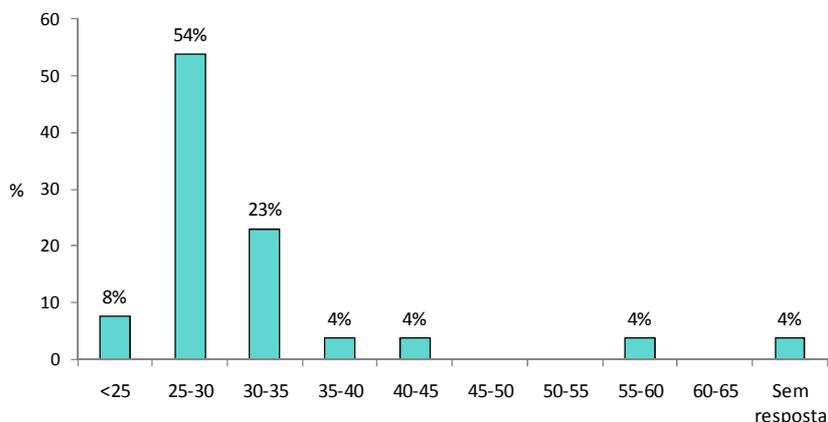


Gráfico 21 - Situação de desemprego actual, segundo a idade dos inquiridos (Fonte: CEAP, 2010) \*Soma das situações de desemprego e emprego sem remuneração

De acordo com o Gráfico 23, verifica-se que, entre o total de desempregados da amostra de inquiridos (soma das situações de desemprego e emprego sem remuneração), 42% graduaram-se na Universidade de Évora. A distribuição dos restantes desempregados pelas instituições de ensino superior com cursos em Arquitectura Paisagista em Portugal é bastante semelhante, entre 12% no Instituto Superior de Agronomia e 15% nas restantes instituições.

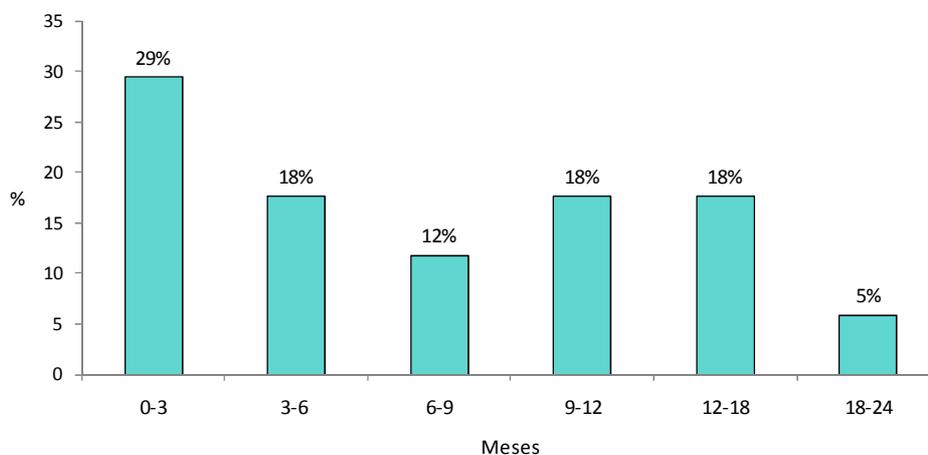


Gráfico 22 - Tempo de desemprego actual (Fonte: CEAP, 2010)

Da análise do Gráfico 22 verifica-se que 47% dos inquiridos desempregados, no momento de aplicação do procedimento de inquérito, se encontravam nesta situação há menos de 6 meses. No que respeita ao Desemprego de longa duração, definido como o desemprego verificado durante um período igual ou superior a um ano (IEFP, 2010), verifica-se, através do Gráfico 22, que 23% dos inquiridos desempregados, no momento de aplicação do procedimento de inquérito, se integram neste tipo de

desemprego. O Desemprego de muito longa duração, definido como o desemprego verificado durante um período igual ou superior a dois anos (IEFP, 2010), não se encontra representado na amostra de inquiridos em situação actual de desemprego.

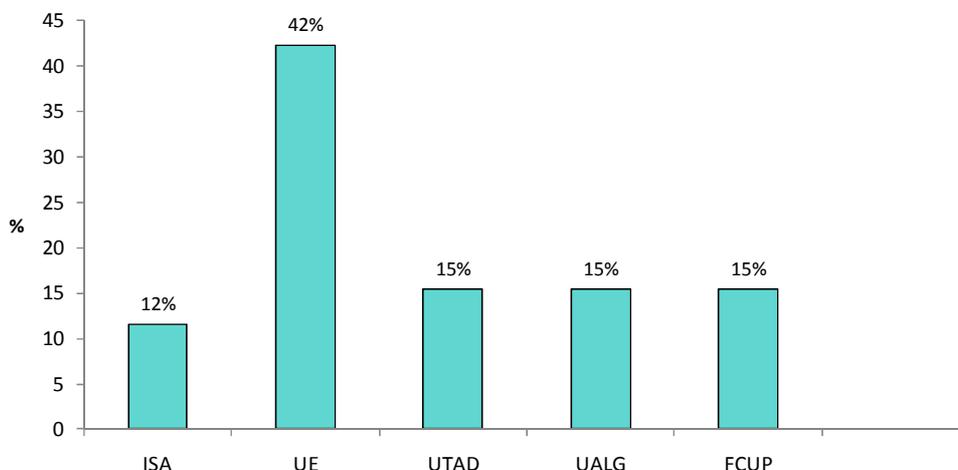


Gráfico 23 - Desemprego actual segundo a instituição de graduação (Fonte: CEAP, 2010)  
\*Soma das situações de desemprego e emprego sem remuneração

Destas instituições importa ainda considerar, segundo os dados do Gráfico 24, que o desemprego verificado entre os inquiridos integra uma maior percentagem de emprego sem remuneração entre os graduados na Universidade de Évora (25%) e integra a totalidade dos desempregados graduados no Instituto Superior de Agronomia (38%), entre os quais, no âmbito da amostra de inquiridos, não existe desemprego propriamente dito.

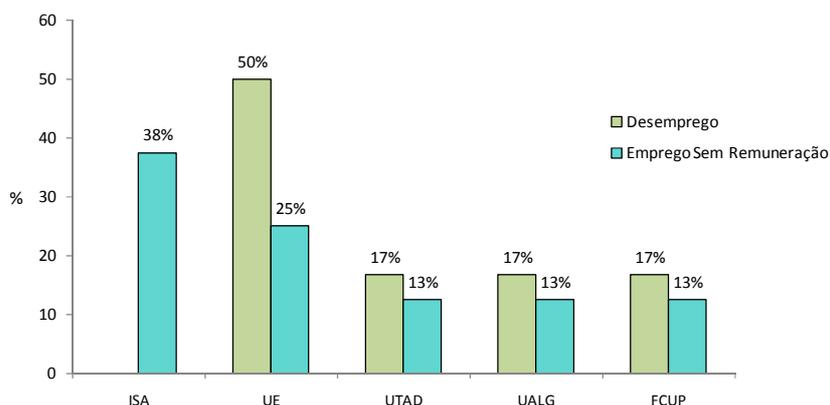


Gráfico 24 - Desemprego actual segundo a instituição de graduação (Fonte: CEAP, 2010)

Deste modo, da totalidade dos inquiridos na situação de emprego sem remuneração, 38% graduaram-se no Instituto Superior de Agronomia e 25% na Universidade de Évora, sendo a distribuição desta situação profissional equivalente entre os graduados

das restantes instituições de ensino superior público (13%). A situação profissional de desemprego propriamente dito integra uma maior percentagem de inquiridos graduados na Universidade de Évora (50%), não tem representação entre os inquiridos graduados no Instituto Superior de Agronomia e é representada de forma igualitária entre os inquiridos graduados nas restantes instituições de ensino superior público<sup>20</sup> (Gráfico 24).

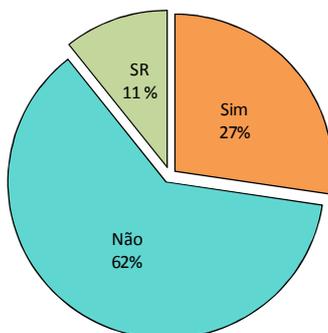


Gráfico 25 - Situação de desemprego no percurso profissional (Fonte: CEAP, 2010)

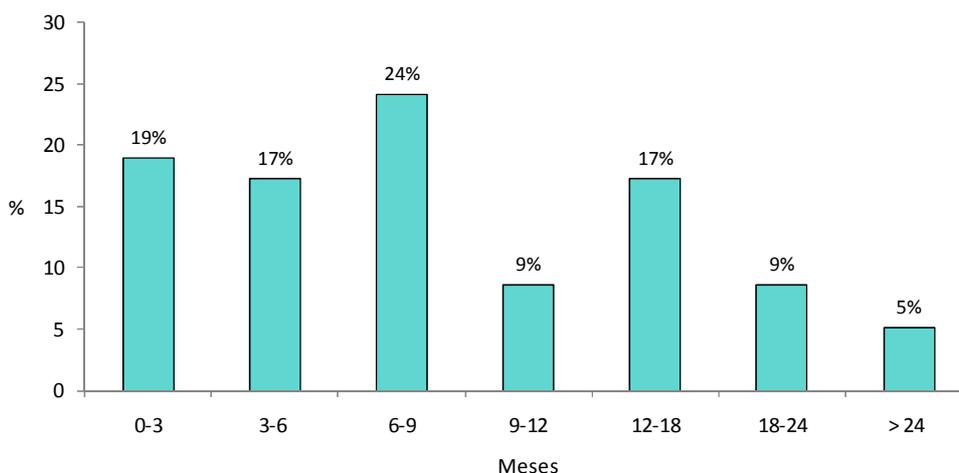


Gráfico 26 - Tempo de desemprego no percurso profissional (Fonte: CEAP, 2010)

No que respeita à existência de períodos de desemprego no percurso profissional, entre a amostra de inquiridos, 27% afirmam ter passado por situação de desemprego durante a vida activa conforme se apresenta no Gráfico 25. Verifica-se um relativo peso das Sem Respostas (11%), o que não nos permite garantir com toda a fiabilidade os dados anteriormente apresentados, podendo contudo extrair tendências das

<sup>20</sup> A amostra de inquiridos a que foi aplicado o inquérito realizado pelo CEAP e pela APAP não integra Arquitectos Paisagistas graduados na Escola Universitária Vasco da Gama (EUVG) onde se ministra o único curso de licenciatura em Arquitectura Paisagista em Portugal no ensino superior privado.

respostas obtidas. No que respeita ao período de tempo nesta situação, e em particular ao Desemprego de longa duração, definido como o desemprego verificado durante um período igual ou superior a um ano (IEFP, 2010), verifica-se, através do Gráfico 26, que 26% dos inquiridos que já passaram por situações de desemprego no percurso profissional, se integraram neste tipo de desemprego. O Desemprego de muito longa duração, definido como o desemprego verificado durante um período igual ou superior a dois anos (IEFP, 2010) é representado por 5% dos inquiridos da amostra que já passaram por situações de desemprego no percurso profissional. Contudo, através da análise do Gráfico 26 verifica-se que 57% dos inquiridos que passaram por situação de desemprego durante o percurso profissional se encontraram nesta situação menos de 9 meses e, destes, 36% menos de 6 meses.

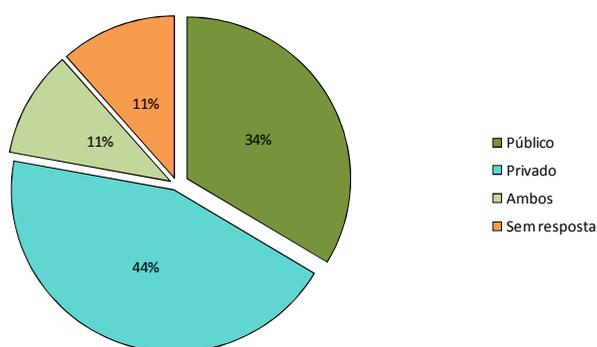


Gráfico 27 - Sector de actividade profissional (Fonte: CEAP, 2010)

Quanto ao sector de actividade profissional, de acordo com o Gráfico 27, 44% dos inquiridos desempenha a sua actividade profissional no sector privado, enquanto 34% do total de inquiridos desempenha-a no sector público. Mais uma vez a acumulação de empregos é notória nos 11% do total de inquiridos que trabalham em ambos os sectores – privado e público. Verifica-se um relativo peso das Sem Respostas (11%), o que não nos permite garantir com toda a fiabilidade os dados anteriormente apresentados, podendo contudo extrair tendências das respostas obtidas.

Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal  
Outubro de 2010

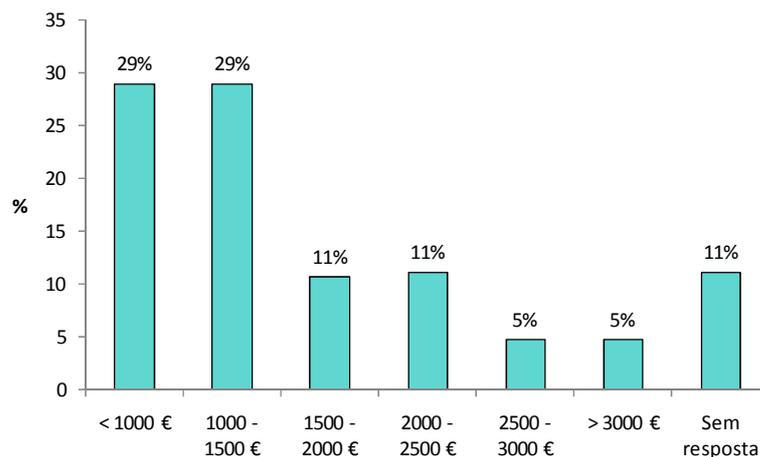


Gráfico 28 - Remuneração mensal ilíquida (emprego actual) (Fonte: CEAP, 2010)

De acordo com o Gráfico 28 podem verificar-se algumas tendências predominantes nos níveis mensais de remuneração salarial dos inquiridos. Em termos gerais, os escalões remuneratórios em que se encontra a maioria dos inquiridos (58%) são inferiores a 1500 €. Destes, 29% auferem uma remuneração salarial mensal inferior a 1000 € e 29% entre 1000 e 1500 €. Nos dois seguintes escalões remuneratórios (1500-2000 € e 2000-2500 €) integram-se 22% do total de inquiridos, 11% dos inquiridos integrados em cada um destes escalões. De realçar ainda que as remunerações superiores a 2500 € (10%) assumem um peso pouco considerável no cenário das remunerações ilíquidas dos inquiridos, o que se justifica considerando que a população da amostra é bastante jovem, tendo cerca de 72 % dos inquiridos idade inferior a 40 anos. Note-se ainda que a representação das Sem Respostas (11%) assume um valor relativamente elevado, o que é facilmente explicado pelo carácter pessoal que esta questão assume.

No que respeita à mobilidade geográfica, 28% dos inquiridos assinalaram ter tido de empreender na sua carreira profissional, pelo menos uma mudança de residência devido à sua actividade profissional (Gráfico 29). Salienta-se a representação considerável dos inquiridos sujeitos a mobilidade geográfica devido a motivos profissionais (28%) sendo ainda possível que esta tendência seja superior devido à impossibilidade de separar, devido à formulação da questão no inquérito, as sem respostas das efectivas respostas negativas a esta variável.

Entre estes, segundo o Gráfico 30, quanto à mais distante alteração de residência devido à sua actividade profissional, 48% empreendeu uma mudança de Distrito, 17% uma mudança para outro país da União Europeia e 3% uma mudança para outro país não pertencente à União Europeia.

Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal  
Outubro de 2010

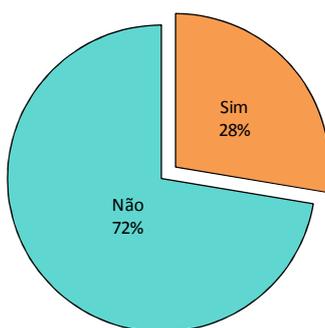


Gráfico 29 - Mobilidade geográfica no percurso profissional (Fonte: CEAP, 2010)

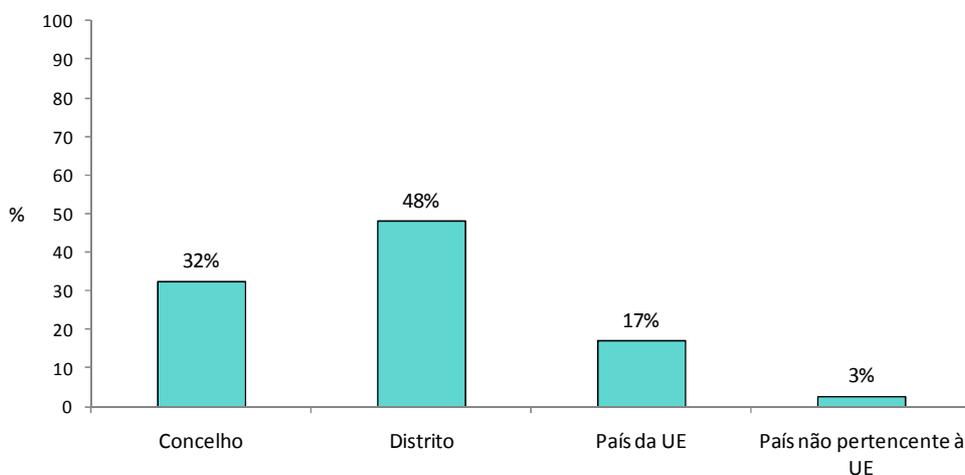


Gráfico 30 - Mobilidade geográfica no percurso profissional, segundo unidade geográfica (Fonte: CEAP, 2010)

A mudança de residência para outro concelho consiste na menor distância de mobilidade geográfica que se encontra contudo bem representada com 32% entre os inquiridos sujeitos a mobilidade geográfica por motivos profissionais. Entre o total de inquiridos sujeitos a mobilidade geográfica denota-se a elevada representação da mobilidade profissional dos Arquitectos Paisagistas Portugueses na União Europeia (17%).

No que respeita à frequência da mobilidade geográfica (Gráfico 31), 88% dos inquiridos sujeitos a esta alteração de residência por motivos profissionais, apenas assinalou uma unidade geográfica (Concelho, Distrito, País da EU, País não pertencente à UE), 8% duas unidades geográficas e 3% e 2% respectivamente três e quatro unidades geográficas.

### Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal Outubro de 2010

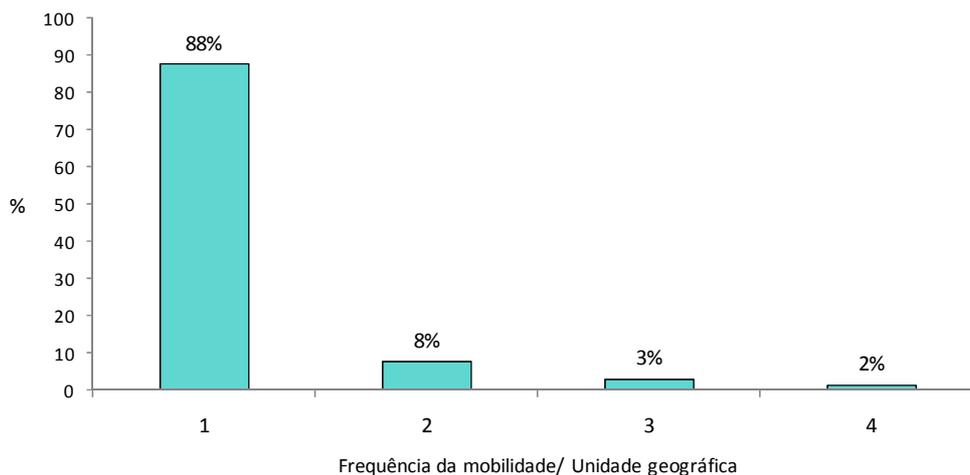


Gráfico 31 - Frequência da mobilidade geográfica no percurso profissional (Fonte: CEAP, 2010)

#### 5.3.4 Relação Satisfação dos Profissionais/Emprego

A satisfação profissional constitui um indicador integrado no ramo da economia do trabalho desde os anos 70, sendo igualmente investigado por várias disciplinas como a psicologia e a sociologia, cuja importância na investigação e política laboral apresenta uma expressão ao nível da União Europeia atestada pela sua inclusão como um dos indicadores da qualidade do trabalho na Estratégia Europeia do Emprego (Eurofound, 2007). A subjectividade inerente a este indicador obriga à discriminação do grau de satisfação, não apenas em relação a parâmetros objectivos, como a remuneração e benefícios sociais ou perspectivas de progressão de carreira, mas também em relação às expectativas e necessidades intelectuais e emocionais dos trabalhadores (Eurofound, 2007).

No que respeita à satisfação global dos Arquitectos Paisagistas com a actividade profissional, 60% dos inquiridos encontra-se satisfeito com a sua situação actual e 14% muito satisfeito, o que constitui a base para a existência de uma elevada capacidade de compromisso, motivação, produtividade e flexibilidade entre estes profissionais (Fasang *et al.*, 2007). No que respeita à insatisfação profissional, cerca de 21% da amostra de inquiridos considera-se insatisfeita ou muito insatisfeita com a sua actividade profissional actual, representando estes dois graus de insatisfação respectivamente, 16% e 5% do total de inquiridos. Verifica-se um baixo peso das Sem Respostas (5%), o que permite garantir a fiabilidade dos dados anteriormente apresentados.

Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal  
Outubro de 2010

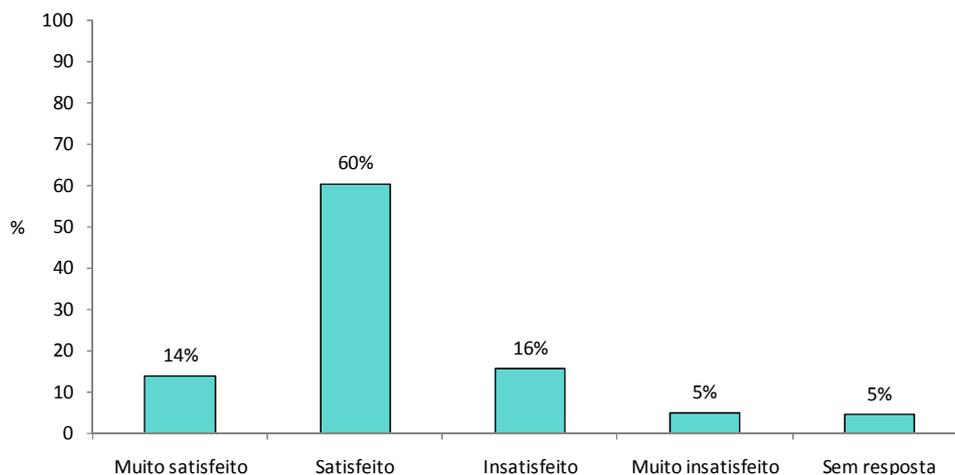


Gráfico 32 - Satisfação global em relação à actividade profissional actual (Fonte: CEAP, 2010)

No que respeita à satisfação e de acordo com o Gráfico 33 realizado no âmbito do *Fourth European Working Conditions Survey* realizado em 2005, em Portugal a satisfação profissional é representada por 85% dos inquiridos (15% insatisfeitos), nos quais, cerca de 21% se encontram muito satisfeitos e 64% satisfeitos com a sua actividade profissional (Eurofound, 2007). Da comparação destes valores com os obtidos entre a amostra de inquiridos, denota-se que a diferença substancial reside na percentagem de inquiridos muito satisfeitos com a actividade profissional que é substancialmente mais baixa entre os Arquitectos Paisagistas (14%) em relação à média definida para o país (21%) no estudo supra-referido (Eurofound, 2007).

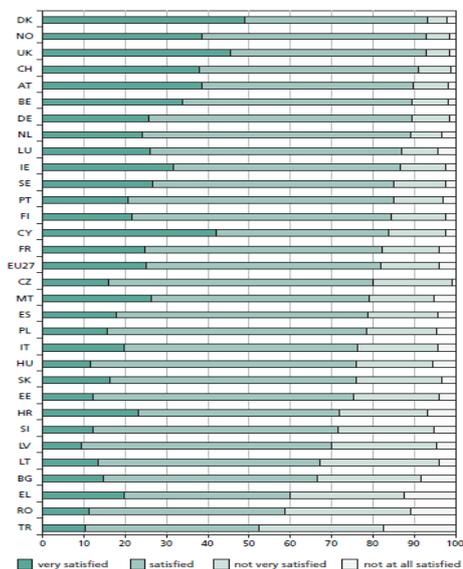


Gráfico 34 – Satisfação com as condições de trabalho, por sector (%) (Fonte: Eurofound, 2007)

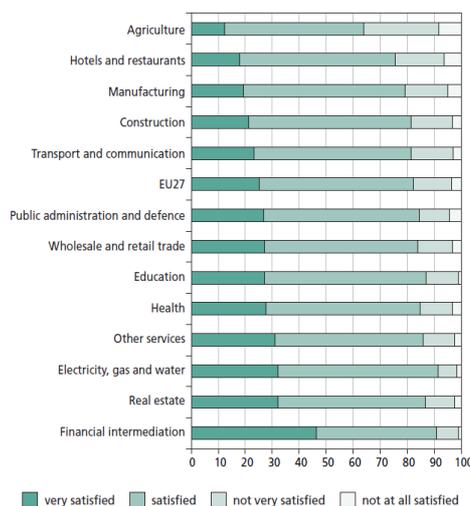


Gráfico 35 - Satisfação profissional, por país da EU (%) (Fonte: Eurofound, 2007)

## Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal Outubro de 2010

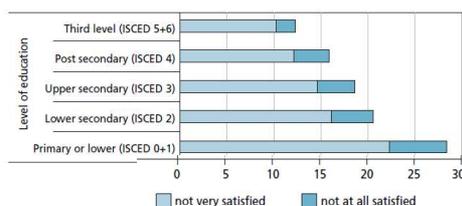


Gráfico 36 - Insatisfação com as condições de trabalho, por Nível de Educação ISCED<sup>21</sup> (Fonte: Eurofound, 2007)

Relativamente aos resultados da satisfação profissional obtidos por sector de actividade, do mesmo estudo europeu, verifica-se que, segundo o Gráfico 37 entre as actividades consideradas, o sector da construção é o quarto sector com resultados de satisfação mais baixos a nível europeu mas, ainda assim, a percentagem de inquiridos muito satisfeitos (22%) é superior à verificada entre os Arquitectos Paisagistas Portugueses (14%) e a percentagem de inquiridos satisfeitos, aproximadamente a mesma (59%) (Eurofound, 2007).

De facto, segundo o mesmo estudo, existe uma tendência para maiores níveis de satisfação à medida que o nível educativo é mais elevado, verificando-se contudo que no caso dos Arquitectos Paisagistas a insatisfação profissional apresenta valores semelhantes aos valores europeus (21%) identificados entre os profissionais com o nível educativo ISCED 2 - ensino básico (3º ciclo), como se verifica através da análise do Gráfico 36, apesar destes profissionais apresentarem, no mínimo, o nível educativo ISCED 5 - ensino superior (bacharelato e licenciatura).

A compreensão deste elevado nível de insatisfação, superior à média verificada para o país, 15% dos inquiridos segundo o Gráfico 38, implica a análise específica dos factores justificativos seleccionados pelos inquiridos entre os factores propostos pelo inquérito. A análise do Gráfico 39, permite identificar que os factores de insatisfação profissional mais assinalados pela amostra de inquiridos são a remuneração/benefícios (48%), oportunidades para progredir (44%), estabilidade profissional (40%) e reconhecimento social (33%) e por último o trabalho em equipas multidisciplinares (24%).

A análise do Gráfico 39 permite identificar que é maior a percentagem de inquiridos a assinalar entre os factores de satisfação profissional a área de trabalho/tipo de projectos, aplicação de conhecimentos/desenvolvimento de capacidades, nível de

<sup>21</sup> A sigla ISCED refere-se à *International Standard Classification of Education (ISCED97)*, Classificação Internacional Normalizada da Educação, instrumento de referência da UNESCO que permite a harmonização e comparabilidade das estatísticas educativas. Os níveis integrados são os seguintes: 0 - ensino pré-escola, 1 - ensino básico (1º e 2º ciclo), 2 - ensino básico (3º ciclo), 3 - ensino secundário, 4 - ensino pós-secundário, 5 - ensino superior (bacharelato e licenciatura), 6 - ensino superior (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento).

responsabilidade, contributo para a sociedade, e mobilidade geográfica, assinalados por 75 a 78% dos inquiridos, enquanto factores de satisfação profissional. Esta comparação permite afirmar que, entre os factores de insatisfação, exceptuando o reconhecimento social e o trabalho em equipas multidisciplinares, os factores assinalados são bastante objectivos por serem relativos às condições do trabalho e aos benefícios ou *outputs* que este proporciona, enquanto os factores de satisfação se integram justamente nos designados factores subjectivos mais relacionados com o conteúdo do trabalho e as expectativas e necessidades intelectuais e emocionais dos trabalhadores.

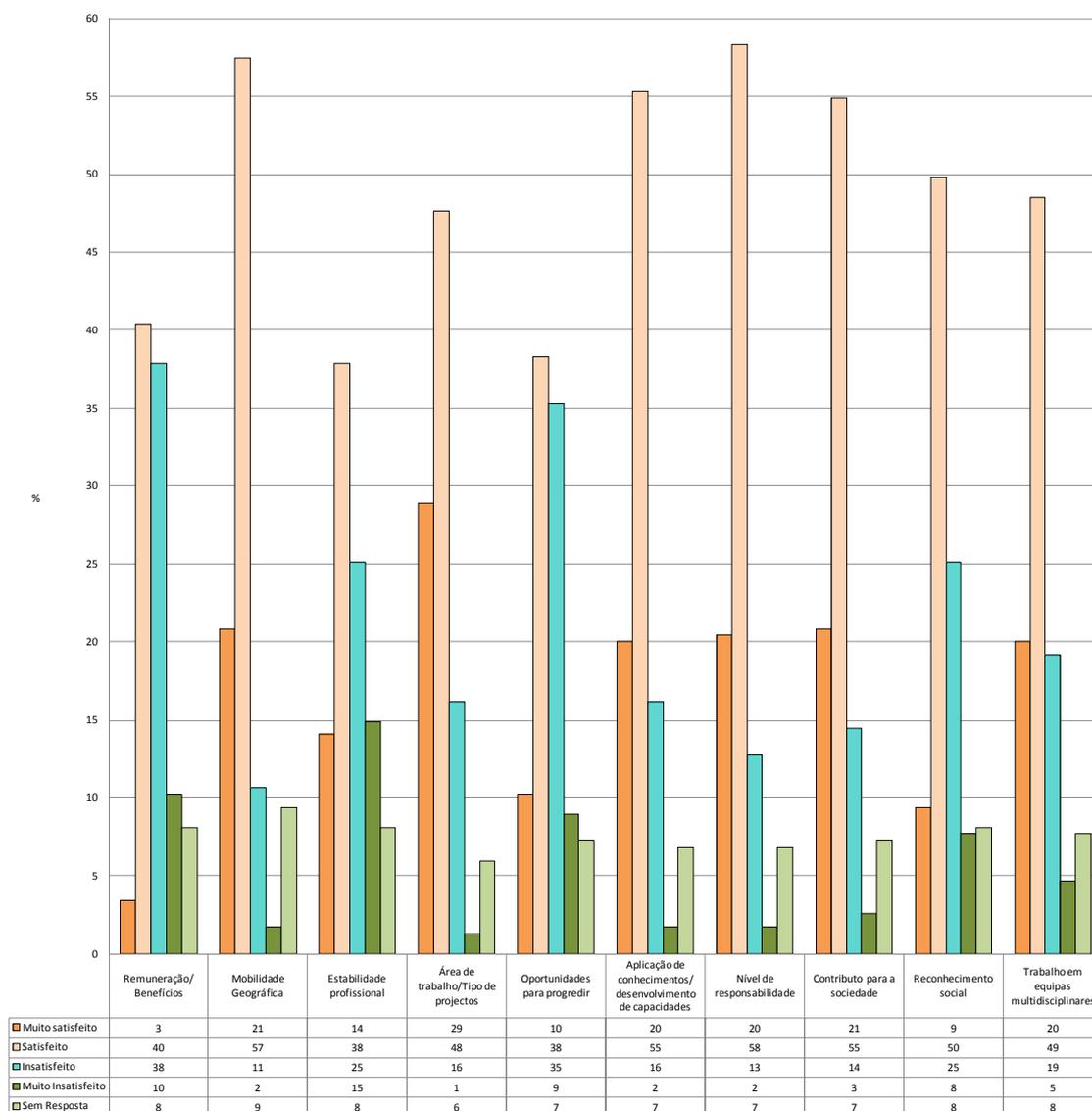


Gráfico 39 - Satisfação/Insatisfação Profissional em relação a um ou mais factores  
(Fonte: CEAP, 2010)

Entre os factores de insatisfação profissional o mais representativo é a estabilidade profissional, no conjunto dos factores de insatisfação assinalados, representada com 39% das respostas negativas, seguindo-se a remuneração e benefícios, representada com 36% das respostas negativas (Gráfico 40). De facto, entre os seis factores considerados como mais pertinentes para a satisfação profissional no âmbito do *Fourth European Working Conditions Survey* realizado em 2005 na EU, encontra-se a segurança laboral, as oportunidades de crescimento e aprendizagem, a remuneração e as oportunidades de progressão de carreira (Eurofound, 2007).

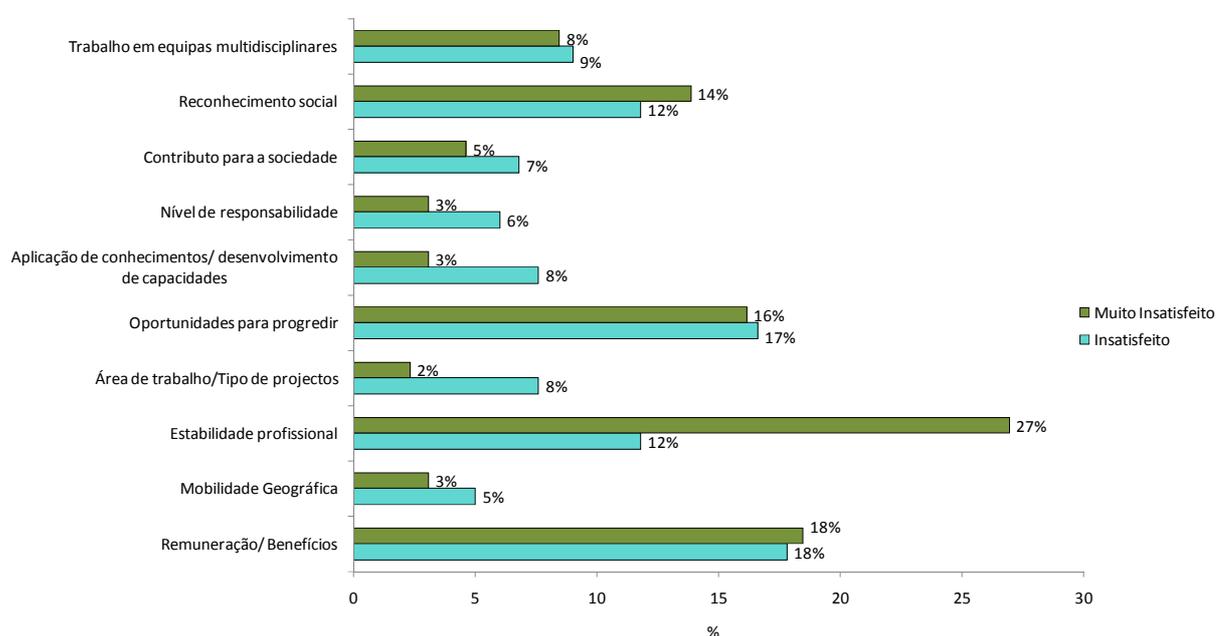


Gráfico 40 - Insatisfação Profissional em relação a um mais factores (Fonte: CEAP, 2010)

Entre os factores de satisfação profissional na amostra de inquiridos, o mais representativo é a área de trabalho/tipo de projectos que reúne 27% das respostas positivas, o que permite identificar que o conteúdo do trabalho se encontra entre os factores mais responsáveis pela satisfação profissional dos Arquitectos Paisagistas, em Portugal (Gráfico 41).

### Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal Outubro de 2010

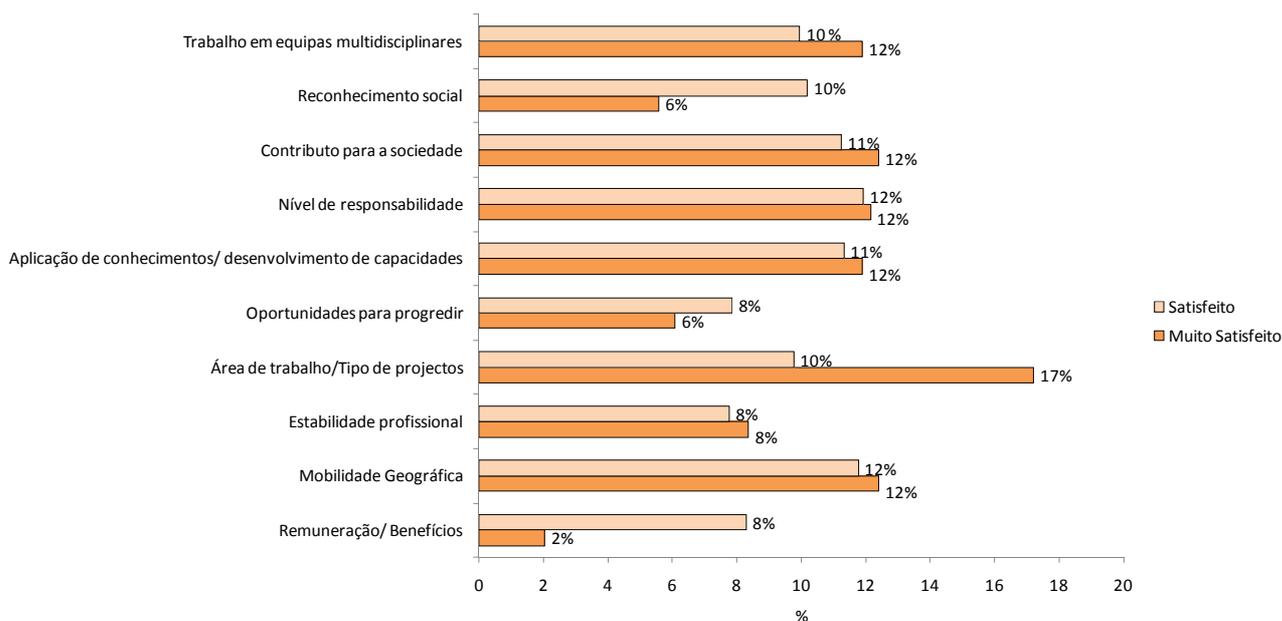


Gráfico 41 - Satisfação Profissional em relação a um ou mais factores (Fonte: CEAP, 2010)

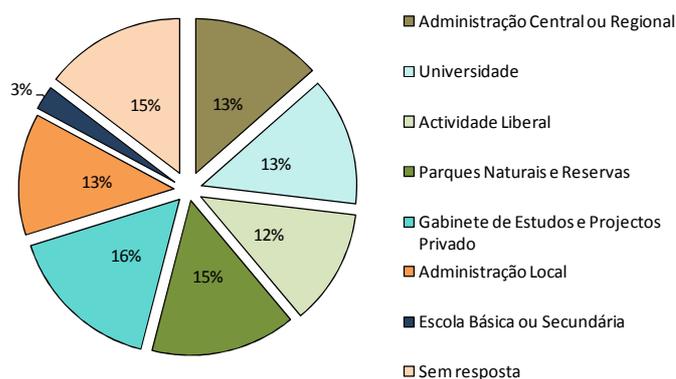


Gráfico 42 - Tipo de Entidade Empregadora em que gostaria de obter emprego (Fonte: CEAP, 2010)

No que respeita ao tipo de entidade empregadora da preferência dos inquiridos, verifica-se uma grande uniformidade em relação às preferências assinaladas, não obstante as opções gabinete de estudos e projecto privado e parques naturais e reservas reunirem a maior representação de opções assinaladas entre os inquiridos, respectivamente com 16% e 15% do universo total de inquiridos. Verifica-se um relativo peso das Sem Respostas (15%), o que não nos permite garantir com toda a fiabilidade os dados anteriormente apresentados. A grande uniformidade das respostas não aponta verdadeiramente qualquer tendência entre as respostas obtidas,

senão a dispersão das preferências por todas as entidades, à excepção da escola básica ou secundária assinalada por apenas 3% dos inquiridos da amostra.

No que respeita às razões de escolha da entidade empregadora de preferência, 30% dos inquiridos distribuem-se equitativamente (15%) entre a área de trabalho/tipo de projectos e aplicação de conhecimentos/desenvolvimento de capacidades, enquanto razões preferenciais da escolha da entidade empregadora, sendo importante destacar não serem os factores de insatisfação profissional identificados no Gráfico 39 e Gráfico 40 as razões determinantes desta escolha.

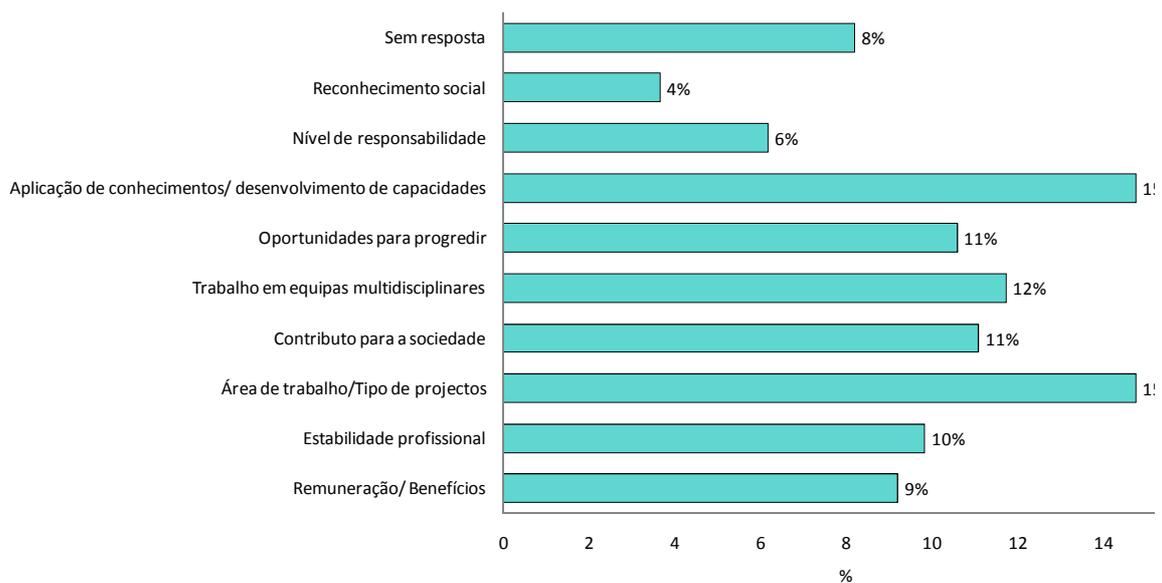


Gráfico 43 -Tipo de Entidade Empregadora em que gostaria de obter emprego/Razões de escolha  
(Fonte: CEAP, 2010)

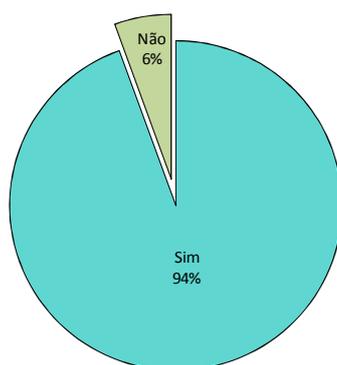


Gráfico 44 - Inscrição numa associação sócio-profissional (Fonte: CEAP, 2010)

No que concerne ao associativismo profissional verifica-se, através da análise do Gráfico 44, que a quase totalidade dos inquiridos da amostra, 94% é associado da

Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas, única associação profissional que representa em Portugal a profissão e apenas 6% dos inquiridos não se encontram inscritos na referida entidade.

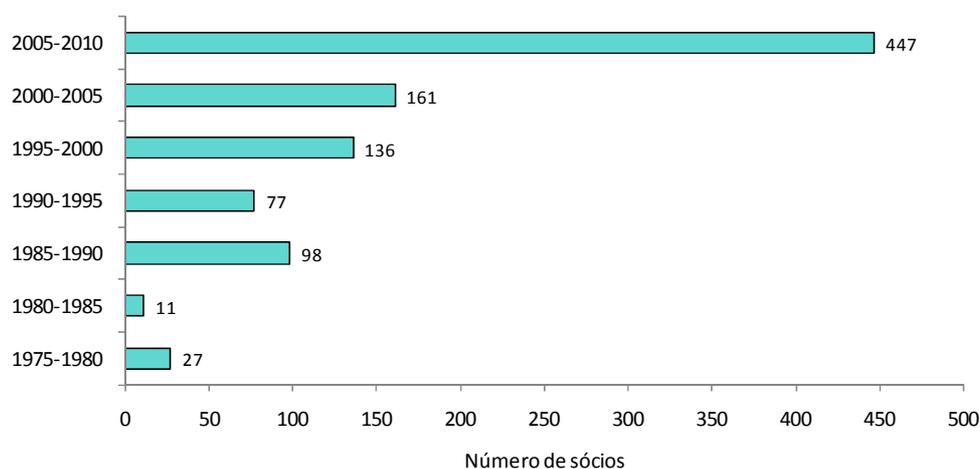


Gráfico 45 – Evolução do número de sócios inscritos na Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas – APAP  
(Fonte: APAP, 2010)

No que respeita à evolução do número de associados da APAP (Gráfico 45) verifica-se que, desde a sua formação, em 1976, verificaram-se dois períodos de crescimento acentuado do número de associados: entre 1995 e 2000, em que o número de sócios duplicou; e entre 2005 e 2010 em que este número quase triplicou. O total de sócios inscritos desde a formação da APAP é de 957, verificando-se que deste número cerca de 132 já não se encontram inscritos por exclusão, suspensão temporária ou falecimento (APAP, 2010).

### 5.3.5 Investigação e Empreendedorismo

De acordo com a Comissão Europeia o empreendedorismo é o principal motor da inovação, da competitividade e do crescimento (CE *apud* IAPMEI, 2010). Considerou-se assim a importância desta variável por permitir identificar a dinâmica da actividade profissional dos Arquitectos Paisagistas, através da criação de entidades enquanto primeiro indicador deste processo de desenvolvimento de oportunidades económicas, produção e venda de bens e serviços, bem como a criação de associativismo e organizações importantes para a institucionalização e divulgação da profissão.

De acordo com o Gráfico 46, verificou-se que 31% do total dos inquiridos da amostra esteve envolvido na criação de uma entidade. De acordo com o Gráfico 47, verifica-se que, neste grupo de empreendedores, 61% criaram uma empresa, 12% uma associação e 11% uma sociedade, registando as outras tipologias de entidades uma representação entre 2-6% do total de empreendedores identificado. O empreendedorismo e as pequenas empresas são, para a Economia Europeia, a mais importante fonte de criação de emprego e de dinamização dos negócios e da inovação, contribuindo em cerca de 67 % para a formação do emprego privado, o que corresponde na EU a cerca de 75 milhões de postos de trabalho (CE *apud* IAPMEI, 2010).

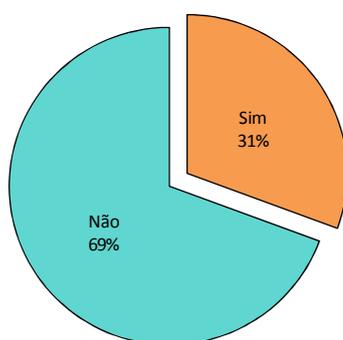


Gráfico 46 - Criação de entidade decorrente da actividade profissional (Fonte: CEAP, 2010)

Visto que a maioria das entidades criadas foram empresas é natural que tenha ocorrido a criação de postos de trabalho, o que se analisa no Gráfico 48, acentuando-se que a maioria das empresas criadas (64%) gerou entre 0-5 postos de trabalho e 22% ente 5 a 15 postos de trabalho, o que se enquadra na dimensão média das empresas portuguesas, com cerca de 9,3 trabalhadores, segundo dados fornecidos pelo INE, relativos a 2005 (INE *apud* IAPMEI, 2010).

### Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal Outubro de 2010

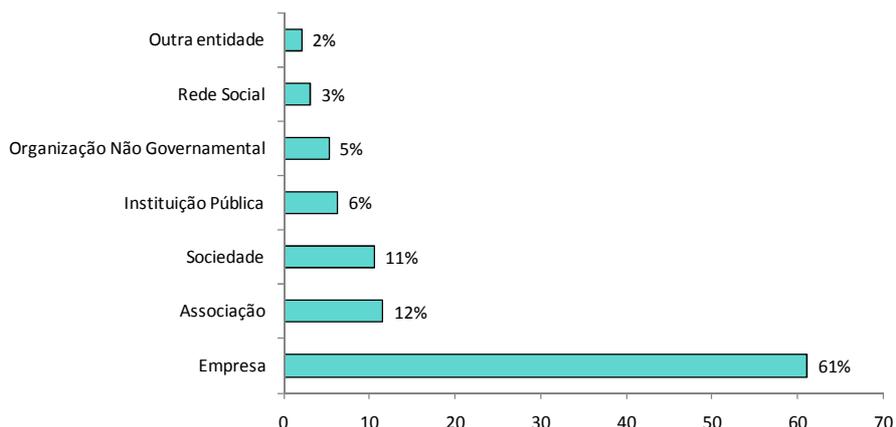


Gráfico 47 - Criação de entidade decorrente da actividade profissional/Tipo de entidade (Fonte: CEAP, 2010)

Não obstante a pequena dimensão destas empresas (Gráfico 48) não é de subestimar o seu peso na economia do país, visto que, segundo dados fornecidos pelo INE, relativos a 2005, as PME representam 99,6% do tecido empresarial, gerando 75,2% do emprego (INE *apud* IAPMEI, 2010). No caso do emprego na área da Arquitectura Paisagista, verificou-se através da análise do Gráfico 27, a importância do sector privado na formação de emprego, com 44% do total da amostra de inquiridos empregados neste sector, a que acresce ainda a situação de acumulação de dois empregos, no caso de 11% da amostra de inquiridos que trabalham, quer no sector público, quer no privado.

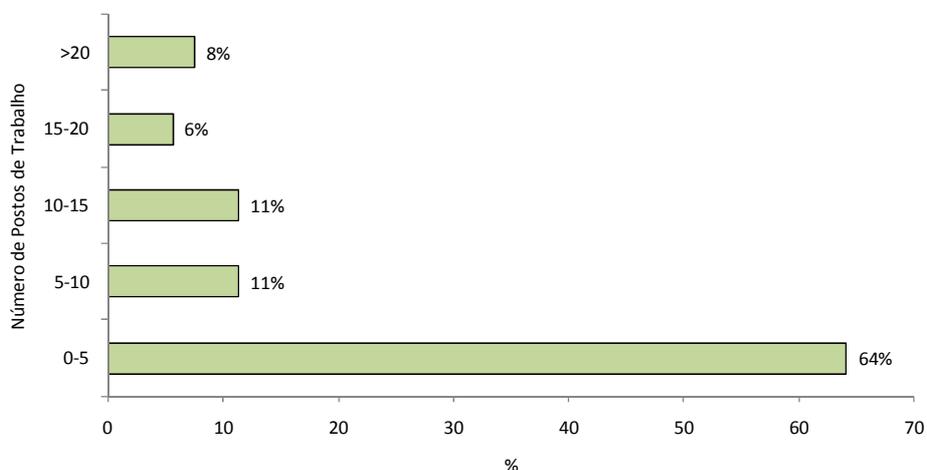


Gráfico 48 - Criação de entidade/Número de postos de trabalho (Fonte: CEAP, 2010)

Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal  
Outubro de 2010

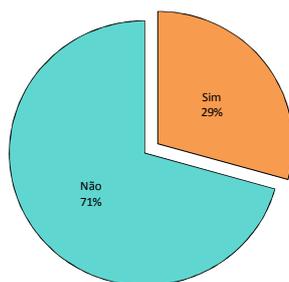


Gráfico 49 - Organização de acções de divulgação (Fonte: CEAP, 2010)

A consideração da variável organização de acções de divulgação revela-se importante enquanto reveladora das dinâmicas próprias desta actividade profissional, sendo particularmente importante no processo de institucionalização<sup>22</sup> da Arquitectura Paisagista portuguesa.

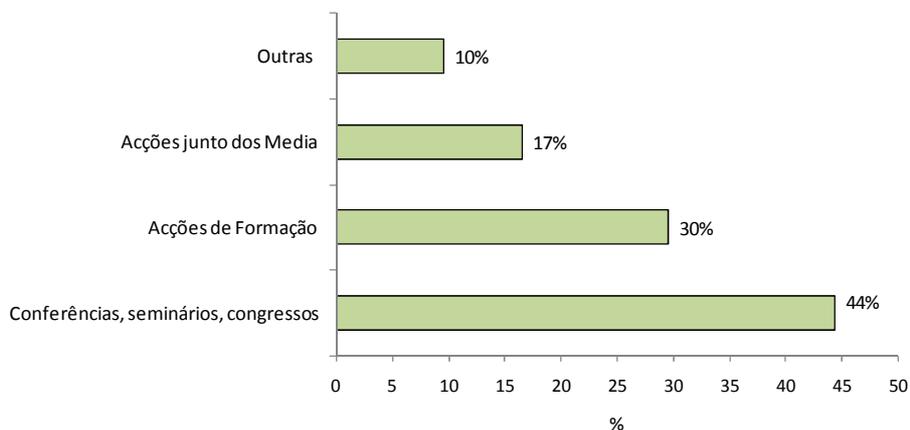


Gráfico 50 - Tipo de acções de divulgação organizadas (Fonte: CEAP, 2010)

No que respeita à organização de acções de divulgação verifica-se que 29% da amostra total de inquiridos esteve envolvida em processos deste tipo (Gráfico 49), 44% dos quais na organização de conferências, seminários e congressos, 30% em acções de

---

<sup>22</sup>Processo mediante o qual um conjunto de normas de comportamento, que orientam uma actividade social considerada importante, adquire regulamentação jurídica formal. Num sentido mais amplo, institucionalização refere-se a um processo de cristalização de procedimentos, de comportamentos, quer tenham ou não importância social relevante: aqui não se trata apenas de normas, mas também de significados, valores ou conhecimentos. Neste segundo sentido, institucionalização é sinónimo de ordem social. A institucionalização representa, num grande número de casos, a promoção de formas espontâneas e desorganizadas de associações, que existem face à comunhão de pessoas em relação a projectos e a objectivos comuns, a formas de organização formalmente constituídas. Representa a passagem de organizações informais a organizações formais. (Infopédia, 2010)

formação na área da Arquitectura Paisagista e 17% em acções junto dos media (Gráfico 50).

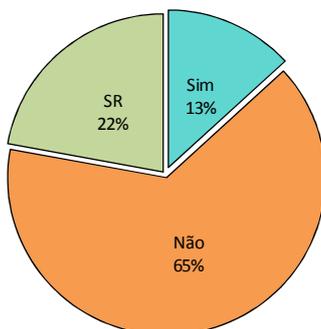


Gráfico 51 - Actividades de investigação (Fonte: CEAP, 2010)

No que respeita ao desenvolvimento de actividades de investigação e desenvolvimento (I&D), 13% da amostra de inquiridos representa o conjunto de profissionais envolvidos actualmente ou durante o percurso profissional neste tipo de actividades (Gráfico 51). Considerando que a intensidade das actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) em Portugal, avaliada de acordo com o GERD - *Gross Domestic Expenditure on R&D (GERD as % of GDP)*<sup>23</sup> é bastante baixa (0,83) em relação à média Europeia (1,84), seria possível justificar uma baixa integração de profissionais na área de I&D (CE-ERA, 2008). Contudo, segundo dados de 2005 da Comissão Europeia (CE-ERA, 2008), os profissionais de I&D em Portugal representam cerca de 0,9% da percentagem total de emprego existente no país (média europeia 1,45%), pelo que o valor obtido no Gráfico 51, relativo à percentagem de inquiridos da amostra integrada em algum momento do percurso profissional em actividades de investigação e Desenvolvimento - I&D (13%), considera-se ser uma representação elevada desta variável. Este valor elevado justifica-se em parte, não ser um valor representativo da situação profissional actual, mas sim da totalidade do percurso profissional dos inquiridos. Considera-se que a reabertura do Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista - “Prof. Caldeira Cabral” do Instituto Superior de Agronomia, em 2003, bem como a participação de Arquitectos Paisagistas em outras unidades de investigação, tem contribuído para estes valores, visto os projectos de investigação realizados integrarem actividades de iniciação à investigação com alunos dos cursos de Arquitectura Paisagista. Deste modo, a participação em actividades de investigação e desenvolvimento é parte integrante da formação de uma parte considerável de jovens profissionais, o que justifica, em parte, a elevada percentagem de inquiridos da

<sup>23</sup> Consumo interno bruto gasto em actividades de investigação I&D, como percentagem do Produto Interno Bruto – PIB.

amostra integrados, em algum momento do percurso profissional, em actividades de investigação e Desenvolvimento - I&D (13%).

Realça-se ainda que se verifica um elevado peso das Sem Respostas (22%). Deste modo, conclui-se que as tendências extraídas destes resultados podem diferir, na realidade do universo de arquitectos paisagistas portugueses, da situação identificada através deste procedimento de inquérito.

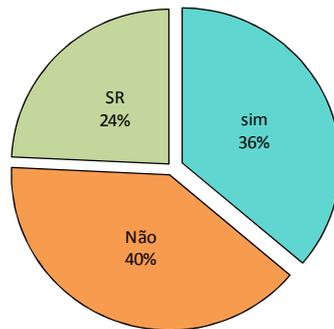


Gráfico 52 - Publicações

Da análise do Gráfico 52, verifica-se que uma percentagem considerável dos inquiridos (36%) foi autor ou participante em alguma publicação na área da Arquitectura Paisagista ou em outras áreas científicas com interesse para a Arquitectura Paisagista. Esta variável constitui um importante factor de avaliação no âmbito das actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) e assume ainda particular importância na área da arquitectura, pela necessária divulgação da actividade desenvolvida, mesmo no sector privado. Estes motivos, conjugados, justificam a elevada representação de autores entre a amostra de inquiridos. Realça-se ainda que se verifica um elevado peso das Sem Respostas (24%), pelo que, se considera seguro extrair apenas tendências destes resultados.

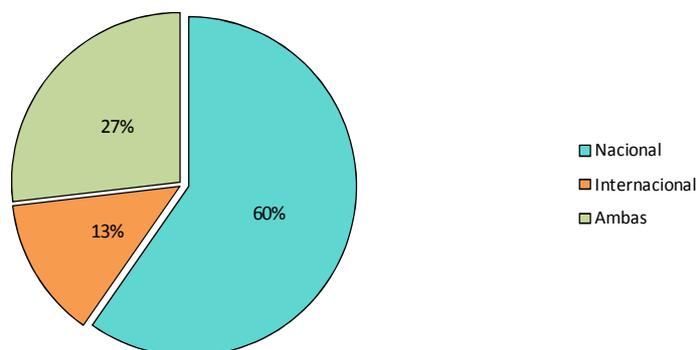


Gráfico 53 - Escala das publicações

Ainda no que respeita às publicações, verifica-se que a grande maioria foi realizada a uma escala nacional (60%), salientando-se contudo que o muito elevado peso das Sem Respostas (27%), permite apenas extrair tendências destes resultados. Entre as publicações consideradas e no que respeita à sua natureza verifica-se, através da análise do Gráfico 54, que 43% são artigos em publicações periódicas, 30% actas de conferência, seminário ou congresso e 27% capítulos ou partes de livro.

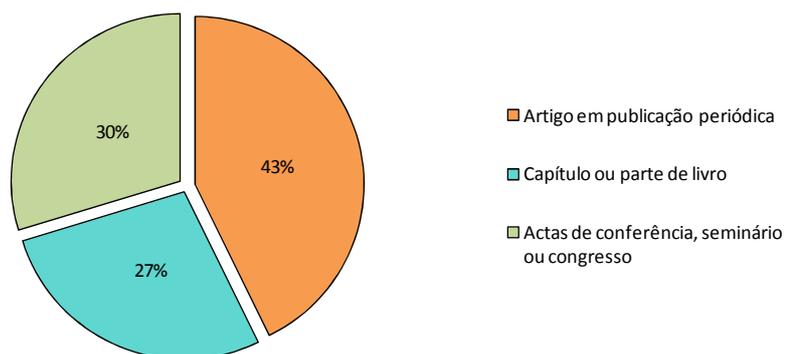


Gráfico 54 – Natureza das publicações

## 6. A Arquitectura Paisagista na Europa e no Mundo

A Arquitectura Paisagista integra-se nas profissões, cuja origem se encontra relacionada com a resolução dos desafios específicos que a industrialização e as suas consequências directas, o crescimento urbano e o abandono rural, assumiram no período da viragem do Séc. XIX para o Séc. XX. Enquanto profissão aplicada ao domínio alargado da construção da paisagem pode-se considerar a origem da Arquitectura Paisagista como sendo anterior a esse período. Contudo, seria sobretudo a transformação profunda dos processos de construção da paisagem, devido à Revolução Industrial que anunciaria a necessidade da profissão, enquanto domínio de práticas especializadas no ordenamento, projecto e gestão da paisagem, substituindo-se ao que havia sido dirigido, de uma forma pragmática, pelas profissões rurais, ligadas às actividades produtivas, bem como, pelas profissões com actividade projectual, como a Engenharia e a Arquitectura civil. O conhecimento desenvolvido, neste período, no âmbito das técnicas e das ciências e a especialização, sem precedentes, das áreas de conhecimento e actividade conduziu à necessidade de considerar a Paisagem de forma integrada e segundo um conjunto de metodologias e um corpo teórico disciplinar próprio. Assim se criava uma categoria profissional, que se dirigia à resolução dos problemas emergentes ou às novas dimensões, quantitativas e qualitativas, de problemas já verificados anteriormente.

A designação do termo - Arquitectura Paisagista, é atribuída a Gilbert Laing Meason, cujo interesse em História de Arte, conduziria ao cunho deste termo no livro - *On the Landscape Architecture of Great Painters of Italy*, publicado em 1828 (Thompson, 2000). Nesta obra o autor reflecte, especificamente, sobre a localização da *arquitectura na paisagem*, numa acepção bastante datada e restrita, não identificável com uma *arquitectura da paisagem*. No entanto, o termo seria posteriormente utilizado, por diversas vezes, na sua acepção mais limitada. No decurso deste processo seria, definitivamente, alargada a sua significação a partir da adopção do termo, enquanto título profissional, por Calvert Vaux e Frederick Law Olmsted, no âmbito do concurso de projectos para o *Central Park* de Nova Iorque. É neste sentido que Pregill e Volkman (1993) afirmam que, apesar do termo ter sido usado anteriormente a estes profissionais americanos, designadamente, por Andrew Jackson Downing, o papel deste último no desenvolvimento da profissão não justifica a adopção do termo, pois os seus interesses e a sua prática profissional não apresentavam a transversalidade ou a profundidade teóricas, inerentes à Arquitectura Paisagista. Estas, apenas seriam

justamente atribuídas aos profissionais que estiveram envolvidos no movimento dos parques urbanos americanos e que, literalmente, criaram uma nova profissão.

Deste modo, os primeiros profissionais a designarem-se por arquitectos paisagistas foram os americanos Calvert Vaux e Frederick Law Olmsted, no concurso de projectos para o Central Park de Nova Iorque, em 1858 e mais tarde Patrick Geddes, em 1903 (Thompson, 2000), apesar do Ensino Superior da profissão ser ainda inexistente, assim como qualquer acreditação profissional. O estabelecimento do título profissional seria decorrente da fundação da *American Society of Landscape Architects*, em 1899, por Frederick Law Olmsted e Beatrix Farrand, entre outros.

A profissão surgiria associada às preocupações com os problemas sociais, com a qualidade da vida urbana e com os limites do crescimento, decorrentes da Revolução Industrial, que já haviam sido identificados pelos utopistas do Séc. XVIII (Magalhães, 2001), pelo que se distinguiria desde a sua origem pela associação dos valores sociais, estéticos, éticos e ambientais, aplicados segundo metodologias específicas a uma prática profissional orientada para o interesse público.

Contudo, somente nos EUA e no Japão, o ensino superior da Arquitectura Paisagista data da viragem do séc. XIX para o séc. XX, sendo apenas no contexto entre as duas Grandes Guerras que este ensino e logo a prática profissional conheceriam o seu desenvolvimento na Europa, designadamente em três países – Alemanha, Reino Unido e Portugal (Cabral, 1992).

A par do aparecimento do Ensino Superior, surgiu a necessidade da promoção da profissão e regulação da sua prática através do associativismo profissional representado, inicialmente, pelas entidades – *American Society of Landscape Architecture*, fundada em 1899, associação profissional alemã – *Bund Deutscher Landschaftsarchitekten* (BDLA), fundada em 1913, associação profissional dos Países Baixos – *Nederlandse Vereniging voor Tuin- en Landschapsarchitectuur* (NVTL), fundada em 1922, *Institute of Landscape Architecture*, fundado no Reino Unido, em 1926, e pela associação profissional norueguesa - *Norske landskapsarkitekters forening* (NLA), fundada em 1929.

A necessidade de criar sinergias através do relacionamento organizado entre estas associações profissionais seria enquadrada através da criação da *International Federation of Landscape Architects* (IFLA), fundada no quadro do King's College of London, em 1948, com a qual os profissionais portugueses da primeira geração desenvolveram relações que permitiram, desde a década de 50, do séc. XX, a projecção internacional da Arquitectura Paisagista portuguesa. Neste âmbito destaca-se a integração do Professor Caldeira Cabral na *International Federation of Landscape*

*Architects* – IFLA, em 1951, como representante de Portugal nesta organização, com o acordo do Instituto para a Alta Cultura. Estavam assim criadas as condições para a participação regular dos arquitectos paisagistas Portugueses nos congressos e exposições internacionais, organizados por esta federação. A partir de 1957, o Professor Caldeira Cabral desempenharia, através de eleição, o cargo de Vice-Presidente da *International Federation of Landscape Architects* – IFLA e *a posteriori*, assumiu o cargo de Presidente desta federação, no período de 1962 a 1966.

No enquadramento da Comunidade Económica Europeia (CEE) seria constituída, em Bruxelas, a *European Federation for Landscape Architecture* (EFLA), em 1989, com a finalidade de representar a categoria profissional no âmbito da Comissão Europeia, registando e divulgando a evolução do desempenho da Arquitectura Paisagista na Europa, com os objectivos de regulação da prática profissional, estabelecimento de parâmetros de avaliação do ensino superior e regulação do seu nível de qualidade, bem como a garantia da uniformização dos modos de reconhecimento da profissão (Cancela D’Abreu, 2003). Desde o início que esta instituição teve a participação de Arquitectos Paisagistas portugueses, como representantes da Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas (APAP), nos Comitês do Ensino e da Prática Profissional. No entanto, sublinha-se o cargo de Presidência da *European Federation for Landscape Architecture* (EFLA) assumido entre 2004 e 2008 pela Arquitecta Paisagista portuguesa Teresa Andresen, com experiência prévia como Vice- Presidente da mesma federação, encarregada das matérias educativas, durante o período de 1995 a 1996. Mais recentemente, a partir de um grupo de profissionais, membros da *European Federation for Landscape Architecture* (EFLA), foi fundada a *Landscape Architecture Europe Foundation* (LAE), em 2003, com os objectivos gerais de permitir um completo reconhecimento da categoria profissional, na sua especificidade e autonomia, sublinhando as metodologias, conceitos e a identidade que caracterizam a Arquitectura Paisagista Europeia.

O papel destas instituições na formação de um sistema de valores comuns, orientadores da prática da Arquitectura Paisagista, no ordenamento, projecto e gestão da Paisagem, enquanto valor de interesse público, protegido juridicamente ao nível constitucional, comunitário europeu e internacional, é claramente atestada por documentos como o *IFLA Code of Ethics*, de 2000. Neste, são sublinhadas, não apenas referências de conduta ética pessoal e profissional, mas também referências de ética ambiental ou, mais propriamente, de uma ética da Paisagem que enformam o modo de actuação dos profissionais. Sublinha-se assim a elevada responsabilidade exigida na conduta profissional dos Arquitectos Paisagistas, constante deste documento de direito privado internacional, designadamente no que respeita ao “ (1) *reconhecimento*

*e protecção do contexto cultural, histórico e ecológico da paisagem, nas propostas de projecto, planeamento e gestão da paisagem (2) desenvolvimento e uso de materiais, produtos e processos que exemplifiquem os princípios de gestão e regeneração sustentável da paisagem (3) defesa dos valores que suportam a saúde humana, a protecção ambiental e a biodiversidade” (IFLA, 2000).*

No âmbito das organizações especificamente direccionadas para a temática do ensino da Arquitectura Paisagista destaca-se a fundação da CELA - *Council of Educators in Landscape Architecture*, em 1920, que reúne actualmente, como membros, os representantes de cada um dos programas de formação superior em Arquitectura Paisagista dos EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, visando como objectivo último a qualidade deste ensino profissional e a divulgação e publicação da investigação conduzida na profissão através do *Landscape Journal*.

No mesmo sentido, seria criado o *European Council of Landscape Architecture Schools* (ECLAS), em Berlim, em 1991, com os objectivos de reforçar contactos entre as instituições de ensino da Arquitectura Paisagista europeias, visando: a manutenção do elevado nível desta formação superior; a partilha da experiência e conhecimento no desenvolvimento do *curriculum*; permitir oportunidades de colaboração académica entre instituições; criar prioridades comuns de investigação profissional através de projectos de colaboração; promover a interdisciplinaridade mediante a melhoria do entendimento público da disciplina, no contexto social e institucional europeu; e estimular o diálogo entre os profissionais da Arquitectura Paisagista europeia e as organizações internacionais relacionadas.

Ainda no âmbito internacional da mobilização da categoria profissional para a defesa da Paisagem, enquanto valor de interesse público, realça-se a criação da *Landscape Architecture Foundation*, nos EUA, em 1966, baseada na confiança depositada na abordagem holística e sistémica da Arquitectura Paisagista, enquanto modelo de actividade empenhada na resolução da crise ambiental, internacionalmente identificada nos anos 60. A relação desta crise com a Paisagem viria a ser assumida, por múltiplas áreas disciplinares e de actividade profissional, quanto à generalizada industrialização<sup>24</sup>, dinâmica de transformação que caracterizou o Modernismo, com consequências ao nível dos valores tangíveis e intangíveis subjacentes à Paisagem.

---

<sup>24</sup> Sobre este assunto vid. Assunto, R. - *Il Paesaggio e l'Estetica* (1973) e, em Portugal, vid. a obra de Gonçalo de Ribeiro Telles - *Para Além da Revolução* (1985) e a integração desta preocupação de minimização dos impactos da industrialização da paisagem, no artigo 5º da *Lei de Bases do Ambiente*, em que se refere a necessidade da “(...) *integração da expansão urbano-industrial na paisagem, funcionando como valorização da mesma, e não como agente de degradação*” (Lei n.º 11/87, de 07 de Abril). No contexto internacional, o preâmbulo da *Convenção Europeia da Paisagem* integra esta

A primeira rede de investigação europeia sobre a temática da Paisagem – *The Permanent European Conference for the Study of the Rural Landscape*, foi fundada em Nancy, em 1957. Esta rede de investigação temática incluía inicialmente uma maioria de geógrafos, tendo ocorrido, nas últimas décadas, uma elevada diversificação das categorias profissionais envolvidas como seus membros, designadamente, arquitectos paisagistas, outros profissionais de planeamento e gestão da paisagem, historiadores, sociólogos, arqueólogos, ecólogos, entre outros investigadores e profissionais interessados nas paisagens europeias. No mesmo sentido, seria criado o *Landscape Research Group*, no Reino Unido, em 1967, enquanto plataforma de cooperação e troca interdisciplinar entre profissionais cuja acção incidia sobre a paisagem, como iniciativa para intensificar a investigação das complexas problemáticas que, a esse nível, vinham a ser colocadas pelo desenvolvimento que caracterizou o séc. XX, no mundo Ocidental, procurando soluções partilháveis, ao nível das práticas paisagísticas.

Ao nível Europeu estas preocupações iriam consubstanciar-se no direito comunitário, através da *Convenção Europeia da Paisagem*, transcrita para o quadro legal dos países signatários na última década e em Portugal, em 2005, no Decreto nº 4/2005, de 14 de Fevereiro. A relevância fundamental deste documento, no quadro da implementação dos critérios de desenvolvimento sustentável, é atestada pelo Conselho da Europa que promove, com esse objectivo, a protecção, gestão e ordenamento da Paisagem e, simultaneamente, pelo facto de que a maioria dos países deste conselho, cerca de 31 dos 47 estados membros ratificou, até 2009, este documento (Oliveira e Cancela D'Abreu, 2008) (COE, 2009).

A importância da *Convenção Europeia da Paisagem* reside, numa primeira abordagem, no compromisso, de considerar a paisagem como desempenhando " (...) *importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social* (...) (Decreto nº 4/2005) ", compromisso este, assumido do ponto de vista legal e orientado para a acção. O preâmbulo da convenção realça que a paisagem, mais do que uma componente fundamental do património cultural e natural europeu é, ainda, elemento importante da qualidade de vida das populações, o que reflecte e confirma a alteração da concepção estético-artística que caracterizou a compreensão da Paisagem, em algumas áreas disciplinares, nos sécs XVIII e XIX e ainda no séc. XX. A importância da Paisagem, enquanto bem de interesse público, determinante na qualidade de vida das populações é ainda salientada, de acordo com o princípio da inclusividade constante da CEP (Oliveira e Cancela D'Abreu, 2008), na universalidade

---

preocupação, quando refere a transformação acelerada das paisagens europeias, ao constatar "(...) *as evoluções das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial, mineira e das técnicas nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo, dos transportes, das infra-estruturas, do turismo, do lazer e, de modo mais geral, as alterações na economia mundial* (...)" (Decreto nº 4/2005).

do seu carácter, urbano ou rural, raro ou quotidiano, susceptível ou não de ser alvo de patrimonialização. Esta orientação internacional, ratificada no direito legal português, vem corroborar a posição fundamental defendida desde a primeira geração de arquitectos paisagistas portugueses, desde os anos 50 do séc. XX, como se encontra descrito no capítulo quinto deste relatório designado, justamente, - *A Inovação Introduzida pela Arquitectura Paisagista Portuguesa*.

Esta abordagem global da Paisagem, que convoca a integração dos conhecimentos e das acções, como afirma Cancela D' Abreu e Rosário Oliveira (2008) é essencial para o cumprimento do que a *Convenção Europeia da Paisagem* designa por política da paisagem, mais uma vez, um campo principal de acção da actividade da Arquitectura Paisagista. A inovação legada por esta categoria profissional, sobretudo desde a década de 70, seria determinante na formulação de novas políticas no domínio da Conservação da Natureza, do Ordenamento do Território e do Ambiente (Magalhães, 2006). De facto, na primeira versão da *Lei de Bases do Ambiente*, de 1987, mais precisamente no artigo nº 19, reconhecia-se já a necessidade de uma política de gestão da paisagem, como se encontra descrito no capítulo sete deste relatório designado - *Intervenção Política e Legislação*. Segundo Cancela D' Abreu e Rosário Oliveira (2008) os objectivos da *Convenção Europeia da Paisagem* (CEP), podem sintetizar-se nas seguintes acções:

- Identificar e caracterizar as paisagens e as suas principais transformações;
- Definir medidas orientadoras para a sua gestão;
- Promover a participação pública na implementação da CEP;
- Definir objectivos de qualidade paisagística para as paisagens identificadas recorrendo à consulta pública;
- Proteger a paisagem no sentido de preservar o seu carácter, qualidades e valores;
- Gerir a paisagem no sentido de harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais;
- Ordenar a paisagem de modo prospectivo visando a valorização, a recuperação ou a construção de novas paisagens;
- Integrar a paisagem em todas as políticas relevantes, tais como as de ordenamento do território, a agricultura, a água, a conservação da biodiversidade, o turismo, entre outras;
- Promover a educação e a sensibilização nas temáticas da paisagem.

Contudo em Portugal, a associação profissional – Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP) só pôde ser constituída após o 25 de Abril. No quadro de actividade do ex-Fundo de Fomento da Habitação, foi formada, pelos profissionais que à data aí trabalhavam, a Comissão Pró-Associação dos Arquitectos Paisagistas. No entanto, a criação desta só se veio a concretizar formalmente, em Lisboa, em 1976<sup>25</sup>, fundada com o objectivo de defender os interesses da prática profissional e de promover actividades culturais e de representação da profissão, contribuindo para o seu progresso técnico e social (APAP, 2004). Única associação de direito privado representante da categoria profissional, em Portugal, a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas tem contribuído, nas últimas três décadas, para a visibilidade institucional da profissão, desempenhando importantes funções no domínio da acreditação dos cursos de formação superior, de acordo com as normas internacionais existentes nesse domínio; participação no debate político sobre as intervenções na paisagem, no processo de planeamento e na legislação que regula a participação dos arquitectos paisagistas nos planos e nas comissões de acompanhamento<sup>26</sup>; representação de Portugal nas Associações internacionais, nomeadamente, a International Federation of Landscape Architects (IFLA) e a European Federation of Landscape Architects (EFLA), incluindo a representação em Congressos científicos.

Com o objectivo geral de melhorar a qualidade das paisagens, envolvendo as populações nos processos públicos de tomada de decisão relevantes, seria nomeada, em Portugal, a Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – DGOTDU, como entidade responsável pela implementação da *Convenção Europeia da Paisagem* (CEP), desde a assinatura da convenção em 2000. A Lei Orgânica da DGOTDU, aprovada pelo Decreto Regulamentar nº 54/2007, de 27 de Abril, veio reforçar esta responsabilidade, ao cometer à Direcção-Geral a atribuição de promover

---

<sup>25</sup> Os seus Estatutos foram publicados no *Diário da República*, III Série, n.º 290, de 14 de Dezembro de 1976, pp. 12148-12152. A versão actual encontra-se disponível em URL: <http://www.apap.pt/Default.aspx?Module=Artigo&Cod=Est>.

<sup>26</sup> São fins da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS os seguintes: “o estudo e defesa dos interesses relativos à actividade da Arquitectura Paisagista, competindo-lhe, para tanto, promover e praticar tudo quanto possa contribuir para o respectivo progresso técnico e social, designadamente: a) Constituir o órgão representativo da classe profissional dos Arquitectos Paisagistas junto das entidades oficiais competentes e outros organismos, bem como junto das organizações internacionais ligadas à Arquitectura Paisagista; b) Defender os interesses da profissão; c) Definir as linhas gerais de actuação, defesa e harmonização dos interesses dos associados, bem como o exercício dos respectivos direitos e obrigações, nomeadamente através de instituição de um código deontológico e de um índice de qualidade técnica de execução dos trabalhos de Arquitectura Paisagista; d) Oferecer aos sócios serviços destinados a apoiar o exercício da sua profissão; e) Promover actividades culturais e outras actividades colectivas de interesse para a profissão; f) Promover acções de formação profissional; g) Em geral, desempenhar quaisquer outras funções de interesse para os sócios, dentro do âmbito anteriormente definido” – cfr. artigo 3.º dos respectivos Estatutos.

e coordenar, em colaboração com outras entidades, a implementação da *Convenção Europeia da Paisagem*, no território nacional. No seguimento da Recomendação do Comité de Ministros - *Guidelines for the Implementation of the European Landscape Convention*, de 2008, decorreu a realização do estudo da Universidade de Évora, de A. Cancela D' Abreu e Rosário Oliveira (2008), encomendado pela DGOTDU, enquanto documento de apoio à equipa interna responsável pela implementação da *Convenção Europeia da Paisagem* (CEP).

De acordo com a necessidade de implementação da CEP e visando especificamente o cumprimento da medida geral definida no artigo 5.º, alínea d), deste documento, designadamente, a integração da Paisagem nas políticas de Ordenamento do Território e Urbanismo, o Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território - PNPOT, definiu em 2007, como objectivo estratégico n.º 1 e objectivo específico n.º 1.10 - "*Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural*", estando previsto na medida prioritária n.º1 - "*Elaborar e implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitectura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitectura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural*" (PNPOT Lei n.º 58/2007).

Neste contexto, muitas têm sido as entidades criadas com nível de actuação internacional, sobretudo na última década, cuja inovação reside no facto de já não se limitarem ao âmbito das redes de parceria entre categorias profissionais actuantes na Paisagem. Para além desse objectivo, pretende-se agora a constituição de redes de partilha de conhecimento e parceria, procurando contribuir para os objectivos da implementação da *Convenção Europeia da Paisagem*, incidindo já na aplicação do princípio participativo deste documento internacional, segundo o qual "*todas as pessoas devem ser envolvidas na acção sobre a paisagem*" (Oliveira e Cancela D'Abreu, 2008).

De acordo com o princípio da subsidiariedade<sup>27</sup>, a *Convenção Europeia da Paisagem* atribuiu um papel importante às autoridades locais e regionais na protecção, gestão e planeamento da paisagem. Por este motivo, foi criada a organização não-governamental internacional - *European Network of Local and Regional Authorities for the Implementation of the European Landscape Convention* - RECEP-ENELC, em 2006,

---

<sup>27</sup> O princípio de subsidiariedade é definido no artigo 5.º do *Tratado que institui a Comunidade Europeia*. "*O princípio de subsidiariedade (...) trata-se de um princípio segundo o qual a União só deve actuar quando a sua acção seja mais eficaz do que uma acção desenvolvida a nível nacional, regional ou local - excepto quando se trate de domínios da sua competência exclusiva.*" (Europa Glossário, 2009)

de acordo com a recomendação do *Council of Europe's Congress of Local and Regional Authorities* (Resolution 178 (2004)), definindo a responsabilidade destas autoridades públicas na implementação da CEP, através de actividades e medidas específicas que, situadas no limite das suas competências, estejam ainda de acordo com a *European Charter of Local Self-Government*. A necessidade de meios técnicos e científicos para a realização das tarefas prioritárias de implementação de políticas da paisagem, identificação e caracterização das paisagens e suas transformações e definição de objectivos de qualidade paisagística e ainda das intervenções consequentes à persecução desses objectivos, implica que esta rede esteja organizada de forma a permitir a partilha, sistemática e regular, de informação neste âmbito recorrendo, se necessário, a outras organizações competentes na matéria, bem como a universidades e a associações.

No âmbito da cooperação académica foi criada, em Florença, em 2008, a *European Network of Universities for the implementation of the European Landscape Convention* – UNISCAPE. Esta rede de cooperação interdisciplinar é actualmente composta por 42 membros institucionais de Itália, Espanha, Países Baixos, Portugal, Eslovénia e França, visando o desenvolvimento do ensino e da investigação necessária para apoiar a implementação da *Convenção Europeia da Paisagem*. A partilha de conhecimento científico e técnico resultante de projectos de investigação, bem como a realização de programas de intercâmbio de investigadores, asseguram a troca de informação e de competências adquiridas na persecução dos objectivos emanados da *Convenção Europeia da Paisagem* (CEP), acções de maior importância no âmbito da cooperação com outras redes criadas com os mesmos objectivos, designadamente, a RECEP-ENELC, *European Network of Local and Regional Authorities* e a CIVILSCAPE, rede de ONG(s) para implementação da CEP, assim como, com unidades do Conselho da Europa, com responsabilidades na matéria. A associação internacional das organizações não-governamentais da sociedade civil – CIVILSCAPE, fundada em 2008, ao reunir numa rede europeia as ONG(s) com actividade orientada para a esfera da Paisagem, visa a sensibilização da sociedade civil e complementa, assim, os níveis da administração local e regional e o nível das instituições de ensino e investigação, representados, respectivamente, pela RECEP-ENELC e a UNISCAPE, com o nível dos representantes da sociedade civil.

A cooperação das três redes europeias referidas, permite a integração e concertação dos principais actores interessados na implementação da CEP, acções previstas no artigo 8.º deste documento, referente à assistência mútua e troca de informações. É importante frisar que a implementação das medidas preconizadas neste documento, transposto para o direito nacional dos países signatários, exige o estabelecimento e

aplicação de uma política da paisagem, em cada um destes países, que vise a protecção, gestão e ordenamento deste valor de interesse público internacional, determinante na qualidade de vida das populações e ainda definidor da identidade europeia, porque “(...) *expressão da diversidade do seu património comum natural e cultural*” (Decreto nº 4/2005, artigo 5.º).

O cumprimento destas exigências, sujeito a monitorização por comités de peritos estabelecidos ao abrigo do artigo 17.º do Estatuto do Conselho da Europa (Decreto nº 4/2005, artigo 10.º), implica a formação e educação contínua de profissionais especializados, temática incluída nas medidas específicas a implementar pelos países signatários da *Convenção Europeia da Paisagem* (CEP) (artigo 6.º), em que se destacam a necessidades expressas nas alíneas a) e c) – “*Formação de especialistas nos domínios do conhecimento e da intervenção na paisagem*” e “*Cursos escolares e universitários que nas áreas temáticas relevantes, abordem os valores ligados às paisagens e as questões relativas à sua protecção, gestão e ordenamento.*” (Decreto nº 4/2005, artigo 6.º).

## Conclusões

Considerando óbvia a importância da Arquitectura Paisagista, enquanto categoria profissional, para o cumprimento dos compromissos assumidos com a ratificação da *Convenção Europeia da Paisagem* (CEP) e lembrando a longa história desta formação no ensino superior português, em relação ao que sucedeu na maioria dos países da Europa e do mundo, conclui-se que a alargada esfera de acção e responsabilidades atribuídas a esta categoria profissional, justificam a urgência da regulamentação e de um controlo único do acesso e do exercício da actividade profissional.

De facto, esclarecidos ao longo deste relatório, sobre a especificidade da formação superior em Arquitectura Paisagista, os domínios de actividade da categoria profissional, a história da sua prática, na protecção, projecto, ordenamento e gestão da Paisagem, sempre em estreita relação com o desenvolvimento de uma política da Paisagem, em Portugal, compreende-se a necessidade de requerer para esta categoria profissional, em franco crescimento, a sujeição a um mecanismo público de supervisão e disciplina – de resto, à semelhança de outras profissões que têm como objecto a salvaguarda do ambiente, da paisagem e da qualidade de vida – como sejam a Arquitectura e a Engenharia (Civil)

Sublinha-se ainda que a Arquitectura Paisagista é, em Portugal, a única categoria profissional competente para a elaboração e subscrição de projectos, direcção de obra e sua fiscalização, à excepção dos Arquitectos, Engenheiros e Engenheiros Técnicos<sup>28</sup>, que não está enquadrada numa associação pública profissional, mas sim numa associação de direito privado e cujo enquadramento jurídico do exercício da profissão apresenta um manifesto *deficit* de regulamentação. Ao passo que, a legislação define as qualificações específicas adequadas à elaboração de projectos e à direcção e fiscalização de obra por parte da Ordem dos Arquitectos, da Ordem dos Engenheiros e da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP), enquanto Associação de Direito Privado, é marginalizada, com prejuízo para todos os Arquitectos Paisagistas e consequentemente, como se depreende, para o interesse público.

---

<sup>28</sup> Cfr. artigo 4.º, n.º 1, 6.º, n.º 1, e 10.º, n.ºs 1, 2, 3, 4, e 6, do Regime jurídico da qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos.

## Bibliografia

AA.VV. - *Francisco Caldeira Cabral Ano do Centenário* (FCC) (2008) - [Em linha]. [consult. 12 Maio 2010]. Disponível em WWW:<URL:http://proffrancisco-caldeiracabral.portaldojardim.com/.

Caetano, J. (Coorden.) (2003) – *A Utopia e os Pés na Terra: Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Alfaiate, M.T. (2003) - Esboço de proposta para o reconhecimento de Escolas - Universidades responsáveis pela formação superior em Arquitectura Paisagista. *Revista da Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas*, Julho, n b

American Society of Landscape Architecture (ASLA) (2010) - [Em linha]. [consult. 23 Jul 2010] Disponível em WWW:<URL:http://www.asla.org/.

Andresen, T. (2001) - *Francisco Caldeira Cabral*. Reigate: Landscape Design Trust.

Andresen, T. (Coorden.) (2003) - *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Araújo, I. A. (1962), *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, Vol. I, Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Urbanização - Centro de Estudos de Urbanismo, 253 p. // Recensão de José Augusto França, in *Bulletin des études portugaises*, Nouvelle série, t. 24, Coimbra, 1963, p. 149-150

Araújo, I. A. (2003) – A protecção da natureza e das paisagens no planeamento da sua gestão: evocação histórica e crítica de uma experiência de meio século *In A Utopia e os Pés na Terra: Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Araújo, I. A. (2009) – *Memória & Prospectiva: Economia, Arquitectura e Gestão das Paisagens - Um Longo Olhar (1949-2009)*. [Em linha]. [consult. 8 Jun. 2010]. Disponível em WWW:<URL: www.ccr-norte.pt/ccrn/memoria&prospectiva2.pdf.

Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas (APAP) (2003) – Licenciaturas em Arquitectura Paisagista em Portugal. *Revista da Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas*, Julho, 11-17.

Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas (APAP) (2010) – Directiva para a admissão de sócios pela Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas – critérios

de avaliação (Versão de trabalho). Acessível na Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas, Lisboa, Portugal.

Assunto, R., A Paisagem e a Estética (excertos) *In* Serrão, A. (Coorden.) *Filosofia da Paisagem: Ensaios críticos*. Tradução de Pedro Sargento. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (CFUL). (No Prelo)

Assunto, R., Paisagem – Ambiente – Território: Uma tentativa de clarificação conceptual *In* Serrão, A. (Coorden.) *Filosofia da Paisagem: Ensaios críticos*. Tradução de Cristina Leal. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (CFUL). (No Prelo)

Bund Deutscher Landschaftsarchitekten (BDLA) - [consult. 23 Jul 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://www.bdla.de/>.

Cabral, F. C. (1957), *A Missão do Arquitecto Paisagista* in "Agros", nº 2 Março- Abril

Cabral, F. C. (1967), *Paisagem Portuguesa* - origem e evolução, in "Arquitectura" nº 100 - 234/37, Nov/Dez

Cabral, F. C. (1973) - Paisagem *In Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa : Editorial Verbo. Vol. 14.

Cabral, F. C. (1980) - *O continuum naturale* e a conservação da natureza. *In Conservação da Natureza*. Lisboa: Serviço de Estudos do Ambiente. p. 35-54.

Cabral, F. C. (1993) - *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.

Cabral, F. C.; Magalhães, M. R. (1992) - Entrevista ao Professor Caldeira Cabral. Acessível na Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas (APAP), Lisboa, Portugal.

Cancela D' Abreu e Oliveira, R. (2008) – Implementação da Convenção Europeia da Paisagem. Acessível na Universidade de Évora, Évora, Portugal.

Cancela D'Abreu, M. (2003) - Educação em Arquitectura Paisagista a nível europeu. *Revista da Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas*, Julho, 8-9.

Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista (CEAP) (1968) – *Memorial*. Acessível no Instituto Superior de Agronomia, Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista Prof. Francisco Caldeira Cabral, Lisboa, Portugal.

Comissão das Comunidades Europeias - CCE (1990) - *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité

Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões COM (90) 218. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias. [Em linha]. [Consult. 25 Set. 2007]. Disponível em WWW:<URL:http://ec.europa.eu/environment/urban/pdf/com90218 final\_en.Pdf.

Comissão das Comunidades Europeias - CCE (2004) - *Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano*. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. COM (2004) 60. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias. [Em linha]. [Consult. 25 Set. 2007]. Disponível em WWW:<URL:http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2004/com2004\_0060pt01.pdf.

Comissão das Comunidades Europeias - CCE (2006) - *Estratégia temática de protecção do solo*. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões (COM (2006) 231) Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias. [Em linha]. [Consult. 31 Jul. 2010]. Disponível em WWW:<URL: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM: 2006: 0231:FIN:PT:PDF.

Comissão das Comunidades Europeias - CCE (2007) – *Livro Verde: Por uma nova cultura de mobilidade urbana*. [Em linha]. [Consult. 25 Set. 2007]. Disponível em WWW:<URL:http://ec.europa.eu/transport/clean/green\_paper\_urban\_transport/doc/2007\_09\_25\_gp\_urban\_mobility\_pt.pdf.

Comissão Europeia – European Research Area – CE - ERA (2010) - *A more research-intensive and integrated European Research Area: Science, Technology and Competitiveness - key figures report 2008/2009*. [Em linha]. [consult. 29 Set. 2010]. Disponível em WWW: <URL: http://ec.europa.eu/research/era/facts/figures/key\_figures\_en.htm.

Comité de Ministros (2008) – (Rec (2008)3) *Guidelines for the implementation of the European Landscape Convention*. [Em linha]. [consult. 23 Jul 2010] Disponível em WWW:<URL:http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/versionsorientation/anglais.pdf.

Conselho da Europa (2004) - (Resolution 178/2004). [consult. 23 Jul 2010] Disponível em WWW:<URL:www.recep-enelc.net/.../CoE%20Congress%20Resolution %20178%20(2004).pdf.

Conselho da Europa; Parlamento Europeu (2006) *Directiva 2007/60/CE* [consult. 29 Jul 2010] Disponível em WWW:<URL:http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri= OJ:L:2007:288:0027:0034:PT:PDF.

Council of Educators in Landscape Architecture (CELA) - [consult. 23 Jul 2010]  
Disponível em WWW: <URL: <http://www.thecela.org/>.

Decreto n.º 128/81. D.R. I Série. 242 (81-10-21).

Decreto n.º 327/86. D.R. I Série. (86-09-29).

Decreto nº 4/2005. D.R. I Série. 31 (05-02-14).

Decreto-Lei n.º 451/82. D.R. I Série. 265 (82-11-16)

Decreto-Lei nº 321/83. D.R. I Série. 152 (83-07-10).

Decreto-Lei nº 380/99. D.R. I Série A. 222 (99-09-22).

Decreto-Lei nº 613/76. D.R. I Série. (76-07-27).

Decreto-Lei nº 74/2006. D.R. I Série (06-03-24)

European Commission – EC (2004) - [Em linha]. [consult. 14 Set. 2010]. Disponível em  
WWW:<URL:[http://ec.europa.eu/enterprise/entrepreneurship/action\\_plan/index.htm](http://ec.europa.eu/enterprise/entrepreneurship/action_plan/index.htm).

European Council of Landscape Architecture Schools (ECLAS) - [consult. 23 Jul 2010]  
Disponível em WWW: <URL:<http://www.eclas.org/>.

European Federation for Landscape Architecture (EFLA) - [consult. 23 Jul 2010]  
Disponível em WWW: <URL: <http://europe.iflaonline.org/>.

European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions -  
Eurofound (2007) - [Em linha]. [consult. 14 Set. 2010]. Disponível em WWW: <URL:  
<http://www.eurofound.europa.eu/ewco/surveys/ewcs2005/ewcs2005individualchapters.htm>.

European Network of Local and Regional Authorities for the Implementation of the  
European Landscape Convention – (RECEP-ENELC) - [consult. 23 Jul 2010] Disponível  
em WWW :< URL: <http://www.recep-enelc.net/>.

Fadigas, L. (2010) – *Urbanismo e Natureza: os desafios*. Lisboa: Edições Sílabo.

Food and Agriculture Organization (FAO) (2007) - *Profitability and sustainability of  
urban and peri-urban agriculture*. [consult.31 Jul 2010] Disponível em WWW :<  
URL:[http://www.fao.org/ag/ags/publications/docs/AGSF\\_OccasionalPapers/agsfop19.pdf](http://www.fao.org/ag/ags/publications/docs/AGSF_OccasionalPapers/agsfop19.pdf).

Fundação das Universidades Portuguesas – (FUP) (2003) - *Relatório de Avaliação Externa: Curso de Licenciatura em Arquitectura Paisagista do ISA-UTL*. Coimbra: Fundação das Universidades Portuguesas (FUP); Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado, 2003. [Em linha]. [consult. 14 Maio 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.fup.pt/old/conselhodeavaliacao/relatorios.php?area=36&ciclo=5&ano=5>>.

Infopédia (2003-2010) - [Em linha]. [Consult. 2010-09-20]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$institucionalizacao](http://www.infopedia.pt/$institucionalizacao)>.

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação – IAPMEI (2010) - [Em linha]. [consult. 14 Set. 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.iapmei.pt/iapmei-faq-02.php?tema=7#98>>.

Instituto do Emprego e da Formação Profissional - IEFP (2010) – Glossário.[Em linha]. [consult. 1 Set. 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.iefp.pt/estatisticas/Paginas/Home.aspx>>.

Instituto Superior de Agronomia – ISA (1997) - *Licenciatura em Arquitectura Paisagista 1996-1997: Auto-Estudo – Relatório*. Acessível no Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Portugal.

Instituto Superior de Agronomia – ISA (2003) - *Licenciatura em Arquitectura Paisagista (ISA/UTL): Relatório de Auto-avaliação*. Acessível no Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Portugal.

International Association of Civil Society Organizations for the Implementation of the European Landscape Conventio (CIVILSCAPE) -[Em linha]. [consult. 23 Jul 2010] Disponível em WWW: <URL: <http://www.civilscape.org/civilscape/content/en/index.html>>.

International Federation of Landscape Architects (IFLA) (2000) – IFLA Code of Ethics. [Em linha]. [consult. 14 Maio 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.iflaonline.org/images/PDF/landscapeArchi/IFLACodeofEthics.pdf>>.

International Federation of Landscape Architects (IFLA) (2003) - *Definition of the Profession of Landscape Architect for the International Standard Classification of Occupations*. [Em linha]. [consult. 14 Maio 2010] Disponível em WWW:<URL:[http://www.iflaonline.org/index.php?Itemid=42&view=article&option=com\\_content&id=37](http://www.iflaonline.org/index.php?Itemid=42&view=article&option=com_content&id=37)>.

International Federation of Landscape Architects (IFLA) (2005) - *Charter For Landscape Architecture Education*. [Em linha]. [consult. 14 Maio 2010] Disponível em

WWW:<URL:[http://www.iflaonline.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=40&Itemid=48](http://www.iflaonline.org/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=48).

International Federation of Landscape Architects (IFLA) (2008) - *Guidance Document for Recognition or Accreditation*. [Em linha]. [consult. 14 Maio 2010] Disponível em WWW:<URL: [http://www.iflaonline.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=40&Itemid=48](http://www.iflaonline.org/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=48).

International Labour Organization (ILO) (2008) - International Standard Classification of Occupations (ISCO). [Em linha]. [consult. 1 Jun 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco08/index.htm>.

Landscape Architecture Europe Foundation (LAE) - [consult. 23 Jul 2010] Disponível em WWW: <URL: <http://www.landscapearchitectureeurope.com/about.html>.

Landscape Architecture Foundation (LAF) - [consult. 23 Jul 2010] Disponível em WWW: <URL: <http://lafoundation.org/default.aspx>.

Landscape Institute (LI) - [consult. 23 Jul 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.landscapeinstitute.org/>.

Lei n.º 58/2007 D.R. I Série. 170 (07-09-04)

Lei nº 11/87. D.R. I Série. 81 (87-04-07).

Lourenço, L. ; Mendes, R. (1999) - *Percurso Sócio-profissional dos Diplomados do IST*. Lisboa: Instituto Superior Técnico, Gabinete de Estudos e Planeamento; Núcleo de Avaliação Pedagógica.

Magalhães, M. R. (1992) - A Evolução de Espaço Verde Público Urbano. *Agros: Revista da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia (AEISA)*, 74: 1, 10-18.

Magalhães, M. R. (1995) - *Breve História da Arquitectura Paisagista em Portugal*. Acessível no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista Prof. Francisco Caldeira Cabral, Lisboa, Portugal.

Magalhães, M. R. (2001) - *A arquitectura paisagista: morfologia e complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa.

Magalhães, M. R. (2006) – O Que a Escola de Arquitectura Paisagista Trouxe de Inovação a Portugal *In Congresso 30 anos APAP: A Paisagem da Democracia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas.

- Magalhães, M. R. (Coorden.) (2007) – Estrutura Ecológica da Paisagem: Conceitos e Delimitação – Escalas Regional e Municipal. Lisboa: ISAPress.
- Nederlandse Vereniging voor Tuin- en Landschapsarchitectuur (NVTL) - [consult. 23 Jul 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://www.nvtl.nl/>.
- Network of Universities for the Implementation of the European Landscape Convention (UNISCAPE) – [consult. 23 Jul 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://www.uniscape.eu/>.
- Norske landskapsarkitekters forening (NLA) - [Em linha]. [consult. 23 Jul 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://www.landskapsarkitektur.no/>.
- Permanent European Conference for the Study of the Rural Landscape (PECSRL) - [Em linha]. [consult. 14 Maio 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.pecsrl.org/>.
- Portaria n.º 1072/81. D.R. I Série. 289 (81-12-17).
- Portaria nº 256/2005. D.R. I Série B. 53 (05-03-16).
- Pregill, P.; Volkman, N. (1993) – *Landscapes in History: Design and Planning in the Western Tradition*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Sérvulo & Associados (2010) – Sobre a Necessidade de uma Ordem dos Arquitectos Paisagistas e o seu Impacte sobre a Regulação da Profissão. (Versão de trabalho). Acessível na Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas, Lisboa, Portugal.
- Telles, G. R. (1985) - Para além da Revolução. Lisboa: Edições Salamandra.
- Telles, G. R. (1994) - Paisagem Global, um Conceito para o Futuro, *Iniciativa*, 1, 28-33.
- Telles, G. R. (1995) - A propósito do início da política de ambiente em Portugal, *Revista das Autarquias*, 2, 73-80.
- Telles, G. R. *et al.* (1992) - Cinquenta anos de Ensino da Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia 1942-1992. *Agros: Revista da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia (AEISA)*, 74: 1, 42-44.
- Thompson, I. (1998) - Environmental ethics and the development of landscape architectural theory. *Landscape research*, 23:2, 175-194.
- Thompson, I. (2000) - Sources of values in the environmental design professions: the case of landscape architecture. *Ethics, Place and the Environment*, 3:2, 203-219.

Universidade de Évora – EU (2003a) - *Relatório de Auto - Avaliação da Licenciatura em Arquitectura Paisagista* Évora: Universidade de Évora.

Universidade de Évora – EU (2003b) - Relatório de Auto-Avaliação da Licenciatura em Engenharia Biofísica: Ano lectivo 2001/2002. Évora: Universidade de Évora.

World Commission on Environment and Development (WCED) (1983) - Towards Sustainable Development *in Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. [Em linha]. [consult. 14 Maio 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://www.un-documents.net/ocf-02.htm#l>.